

A Paraíba e o coronavírus

Governo adota medidas para cidades com casos de Covid-19

Novo pacote de ações foi anunciado pelo governador João Azevêdo através de uma transmissão pela internet. [Página 3](#)

Foto: Francisco França/Secom-PB



João Azevêdo e governadores do Nordeste pedem suspensão de cortes no Bolsa Família. [Página 3](#)



Prefeitura de JP suspende transportes coletivos e fecha bares e restaurantes. [Página 7](#)



Restaurantes populares do Governo passam a servir quentinhas para evitar aglomeração. [Página 4](#)



Em CG, prefeitura muda horário do comércio e fecha parques públicos. [Página 7](#)



Cagepa pede ajuda da população para uso racional da água na Paraíba. [Página 4](#)



No esporte da Paraíba, Covid-19 já impacta mais que a 2ª Guerra Mundial. [Página 16](#)

Foto: Marcos Russo



Secretaria de Saúde intensifica recomendações para saúde dos idosos em instituições de longa permanência. [Página 5](#)

A crise em números

NA PARAÍBA **1** CASO **0** MORTES

NO BRASIL **970** CASOS **11** MORTES

NO MUNDO **275.130** **11.376**
CASOS MORTES

*Números confirmados até as 22h de ontem

60+

Diversidade

Como fugir da solidão durante a pandemia

Idosos precisam de ocupação para conviver melhor com a necessidade de isolamento social. [Página 12](#)

Cultura

Um passeio virtuoso com Ivan Sacerdote

Parceiro de Caetano Veloso em disco lançado este ano fala da sua carreira como instrumentista. [Página 9](#)

Paraíba

GIRO NOS BAIROS



Foto: Marcus Antônio

Nesta edição, Castelo Branco Bairro foi o primeiro de João Pessoa entregue pela Companhia de Habitação Popular. [Página 8](#)

Fique em casa.

É hora de cada um pensar em todo mundo.



Editorial

Inconveniência

O que menos se precisa, quando se tem muitos problemas, é, evidentemente, de mais problemas. Em situações de crise, as pessoas, principalmente aquelas que ocupam cargos de liderança, precisam apresentar soluções; adotar medidas emergenciais que, efetivamente, contribuam para superar os obstáculos.

Veja-se o caso do presidente da República, Jair Bolsonaro, em relação à crise desencadeada pela pandemia do novo coronavírus. Enquanto dirigentes de praticamente todas as nações estabeleciam normas de caráter protetivo, para resguardar a população do contágio, Bolsonaro tripudiava do perigo.

Já se tornaram históricas as cenas de Bolsonaro cumprimentando fisicamente apoiadores durante a manifestação do dia 15 deste mês, em Brasília, embora ele ainda estivesse sob suspeita de ter contraído o coronavírus. Histeria, esta é talvez a palavra mais usada pelo presidente, quando se referia à Covid-19.

Não bastasse isso, vem o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, e estabelece uma nova celeuma internacional ao acusar a China de agir irresponsavelmente em relação ao coronavírus, do mesmo modo, segundo o parlamentar, que a Rússia teria tratado o acidente na usina de Chernobyl.

A China não engoliria - como de fato não engoliu - uma afronta desse tamanho. O corpo diplomático chinês no Brasil reagiu imediatamente

à desmesura de Eduardo Bolsonaro, deixando o Itamaraty em uma saia justa. A desorientação é tanta que, por aqui, chegaram a pedir uma retratação de quem? Da China.

Ora, estudiosos do mundo contemporâneo já consideram a China a superpotência do século 21. Os Estados Unidos da América, que, para outra vertente de analistas, são os detentores deste título, têm a China como credora. Se os chineses cobrassem o que os EUA lhes devem, estes iriam à falência.

São teses, e toda asserção envolve conformidades e controvérsias. Acontece que, no caso do desacato feito por Eduardo Bolsonaro à China, o Brasil pode sofrer um real e duro revés econômico. A balança comercial, no caso dos dois países, é muito favorável ao Brasil, que exporta produtos do setor de agronegócio.

A economia mundial já está sendo seriamente abalada pela pandemia do coronavírus. As consequências sociais, portanto, serão gravíssimas. Todas as ações dos representantes dos Poderes constituídos devem convergir no sentido de amenizar os efeitos da crise, diminuindo o sofrimento da população.

Contrariar essa lógica é, no mínimo, uma irresponsabilidade. O Brasil não está em condições de suportar uma retaliação comercial da China. E se estiver confiando no ‘parceiro’ Estados Unidos, pior. Estes agem de acordo com suas conveniências, e até onde o Brasil é conveniente para eles? Eis a questão.

Crônica

Gonzaga Rodrigues
gonzagarodrigues33@gmail.com

Sobre engraxates

Com apuro, o pai “dava o brilho”, abrigado, com meia dúzia de colegas, sob um dos pavilhões que vieram mudar o Ponto de Cem Réis de 1950 com a reforma do prefeito Oswaldo Pessoa. Retangular, sob amplo teto de cimento armado, vinha com peso e ostentação alinhar-se ao arrojo do novo edifício do IPASE, este um maciço bloco de cinco andares cortados de esquadrias pegadas uma com a outra em contraste com o casario ainda do tempo da Igreja dos Pretos, tendo a destacar-se apenas o Paraíba Hotel e o sobrado que ainda orna um lado do pátio, pertencente ao advogado do coronel José Pereira, o dr. Guilherme da Silveira.

Do lado oposto, aberto para a Duque de Caxias, o outro pavilhão sob os fumos castanhos do “havana” de Seu Dudu Peixoto, que dividia com o Café Alvear o rumor da conversa ou do livre pensar da gente engravata-da. Era nesse ambiente onde a Prefeitura do coronel Oswaldo achou de acomodar a cadeira ou mesmo a arte dos engraxates. Não imagino se em atenção ao ofício ou a si próprio, já que o prefeito liderava os muitos que se esmeravam no brilho das botas, do Fox, DNB ou do Scatamachia, marcas preferidas.

É sob essas lembranças sem futuro que aguardo sentado a colagem de palmilhas novas nuns sapatos que o uso tornou confortáveis, reclamados com todo o direito por uns pés que só foram lembrados e valorizados quando incomodavam. Choveu há pouco e ainda res-

“Tudo tem seu tempo. Não deixa de ter sido um exagero aquela beleza de pavilhões com assentos trabalhados só e só para engraxates.”

pinga. O engraxate, com os trecos espalhados no banco, procura amparar-nos com uns restos rasgados de um guarda-sol de praia e se encurva num saco, numa caixa, à procura de palmilhas.

- Essa é muito

dura e grossa – rejeito.

- O senhor era amigo de meu pai, que trabalhava aqui no tempo do pavilhão. / - De Bitota ou de Duda? – pergunto. E naquele desprezo, como num rasgo de relâmpago, surge-me o vulto alinhado do dr. Osias Gomes a me abordar da cadeira vizinha, vestido a caráter para a solenidade que nos levaria daí a pouco ao Santa Roza para comemorar o ingresso do ministro José Américo na Academia Brasileira de Letras.

Mas o sonho dura pouco. Depois de muito cascaviar, o sujeito envolve-me os sapatos e ao conferir, na raiva, me convenço de que o pavilhão não tinha mais o que fazer naquele ermo chuvoso. Os engraxates de verdade se foram com ele. A palmilha repostada estava mais imprestável do que a que levei estragada. O pai daquele homem não faria isto, pois disporia de clientela bastante para obrigá-lo a zelar pelo pavilhão e garantir a renovação dos seus materiais de trabalho.

Tudo tem seu tempo. Não deixa de ter sido um exagero aquela beleza de pavilhões com assentos trabalhados só e só para engraxates. As atenções da democracia advinda de 1946 davam outro apreço a essa classe de gente. Uma das tevês do Recife fazia da cadeira de engraxate um dos programas mais populares.

CONTATOS: uniaoogovpb@gmail.com REDAÇÃO: (83) 3218-6539/3218-6509



Domingos Sávio
savio_fel@hotmail.com

Humor

UN Informe

Ricco Farias
papiroeletronico@hotmail.com

EM MEIO À CRISE, GOVERNO FAZ LAMBANÇA DIPLOMÁTICA

Há um ditado popular segundo o qual “se não poder ajudar, não atrapalhe”. Ele se ajusta como uma luva ao deputado Eduardo Bolsonaro (PSL) que, em recente postagem nas redes sociais, acusou a China de ser responsável pela propagação do Coronavírus por causa de interesses econômicos. Pois bem. A repercussão dessa declaração foi tão desastrosa, em termos econômicos, que motivou os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, a pedir desculpas, em nome do Congresso, ao embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, uma vez que o presidente Jair Bolsonaro e o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, não agiram para conter uma crise diplomática iminente. O líder do PSL no Senado, Major Olímpio (foto), aliado do presidente, resumiu a situação ao Congresso em Foco: “O presidente tem de tomar atitude, botar o filho na quarentena. Faz quarentena no celular. Manda para qualquer lugar do mundo, dá licença. Se não quer ajudar a carregar o caixão, sai de cima, não faz peso. Puta que pariu! Vai em cima e ainda fica pulando em cima? Para arrebentar as mãos de quem está carregando. Meu Deus do céu!”.



Foto: Divulgação

“IMBECIL E DESTEMPERADO”

Major Olímpio lembrou que “O maior parceiro comercial do Brasil é a China. Agora vamos discutir se é de direita, de esquerda, se tem Partido Comunista Chinês? Não tem cabimento um negócio dessa natureza”. E continuou: “Vamos fazer desaforo para os caras, neste momento? Teoria alucinante de que a China fabricou a crise mundial para dominar a economia é coisa de imbecil destemperado”.

“NÃO HÁ SUSPEITA”

E a assessoria de José Maranhão (MDB), emitiu nota em que confirma que o senador fez exames para detectar Coronavírus: “Não há suspeita, é medida de precaução. O senador tem mantido a devida cautela recomendada pelas autoridades de saúde. Do seu escritório em João Pessoa, participou hoje [ontem] da votação virtual inédita que aprovou decreto de calamidade pública no Brasil decorrente da pandemia pelo Covid-19”.

TRÊS INFECTADOS

O exame a que se submeteu José Maranhão é por precaução, até porque três senadores estão infectados pelo Coronavírus: Davi Alcolumbre (DEM), presidente do Senado; Nelsinho Trad (PSD) e Prisco Bezerra (PDT). De acordo com a assessoria do parlamentar paraibano, ele não manteve contato direto com os senadores que tiveram os exames para Covid-19 positivados.

SOLUÇÃO

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Patos, que atende demandas envolvendo acidentes de trânsito, já realizou 18 audiências, das quais 15 resultaram em acordos conciliatórios. Desta forma, o Cejusc Trânsito alcançou um percentual de quase 90%. O Centro nasceu de um convênio existente entre o TJPB, por meio do Nupe-mec, e a Sitrans.

PARCERIA

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e o prefeito de Mari, Antônio Gomes da Silva, assinaram protocolo de intenções para cessão de uso do imóvel onde funcionava o fórum da Comarca. Com esse ato, o TJPB transfere para a cidade o direito de usar o prédio, sendo vedada a transferência a terceiros.

MEDIDAS DURAS, MAS QUE PRECISAVAM SER ADOTADAS

As medidas são drásticas, duras, radicais, mas assim precisavam ser: refiro-me às decisões conjuntas adotadas pelo Governo do Estado e pelas prefeituras de João Pessoa e Campina Grande para conter o avanço do Coronavírus, entre as quais a interrupção de atividades de embarcações turísticas no Litoral paraibano; suspensão de eventos públicos; fechamento de academias, ginásios e centros esportivos públicos e privados; implantação de barreiras sanitárias em aeroportos e rodovias; suspensão de transportes coletivos e das atividades de bares, restaurantes, lanchonetes, casas noturnas, clubes sociais e salões de beleza.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

Albidge Léa Fernandes
DIRETORA DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC
BR-101 Km 3 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

André Cananéa
GERENTE EXECUTIVO DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 / Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509
E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)
O UVIDORIA : 99143-6762
ASSINATURAS: Anual R\$200,00 / Semestral R\$100,00 / Número Atrasado R\$3,00
CONTATOS: redacao@epc.pb.gov.br
Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

Medidas são adotadas para cidades com casos de Covid-19

Novos decretos passam a vigorar neste sábado para seguir no plano de combate ao novo coronavírus no Estado

Ana Flávia Nóbrega
ana8flavianobreg@gmail.com

O governador João Azevêdo anunciou na noite desta sexta-feira novos decretos que passam a vigorar neste sábado para seguir no plano de combate ao novo coronavírus. As medidas são direcionadas, em sua maioria, aos municípios do Estado que devem passar a incorporar todas as medidas suspensórias a partir do momento em que algum caso venha a ser confirmado na cidade em questão. A suspensão é válida por quinze dias e pode ser estendida. Todos os decretos passam a valer neste sábado para João Pessoa, já que a cidade possui o primeiro e único caso confirmado no Estado até o momento. As novas medidas foram informadas à população paraibana através de Live em seus perfis no Instagram e no Facebook.

Fica determinado a suspensão de desembarque e circulação da tripulação dos navios de carga no Porto de Cabedelo com exceção às embarcações que cheguem com mantimentos ou para fazer resgate de pessoas no Estado. Atividades nas feiras de negócios no Mercado de Artesanato Paraibano e no Centro de Artesanato Júlio Rafael, na Orla de Cabo Branco, também estão suspensas.

Para intensificar as medidas já previstas no decreto publicado na última quinta-feira, a suspensão de atividades em academias, ginásios, centros esportivos públicos e privados; Shoppings, galerias comerciais, bares, restaurantes, festas, casas de festas e de shows, casas noturnas, boates e estabelecimentos similares; Cinemas, teatros, circos, parques de diversão e empreendimentos do gênero público e privado; Bancos e casas lotéricas; Lojas e estabelecimentos comerciais;

Embarcações turísticas, esporte e lazer em todo o Litoral paraibano. Missas, cultos e qualquer cerimônia religiosa que aglomere pessoas também estão suspensas pelo prazo de quinze dias.

No caso de lanchonetes e restaurantes, poderão funcionar apenas os serviços de entrega por aplicativo. Durante o prazo de suspensão, lojas e outros estabelecimentos comerciais também poderão funcionar através de aplicativos sem que seja, em hipótese alguma, a presença do público em seus espaços físicos.

Não entram neste decreto órgãos de imprensa e sistemas de comunicação, estabelecimentos médicos odontológicos para serviços de emergência hospitalares, farmácias, laboratórios, clínicas de fisioterapia e vacinação, distribuidora de energia, água e gás, serviços de telecomunicações, segurança privada, postos de combustíveis, funerárias, padarias, clínicas veterinárias, lojas de produtos para animais, supermercados e lavanderias.

O prazo dos processos em curso perante a administração pública do Estado também estão suspensos.

Após a publicação do decreto, neste sábado, o Governo do Estado poderá fazer a requisição de leitos hospitalares, equipamentos, insumos e demais materiais hospitalares que venham a ser necessários no combate ao Covid-19 às redes hospitalares privadas. Ou seja, caso os hospitais públicos não sejam suficientes para abrigar todos os pacientes graves para a doença, a rede privada deverá ser utilizada e paga pelo Estado para servir à toda população paraibana sem distinção econômica e social.

Também ficou decidido que toda a frota de transporte intermunicipal da Região Metropolitana de João Pes-

soa e Campina Grande será paralisada neste final de semana e, a partir de segunda-feira, voltará a funcionar com horário reduzido. Já os transportes que interligam todos os municípios da Paraíba, terão a frota reduzida a partir deste sábado.

A balsa que faz a travessia Costinha/Cabedelo/Costinha também terá o horário reduzido neste fim de semana; e as lanchas de transporte fluvial, que fazem a travessia Costinha/Forte Velho/Cabedelo funcionarão com horário e capacidade de pessoas reduzidos. Já os ônibus que fazem o transporte interestadual terão a sua operação definida pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

“Faremos isso com a maior tranquilidade e a certeza de que estamos agindo em prol do bem comum. É dessa forma que estamos atuando. Todas essas medidas visam proteger cada cidadão e cidadã deste Estado. Sabemos que essa disseminação de larga escala pode ser combatida ficando em casa, se isolando. Eu sei bem como faz falta o convívio. Mas esse é o momento de entender que essa é a maneira de proteger as pessoas que amamos. O Brasil entrou no momento de duplicar o número de casos a cada dois dias e é essa curva de crescimento que nós queremos evitar e combater. É isso que estamos fazendo e nós temos a certeza e a esperança que nós contaremos com o apoio de cada paraibano e cada paraibana”, declarou o governador João Azevêdo.

A normativa produzida pelo Comitê de Gestão de Crise do Covid-19 e foi publicada no Diário Oficial. Novas medidas poderão ser tomadas a qualquer momento de acordo com o cenário epidemiológico da Paraíba.

Bolsa Família

Governadores do Nordeste pedem suspensão de cortes

O governador João Azevêdo participou ontem de videoconferência com os demais governadores do Nordeste, oportunidade em que foram discutidas medidas conjuntas entre os estados de enfrentamento ao novo coronavírus. A reunião on-line também contou com a participação do vice-presidente da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Jarbas Barbosa.

Na reunião, os gestores nordestinos aprovaram um documento que será encaminhado ao Governo Federal, solicitando a imediata suspensão dos cortes do programa Bolsa Família na região e cobraram reuniões com os ministros da Saúde e da Economia, Luiz Mandetta e Paulo Guedes, respectivamente, para tratar de auxílio aos Estados nas respectivas áreas.

Na ocasião, ainda ficou



Foto: Francisco França

definido que os governos estaduais farão compras coletivas de equipamentos e insumos necessários para o enfrentamento à Covid-19. Medidas de isolamento para conter a disseminação do novo vírus também foi alvo de discussão entre os governadores.

O governador João Azevêdo ressaltou a importância da união de esforços e da

troca de experiências para dar as respostas necessárias à população em relação ao combate ao novo coronavírus. “Esse momento pede a uniformização de medidas econômicas, por exemplo. Além disso, devemos focar em ações para restringir a circulação de pessoas porque o isolamento é decisivo no controle da propagação do coronavírus”, pontuou.



Redução de 158,4 mil benefícios

Em meio à crise social gerada pela pandemia do coronavírus no Brasil, o Governo Federal cortou 158.452 benefícios do Bolsa Família. O Nordeste foi a região mais afetada, mais uma vez, respondendo por 61,1% dos cortes, o que significa que as famílias nordestinas perderam 96.861 mil bolsas. O pagamento da folha do mês de março foi iniciado na última quinta-feira pelo Ministério da Cidadania.

Medidas anunciadas pelo Governo Federal em janeiro passado já haviam gerado uma série de críticas: do total de famílias que ingressaram no programa,

apenas 3% eram do Nordeste.

Atualmente, o programa tem o menor número de beneficiários desde que o presidente Jair Bolsonaro tomou posse. É também o menor desde maio de 2017, quando o Bolsa Família teve o maior corte da história do programa – 543 mil bolsas foram retiradas.

O Ministério da Cidadania explicou que a redução ocorreu porque novas 185 mil famílias ingressaram no programa, mas 330 mil “se emanciparam” por apresentarem evolução nas condições financeiras.

José Maranhão faz teste para detectar coronavírus

Thais Cirino
thaiscirino@hotmail.com

O senador José Maranhão (MDB) realizou exame para detectar se contraiu o coronavírus (Covid-19) depois que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), testou positivo para a infecção. Aos 86 anos, o parlamentar, que está em João Pessoa, está gripado, mas participou da primeira sessão remota da história da casa, realizada ontem.

Em sua rede social, Maranhão comentou a presença virtual no debate que resultou na aprovação unânime de um decreto de calamidade pública no Brasil. “O fato é que o Brasil está entre os muitos países onde a ameaça do Covid-19 exige cuidados especiais e sacrifício de toda a população. Por precaução, o Senado Federal providenciou a realização de testes de detecção do coronavírus em todos os senadores”, disse. Ma-

ranhão ainda destacou que tem seguido rigorosamente todas as recomendações das autoridades de saúde.

A senadora Daniella Ribeiro (Progressistas), que também participou da sessão remota, disse que, há duas semanas, procurou um hospital em Brasília, por precaução, para realizar exames clínicos, conforme determina protocolo do Ministério da Saúde. “Por não apresentar nenhum sintoma relacionado ao Covid-19, a senadora não precisou realizar o teste”, informou sua assessoria. A senadora prossegue sem sintomas, na Paraíba, onde segue a orientação de isolamento social.

Já o senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB) não informou se realizou o teste para detectar Covid-19, mas disse que tem se mantido atualizado sobre as decisões em Brasília. Veneziano, que está em Campina Grande, também participou da sessão remota do Senado.

Patos registra morte suspeita e dois casos

Lusângela Azevêdo
lusangela013@gmail.com

Uma mulher de 46 anos morreu na manhã da quinta-feira (19), no Complexo Hospitalar Regional Deputado Janduhy Carneiro, em Patos, Sertão da Paraíba, com problemas respiratórios, um dos sintomas do coronavírus. Em nota a direção diz que a mulher deu entrada na emergência do hospital com um quadro de doença renal crônica, pressão baixa e dificuldades para respirar. De acordo com informações a paciente chegou a ser entubada, mas o quadro clínico se agravou rapidamente e, ela acabou não resistindo.

Ainda de acordo com a nota o caso está em investigação, e, como a paciente teve contato recente

com uma filha que veio do Rio de Janeiro, aonde já tem casos notificados do Covid-19, ela passa a ser notificada como caso suspeito. “O caso foi notificado e a amostra coletada já foi encaminhada para o laboratório de referência”, disse a nota. O resultado dos exames deverá ser divulgado em quatro dias.

Em Patos, mais dois casos estão ainda em investigação (exames coletados aguardando resultados). O de um vendedor de 39 anos, que deu entrada no hospital com febre alta, tosse sem secreção e cansaço, que fez rota recente no vizinho Estado do Rio Grande do Norte. E, o de uma criança de dois anos que se encontra no isolamento do Hospital Infantil Noaldo Leite.

Malote Digital é adotado para alvará de soltura

Com o objetivo de evitar o deslocamento dos oficiais de justiça aos presídios, preservando-se a incolumidade da categoria, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e o corregedor-geral de Justiça do TJ, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, assinaram ontem, o Ato Conjunto nº 03/2020, determinando o uso do Sistema de Malote Digital para fins de cumprimento de alvará de soltura. A publicação ocorrerá no Diário da Justiça eletrônico (DJe) de segunda-feira.

O documento considerou a adoção de medidas preventivas e temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19), especialmente, com a edição dos Atos Normativos nº 02/2020 e 03/2020, assinado conjuntamente entre o TJPB, Ministério Público, Defensoria Pública e

Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba.

Por meio do Ato assinado ontem, os Juízes com competência em matéria penal, execução penal, medidas protetivas, socioeducativas e de família, encaminharão, através do Malote Digital, os alvarás de soltura para a unidade prisional onde se encontra recolhido o destinatário da ordem judicial. Pelo mesmo sistema, o cumprimento do alvará deverá ser remetido ao Juízo ordenante.

O documento dispõe, ainda, que o servidor da unidade prisional responsável pelo cumprimento da ordem deverá conferir o alvará no Sistema BNMP 2.0, Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do Conselho Nacional de Justiça, conforme artigo 25, da Resolução nº 251/2018 do CNJ, realizando a consulta da peça expedida no “portalbnmp.cnj.jus.br”.

Cagepa pede que população faça uso racional da água

Empresa também orienta para que as denúncias sejam registradas através dos vários canais de atendimento

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) solicita à população que as denúncias sobre falta d'água, vazamentos, desvios na rede ou quaisquer outros tipos de irregularidades ou interrupção de serviços devem ser feitas pelos canais de atendimento com informações corretas, como matrícula e endereço completo. O uso racional da água também deve ser priorizado neste período, para evitar problemas de intermitência na distribuição.

De acordo com o presidente da Cagepa, Marcus Vinícius Fernandes Neves, a colaboração da população é fundamental para que as equipes de manutenção sejam acionadas e resolvam o problema no mais curto prazo de tempo possível. "Muitas pessoas procuram a imprensa antes mesmo de registrarem a reclamação junto à Cagepa. Isso atrasa a resolução do problema porque é impossível fazer o monitoramento de toda a rede em tempo real. Então, contamos com a ajuda dos moradores, que podem nos informar assim que detectarem algum vazamento ou falta d'água, com informações completas", explica.

Marcus Vinícius destacou que, ao ligar para o 115, o cliente tenha sempre em mãos sua fatura de água e, ao final da ligação, solicite e anote o número do registro de atendimento (RA). "A partir do RA, o cliente pode acompanhar o andamento da solicitação que registrou", disse.

Seguindo as recomendações do Governo do Estado de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus, a Cagepa passa a restringir o atendimento presencial aos casos de extrema ne-

cessidade, direcionando as demais situações para o call center 115 e para os canais online: pelo site www.cagepa.pb.gov.br e agora pelo aplicativo Cagepa, que pode ser baixado pelo Google Play por qualquer smartphone com sistema operacional Android.

No aplicativo, os clientes podem solicitar serviços como: emissão de segunda via de sua fatura, registro de reclamações, consulta de informações sobre o consumo do seu imóvel e acompanhamento de solicitações.

Uso racional

A quarentena tem provocado uma mudança no padrão de consumo dos paraibanos e, devido ao aumento das pessoas em casa, tem crescido também o uso da água. No entanto, o presidente da Cagepa, alertou que esse alto consumo pode gerar um colapso no sistema de distribuição. "Temos que ponderar o equilíbrio entre oferta e demanda. O consumo desenfreado pode baixar o nível dos reservatórios rapidamente. Trocando em miúdos, se abusar, vai faltar", advertiu.

Marcus Vinícius conclamou a população a agir de maneira solidária e endossar a causa com medidas práticas de racionalidade. "No cenário atual de pandemia do coronavírus, precisamos unir esforços para combater essa ameaça. Precisamos ter responsabilidade e senso coletivo para enfrentarmos esse problema. Sabemos que a principal medida preventiva contra o coronavírus é a higienização, então estamos trabalhando diuturnamente para evitar a falta d'água. Mas a população precisa ser nossa parceira nesse processo", disse.

Para evitar aglomeração

Restaurantes populares do Estado passam a servir em quentinhas

Diante de toda conjuntura que o país e o mundo está passando devido à pandemia do coronavírus, o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Humano, adotou mudanças nos procedimentos de funcionamento dos Restaurantes Populares, serviço ligado à diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN). Os quatro restaurantes da Paraíba, onde são distribuídas diariamente 1000 refeições, em cada um, já se adequaram a uma nova modalidade. Nessa fase emergencial, o atendimento ao público não está mais sendo presencial: as pessoas entram nos estabelecimentos para adquirir seu alimento acondicionado em quentinhas e saem para se alimentar em outro local.

Os beneficiários são orientados a não acumular muita gente na fila para receber a quentinha; e, se houver fila, manter uma distância de pelo menos um metro entre as pessoas. Todas as orientações estão sendo dadas à população que frequenta assiduamente os locais, a respeito da higienização e prevenção determinada pelo Ministério da Saúde.



Foto: Secom-PB

As pessoas entram nos estabelecimentos e recebem o alimento em quentinhas e saem para se alimentar em outro local

Os funcionários estão sendo orientados também quanto à higiene das mãos e sendo disponibilizados álcool em gel, sabonete líquido e o que for necessário de EPI para que não haja contaminação.

A diretora da DSAN, Luciana Leal, considera im-

portante seguir essas normativas como medida de segurança para a população e ainda mais para o grupo vulnerável de idosos. "Essas medidas foram tomadas de acordo com as normativas do governador, e para assegurar que a população da Paraíba não venha a sofrer em rela-

ção à segurança alimentar, o secretário manteve reuniões de planejamento com toda a diretoria de segurança alimentar para pensarmos em medidas a serem tomadas para que a população não fique desprotegida quanto aos serviços que já vinham sendo realizados", explicou.

Hidroxiclороquina passa a ser controlado pela Anvisa e Saúde alerta para não usar em casa

Ana Flávia Nóbrega
ana8flavianobreg@gmail.com

O secretário de Gestão de Redes de Unidades Hospitalares da Paraíba, Daniel Beltrami, recomendou que as pessoas não façam o uso de hidroxiclороquina, remédio utilizado para o tratamento de pacientes em casos graves do Covid-19, em casa. O medicamento vem sendo utilizado junto com outras drogas em todo o mundo para pacientes que estão hospitalizados, ou seja, recebem acompanhamento médico para o uso adequado. "Em hipótese alguma as pessoas devem usar a hidroxiclороquina em casa. O remédio para pessoas que estão com sintomas leves é ficar em casa e fazer o uso de máscara. O remédio só é usado em quadros críticos", ressaltou.

A Anvisa enquadrou a hidroxiclороquina e clороquina

como medicamentos de controle especial. A medida é para evitar que pessoas que não precisam do medicamento provoquem um desabastecimento no mercado. A falta do produto pode deixar os pacientes com malária, lúpus e artrite reumatoide sem os tratamentos adequados.

A hidroxiclороquina é uma droga utilizada para o tratamento da malária e ganhou repercussão na internet e uma grande busca da medicação em farmácias após notícias sobre o uso da medicação nos Estados Unidos.

"Países com pacientes hospitalizados e que estão em estado mais grave, estão utilizando um conjunto enorme de protocolos de medicamentos, não só a hidroxiclороquina e alguns deles, em casos restritos, estão tendo alguns resultados que devem trazer alguma esperança para nós. Mas devemos lembrar que

isso ainda não é ciência. Para compreender se um medicamento é de fato efetivo para tratar uma respectiva doença, eu preciso ter uma amostra enorme de pacientes em tratamento e poder acompanhar por um período relativamente longo para saber. A Paraíba também dispõe desse medicamento e fará o uso caso necessário", avaliou.

O secretário ainda fez um balanço sobre o coronavírus no Estado. No momento, a Paraíba possui 187 casos em investigação distribuídos entre João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita, Patos, Sousa e Cajazeiras. Quarenta casos já foram descartados e apenas um paciente testou positivo para a doença. "Nesse momento, o Estado tem quatro pacientes suspeitos hospitalizados, todos eles já estão testados e estamos aguardando o retorno dessas

amostras", informou.

Daniel Beltrami ressaltou ainda que os dois óbitos suspeitos de coronavírus no Estado ainda estão no aguardo do resultado da testagem e deve ser divulgado nos próximos dias. E tranquilizou a população sobre a rede hospitalar para combater o novo vírus. "Já está aberta a primeira onda de contingência hospitalar para o Covid-19. Neste momento, as grandes cidades do Estado, que serão o alvo da grande maioria dos casos, já estão prontas para receber os casos de desconforto respiratório agudo que é a principal manifestação que vão levar as pessoas contaminadas para o hospital. Não se preocupe, a Paraíba tem uma capacidade robusta de resposta para proteger a sua vida, da sua família e do povo paraibano. A cura para o coronavírus é ficar em casa", finalizou.

COMO ECONOMIZAR ÁGUA SEM DESCUIDAR DA LIMPEZA?

- Feche bem as torneiras durante o ensaboamento das mãos e após o uso. Torneira aberta em 1 minuto gasta 3 litros de água;
- Feche a torneira enquanto escova os dentes ou faz a barba;
- Evite banhos demorados. O chuveiro aberto em 15 minutos gasta 60 litros de água;
- Antes de lavar a louça, remova restos de comida dos pratos e das panelas, ensaboe e só abra a torneira para o enxague;
- Evite lavar as calçadas com mangueira. Elas podem ser varridas;
- Molhe plantas e jardins ao entardecer ou amanhecer. Isso evita a evaporação rápida da água. Utilize regador em vez de mangueira;
- Evite que as crianças brinquem de tomar banho com mangueira;
- Fique atento aos vazamentos em pias, chuveiros e vasos sanitários;
- Conserte imediatamente os vazamentos, trocando as partes danificadas das canalizações. Não faça remendos provisórios.

CANAIS DE ATENDIMENTO:

- Teleatendimento 115
- Redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram)
- Agência virtual (www.cagepa.pb.gov.br)
- App Cagepa, que está disponível para smartphones com sistema Android

Cartórios da Paraíba adotam horário único, das 8h às 14h, até o dia 31

O presidente da Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (AnoregPB) e atual vice-presidente da AnoregBR, Germano Toscano, acompanhando as determinações que foram tomadas pe-

las autoridades de saúde e as unidades de saúde sanitárias do país, as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Corregedoria Geral de Justiça da PB, resolveu sugerir a todos os titulares de

cartórios que se engajem na luta contra o coronavírus

Toscano, em nota com a diretoria, estabeleceu um horário único de trabalho, das 8h às 14h, até 31 deste mês. "Fizemos isso porque é importante

para a população e para os notários e registradores de toda Paraíba. Precisamos conter o avanço do terrível coronavírus, que tem atacado o mundo inteiro. É um tempo difícil, mas vamos superar", disse.



Foto: Marcus Antonius

Gripe: começa segunda-feira a vacinação

Campanha foi antecipada em meio à crise do Covid-19 por tratar-se de medida de proteção contra outras doenças

Juliana Cavalcanti
Especial para A União

Na próxima segunda-feira terá início a 22ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza. Nesta fase, serão vacinados primeiramente os idosos e os trabalhadores de saúde que atendem à população. De acordo com a Secretaria de Saúde da Paraíba (SES-PB), a meta é vacinar, pelo menos, 90% de cada um dos grupos prioritários. A Secretaria de Saúde do Município afirmou que a paralisação dos ônibus não afetará a campanha.

Segundo o Ministério da Saúde (MS), os grupos prioritários para a vacina contra a influenza são: idosos, crianças (de seis meses até cinco anos, 11 meses e 29 dias), gestantes, puérperas, indígenas e trabalhadores de saúde. O Núcleo de Imunizações da SES-PB recebeu nesse primeiro envio 246 mil doses que já foram

encaminhadas às cidades paraibanas. O encerramento será no dia 23 de maio.

Em João Pessoa, as vacinas estarão disponíveis em todas as salas de vacinação das Unidades de Saúde da Família (USF) e no Centro Municipal de Imunização (CMI), de segunda a sexta-feira. Segundo a SES-PB, a campanha foi antecipada para tornar-se ser mais uma medida preventiva à população, principalmente para os idosos, pois a vacina é uma proteção para as doenças respiratórias mais comuns, que dependendo da gravidade podem levar à morte.

“Estamos num momento em que é fundamental que todos os grupos que compõem o público-alvo sejam imunizados e a vacina é a principal forma de se proteger da Influenza, criando uma barreira contra o vírus e protegendo, também, as pessoas ao redor”, esclareceu Fernando Virgolino, chefe de Imunização da SMS.

Para ser vacinada, a pessoa deve fazer parte do grupo prioritário no momento da imunização. Também serão vacinados os portadores de doenças crônicas, professores, funcionários do sistema prisional, população privada de liberdade, jovens de 12 a 21 anos sob medidas socioeducativas, profissionais das Forças de Segurança e salvamento e adultos de 55 a 59 anos de idade.

Também serão visitadas 30 instituições de grande porte, entre unidades de pronto atendimento (UPA), hospitais públicos e privados para vacinar os trabalhadores da saúde que atuam na rede hospitalar e serão imunizados em seus locais de trabalho.

Quem não trabalha na rede hospitalar deve ir a sua USF de referência no turno da manhã. Em 2019, a Paraíba atingiu 94,44% de pessoas imunizadas na campanha nacional do ano passado.



Foto: Agência Brasil

É importante que grupos de risco tomem a vacina contra o vírus da Influenza para evitar outras doenças respiratórias neste momento de medidas de prevenção ao coronavírus



Confira datas e público-alvo

Conforme o Ministério da Saúde, os idosos serão priorizados nesta primeira etapa, mesmo entendendo que não existe eficácia da vacina de Influenza contra o coronavírus. Porém, esta imunização é uma forma de auxiliar os especialistas a descartarem as influências na triagem e acelerarem o diagnóstico para o Covid-19.

Em João Pessoa, a vacinação para a população idosa será realizada em ginásios municipais de referência próximo a suas residências durante a tarde, e aqueles que moram em instituições de longa permanência serão vacinados nestas entidades. Já as pessoas acamadas serão imunizadas em casa. As localidades podem ser consultadas no link <https://midi.as/influenza>.

SERVIÇO

CRONOGRAMA DE VACINAÇÃO

■ 23/3 – Idosos e trabalhadores de saúde

■ 8/4 – Gestantes e puérperas

■ 16/4 – Crianças (seis meses até menores de seis anos), professores da rede pública e privada, portadores de doenças crônicas

■ 9/5 – Todos os grupos do público alvo

■ 23/5 - Encerramento

Instituições de Longa Permanência

Saúde recomenda cuidados com os idosos

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) reforça as orientações publicadas pelo decreto do Governo do Estado da Paraíba para que as Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPIs) adotem cuidados para minimizar o risco da disseminação do coronavírus (Covid-19). Além da utilização de equipamentos de proteção individual, a publicação prevê a restrição de visitas até o mês de abril. As medidas têm como base as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Conforme as normas vigentes no Estado, o acesso a estas instituições por visitantes com sintomas respiratórios, ou com diagnóstico de influenza e Covid-19 deve ser negado. Já para os visitantes que estiverem assintomáticos, mas que tenham retornado de área com transmissão local do coronavírus seja restrita, por 14 dias a contar da data de retorno na viagem. As medidas visam a proteção dos idosos que são mais vulneráveis a desenvolver o quadro mais agravado da doença.

De acordo com a gerente executiva de atenção à saúde da SES, Izabel Sarmiento, as medidas de controle também são válidas



Foto: Marcos Russo

para os funcionários que retornaram de viagem nos últimos 14 dias ou mantêm contato com outras pessoas que retornaram de países e estados com circulação do novo coronavírus. “Além da restrição de acesso, é preciso reforçar as medidas de

higiene das mãos nestas instituições para todos, sejam eles funcionários, visitantes ou residentes”, completa a gerente.

As medidas sobre a orientação da etiqueta respiratória, o aumento da higienização dos ambientes

– em especial os compartilhados – e a disponibilização de álcool em gel 70% nos principais pontos de assistência estão previstas nas recomendações. Em paralelo às medidas de higiene é recomendada ainda a atualização da situação va-

cinal para influenza e doença pneumocócica conforme indicação, para residentes e funcionários conforme orientação do Ministério da Saúde.

Confira as orientações no QR Code:



Instituições que abrigam idosos precisam intensificar as medidas de prevenção ao coronavírus

Homem é flagrado com 150 quilos de drogas na capital

Apreensão da maconha aconteceu após perseguição que começou em Cabedelo; droga seria distribuída em João Pessoa

Uma grande quantidade de drogas foi apreendida e um homem de 22 anos foi preso na madrugada desta sexta-feira, na avenida D. Pedro II, bairro da Torre, em João Pessoa. O homem transportava em seu veículo cerca de 150 quilos de entorpecente semelhante a maconha que seria distribuída na Capital paraibana.

Segundo o delegado Diego Garcia, do Núcleo de Homicídios e Repressão Qualificada de Cabedelo (NHRQC), a ação aconteceu em conjunto com a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) de João Pessoa, que tem à frente o delegado Bruno Victor.

Ele disse que o homem que estava com a droga já vinha sendo investigado e já responde por homicídio e porte de arma. “No dia de ontem, por meio do levantamento de informações, descobrimos que ele transportaria essa quantidade de drogas. Foi feito uma campana que resultou em perseguição, sendo ele preso no endereço acima em um veículo Gol, de cor prata, com o material ilícito”, destacou.

O delegado Bruno Victor disse que a investigação apurou que um homem viria em um veículo até Cabedelo para ser abastecido com a droga. Daí, as duas equipes de repressão a entorpecentes – de Cabedelo e João Pessoa – ficaram de prontidão para confirmar o fato. “Por volta da meia-noite e meia o carro foi visto por nossas equipes e iniciamos uma perse-

guição pela estrada de Cabedelo até a Av. Pedro II, quando ele foi obrigado a parar e fizemos a prisão em flagrante”, comentou.

“É muito importante esse reconhecimento da população no momento em que conseguimos retirar de circulação um traficante que só poderia trazer danos à sociedade”

A perseguição ao traficante e toda a ação da Polícia Civil chamaram a atenção dos moradores de prédios próximos à Av. Pedro II e a população chegou a aplaudir a ação policial. “É muito importante esse reconhecimento da população no momento em que retiramos de circulação um traficante que só poderia trazer danos à sociedade”, ressaltou o delegado Diego Garcia.

Para os delegados Diego Garcia e Bruno Victor, o êxito da ação é atribuído às equipes das duas unidades policiais. Eles parabenizaram os agentes e todos das equipes do Núcleo de Homicídios e Repressão Qualificada de Cabedelo e da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Capital.

As drogas já foram encaminhadas ao Instituto de Polícia Científica (IPC) e o suspeito foi preso em flagrante, qualificado e colocado à disposição da Justiça.

Programa social para idosos é suspenso na PB

O programa Caminhar com Saúde e Segurança, que tem atividades físicas oferecidas pelos profissionais da Polícia Militar para a comunidade, foi suspenso pela corporação por causa do novo coronavírus (COVID-19). Mesmo sendo praticado ao ar livre, no Busto de Taman-daré, ao redor do Espaço Cultural e na área externa do ginásio O Ronaldão, em João Pessoa, a maior parte do público atendido é composto pelo chamado grupo de risco, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), que são os maiores de 60 anos.

A coordenadora do programa, tenente-coronel Maria Filha, reforçou a importância do cuidado com os idosos neste momento e disse que, sendo possível, procurem fazer alguma atividade física em casa. “Faço aqui um apelo aos familiares dos idosos atendidos pelo programa, para que neste momento cuidem mais

deles, mantenha-os dentro de casa por causa do risco do contágio do novo coronavírus e, sendo possível, estimule-os a fazer algum tipo de exercício físico em casa, já que a rotina de atividades físicas para eles previnem inúmeras outras doenças”, destacou.

O programa Caminhar com Saúde e Segurança tem 22 anos de existência, oferecendo serviços de orientação em educação física e saúde, com caminhadas, dinâmicas, verificação de pressão arterial e de peso, entre outras ações. Diariamente, são atendidos mais de 500 cidadãos pelo programa, a maioria deles com idade superior aos 60 anos.

As atividades são realizadas de segunda a sexta-feira, em dois horários. Às 5h30, no Busto de Taman-daré e também no Espaço Cultural José Lins do Rêgo; E às 17h, na parte externa do Ginásio O Ronaldão.



A droga estava em um veículo que havia saído de Cabedelo e seria entregue em João Pessoa, segundo os dois jovens presos pelos agentes da Polícia Civil

Orgãos intensificam recomendações para garantir o isolamento social

A Polícia Militar, Civil e o Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba estão intensificando, desde ontem, ações de conscientização, para que a população cumpra as orientações de isolamento social, em virtude da pandemia do coronavírus no país. Conforme adiantou, medidas administrativas e criminais serão tomadas contra quem apresentar sintomas da doença e ainda estiver circulando nas ruas.

“Nosso trabalho é orientar a população quanto à necessidade de recolhimento,

de isolamento domiciliar. As viaturas estão circulando e explicando às pessoas que não se deve estar em calçadas, em praças, na praia, bares, restaurantes. Devem ser seguidas as orientações do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde e aqueles que insistirem em estar circulando, mesmo com sintomas da doença, serão responsabilizados, pois isso é crime contra a saúde pública”, explicou Jean Nunes.

Segundo os artigos 267 e 268 do Código Penal Brasi-

leiro (CPB), são crimes contra a saúde pública causar epidemia mediante a propagação de genes patogênicos e infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa, respectivamente.

Suspensão

O secretário Jean Nunes também publicou a portaria nº 16/2020 nesta quinta-feira (19), suspendendo de forma imediata o atendimento ao público externo na sede da pasta, localizada no

bairro de Mangabeira, em João Pessoa, em observação às recomendações médicas de prevenção ao Covid-19. O documento determina a preferência ao atendimento via telefone, por meio do número 3213-9065 (Protocolo Geral) ou e-mail: protocolo@seds.pb.gov.br.

A medida se estende também à Delegacia Geral de Polícia Civil, que funciona no mesmo prédio, e à coordenação do Centro Integrado de Operações (CIOP), tanto na capital quanto em Campina Grande.

PM descobre laboratório usado para o refinamento e tráfico de drogas

A Polícia Militar desarticulou, no final da tarde de quinta-feira (19), uma casa que funciona como local para produção e distribuição de drogas em Campina Grande. Na ação, dois suspeitos foram presos, e drogas e um vasto material usado no tráfico foram apreendidos.

Policiais do 2º Batalhão chegaram até o ponto de tráfico, no bairro do Pedregal, após denúncias, surpreendendo uma dupla de 22 e 24 anos de idade, que estava manipulando os entorpecentes. “Um dos suspeitos já responde a três processos por tráfico, e o outro suspeito, quando

era menor, foi apreendido por ato infracional análogo a roubo.”, disse o cabo Mattias, que esteve à frente da prisão.

Na casa, os suspeitos estavam com cerca de 4,5 quilos de substância análoga à cocaína distribuídos em tabletes e sacos plásticos, 19 cartelas com comprimidos artane, materiais para manipulação de drogas como faca, tesoura, peneira, liquidificador, além de uma prensa hidráulica.

Todo o material e os suspeitos presos foram encaminhados para a Central de Polícia Civil para os procedimentos cabíveis.



Laboratório foi localizado no Bairro do Pedregal, em Campina Grande

Transportes intermunicipais e urbanos param de funcionar

Na capital, determinação da prefeitura vale até 5 de abril; já as viagens entre os municípios voltam parcialmente na segunda-feira

Laura Luna
lauraragao@gmail.com

Em Campina Grande

O prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, determinou a suspensão das atividades de transporte coletivo, a partir de hoje até 5 de abril, podendo haver prorrogação. As novas medidas de combate ao coronavírus incluem também o fechamento de bares, restaurantes, lanchonetes, clubes sociais, salões de beleza e clínicas de estética. Casas noturnas, de festas e de espetáculos também deverão deixar de funcionar por pelo menos 15 dias.

Uma exceção: as empresas de transporte público coletivo urbano disponibilizarão duas linhas, que funcionarão nos seguintes horários: das 5h30 às 8h30 e das 17h às 20h, exclusivamente para o transporte dos trabalhadores dos serviços de saúde da rede pública e privada.

Intermunicipal

O governador João Azevêdo anunciou ontem que toda a frota de transporte intermunicipal da Região Metropolitana de João Pessoa e Campina Grande será paralisada neste final de semana e, a partir de segunda-feira, voltará a funcionar, porém com horário reduzido. Já os transportes que interligam todos os municípios da Paraíba, terão a frota reduzida a partir de hoje.

Balsa

A balsa que faz a travessia Costinha/Cabedelo/Costinha também terá o horário reduzido neste fim de semana; e as lanchas de transporte fluvial, que fazem a travessia Costinha/Forte Velho/Cabedelo funcionarão com horário e capacidade de pessoas reduzidos.

No início da manhã de ontem, no guichê da Expresso Guanabara, a venda das passagens já registrava queda em pelo menos 30%, segundo informações dos funcionários.

Viagens para o Rio de Janeiro, São Paulo e Marabá, no Estado do Pará, já foram canceladas devido ao fechamento das fronteiras.

Na Viação Rio Tinto, responsável por cobrir todo o Brejo paraibano, o movimento também caiu. O agente de passagem, Wellington Magno, conta que a empresa está trabalhando com sete horários a menos.

Há 30 anos na Viação Rio Tinto, Wellington Magno conta que só viu cenário parecido uma única vez. “Quando paramos por conta da greve dos caminhoneiros. Nunca mais tinha visto nada parecido e acredito que a situação ainda vai ficar mais difícil”, disse.



Foto: Prefeitura de Campina Grande

Com a declaração da pandemia do Covid-19 e para evitar a proliferação do vírus que causa a doença, Prefeitura de Campina Grande adota uma série de medidas preventivas

Serviços são fechados ou alterados

Seguindo as recomendações dos órgãos de saúde e da Organização Mundial de Saúde (OMS), o prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues, anunciou uma série de medidas com o objetivo de conter a disseminação do coronavírus. As determinações foram anunciadas ontem (20).

Em relação ao comércio, Romero Rodrigues anunciou que, a partir da próxima segunda-feira (23), o funcionamento em Campina Grande passará a ser das 10h às 16h – rigorosamente em sintonia com o horário bancário. A medida, que tem como

prazo final o próximo dia 13 de abril, tem o objetivo de racionalizar mais o funcionamento do setor frente aos desafios de se evitar a propagação do vírus na cidade.

Já os dois grandes espaços públicos de convivência mantidos pela Prefeitura – o Parque da Criança, no bairro do Catolé, e o Parque da Liberdade, na Liberdade – serão fechados a partir de hoje para evitar qualquer tipo de aglutinação.

“Embora reconhecidamente amargas, as medidas seguem as orientações de todas as autoridades sanitárias do mundo: todo

nosso esforço é para que as pessoas permaneçam em casa”, ressaltou o prefeito de Campina Grande.

Ginásios

Os ginásios esportivos, sob supervisão do município, estarão fechados de forma imediata até que novas decisões sejam publicadas. As atividades do Programa Mexe Campina já haviam sido suspensas.

“Temos ginásios com grande movimentação em todos os horários, por exemplo o Evonilson Menezes, popularmente conhecido como Quadra da Liberdade, o Ginásio Humberto

de Campos na Zona Leste, o Ginásio Joselito Lucena no Presidente Médice e o próprio Meninão. É uma decisão difícil, mas necessária para que possamos superar esse grande desafio”, disse Teles Albuquerque, Secretário de Esportes de Campina Grande. A partir da próxima segunda-feira (23), o atendimento ao público será feito de forma online através do endereço “campinagrande.1doc.com.br” ou pelo telefone 83 3322-8731.

O objetivo é evitar aglomerações de pessoas no local. Os funcionários se dividirão entre trabalho

presencial e home office, respeitando todos os protocolos de higiene recomendados pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde.

Shoppings

Em reunião com diversos órgãos, a prefeitura também recomendou o fechamento de shopping centers e galerias a partir da próxima segunda-feira. A medida prevalecerá até o dia 13 de abril, podendo ser prorrogada por igual período. O prefeito de Campina Grande se reuniu com representantes do setor lojista e dos shopping centers.

Rede pede ajuda aos paraibanos

José Alves
zavieira2@gmail.com

Em razão da pandemia causada pelo coronavírus na Paraíba, vem caindo gradativamente as doações e contribuições da população à Rede Feminina de Combate ao Câncer que presta assistência aos pacientes carentes do Hospital Napoleão Laureano. Segundo a gerente da Rede, Ana Carla

Bezerra, a instituição está precisando urgente de doações e pedindo ajuda a toda população. “As doações tiveram uma queda de cerca de 50%, o que provocou um grande impacto na instituição”, disse.

Ana Carla informou que a queda das doações se deve à chegada do coronavírus e aos cuidados que a população está tendo para não ser infectada. Mas as pessoas

que quiserem continuar ajudando a instituição podem fazer através de depósitos. “Temos duas contas: uma na Caixa Econômica Federal Ag 1010 – Op 003 - conta 2222-7 e outra no Banco do Brasil Ag3277-8- Conta 50137-9. Por outro lado, as pessoas que quiserem doar alimentos podem ligar para a Rede através do telefone 32415373 relatando que quer fazer doações de ces-

tas básicas, que a gente vai pegar na casa do doador”, informou.

Ela disse que a Casa da Rede Feminina tem atualmente 40 pacientes com câncer e que por dia elas fornecem 700 cafés da manhã e 60 almoços por dia aos pacientes e a seus acompanhantes no Hospital Napoleão Laureano que chegam de toda a Paraíba e estados vizinhos.

A Casa Rede Feminina

de Combate ao Câncer está instalada na avenida Doze de Outubro, 858, em Jaguaribe, e o telefone para contato é o 3241-5373. A instituição está sempre aberta para o apoio à saúde da mulher. O objetivo é gerar oportunidades de educação, prevenção e diagnóstico do câncer de mama e do colo do útero em comunidades carentes, levando informações importantes que conscientizem as mulheres.

Apenas duas linhas serão destinadas exclusivamente para o transporte dos trabalhadores dos serviços de saúde da rede pública e privada

Foto: Arquivo Orlando Júnior



Foto: Marcus Antonius



Fundado em 7 de fevereiro de 1968, o bairro inicialmente se chamaria Conjunto São Rafael, mas terminou recebendo o nome do primeiro presidente da ditadura militar; hoje, atrai muitos estudantes pela proximidade com a UFPB

Castelo Branco, nascido sob a marca da ditadura militar

Conjunto foi o primeiro, em João Pessoa, entregue pela Companhia Estadual de Habitação Popular

José Alves
zavieira2@gmail.com

O bairro Castelo Branco, situado na zona-sul de João Pessoa, continua sendo um dos bairros mais procurados por estudantes de todos os municípios do Estado e também de todo o país, devido a sua localização, ou seja, por se situar exatamente onde está instalada a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O bairro que comemorou no dia 7 de fevereiro 52 anos de existência, deveria se chamar, Conjunto Habitacional São Rafael, mas como o Brasil estava praticamente no auge da Ditadura Militar (1968), no ano em que foi implantado o Ato Inconstitucional (AI-5), os militares ordenaram que o bairro passasse a ser chamado Castelo Branco em homenagem ao primeiro presidente do regime. E assim ficou.

Segundo o presidente da Associação dos Moradores do Castelo Branco, Lindemberg Brito da Silva, o Castelo Branco foi a primeira unidade habitacional construída pelo Governo do Estado da Paraíba através da Companhia Estadual de Habitação Popular (Cehap) em João Pessoa, e foi inaugurado para beneficiar principalmente pessoas de baixa renda que ainda não ti-

nham moradia. Mas as casas só foram entregues aos moradores no mês de junho.

Ainda sobre a mudança do nome do bairro por imposição do regime militar durante o governo Costa e Silva, Lindemberg lembrou que o AI-5 possuía 12 artigos que estabeleciam um aparato jurídico para que os militares ampliassem o autoritarismo no país sob a falsa justificativa de realizar a salvaguarda da democracia.

À época, o AI-5 decretou a permissão ao presidente para fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores em todos os Estados e Municípios, bem como a cassação de mandatos políticos, além da apreensão de bens materiais de cidadãos, entre outras medidas.

Mudanças

O presidente da Associação dos Moradores do Castelo Branco lembrou também que a principal escola do bairro, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Médici passou a se chamar no dia 30 de março de 2015, Escola Estadual de Ensino Médio Presidente João Goulart. A sanção da lei, proposta pelo poder executivo, foi publicada no Diário Oficial

Apesar de ser uma reserva imobiliária, o bairro ainda não é tão verticalizado quanto os bairros vizinhos, como Torre, Miramar e Bancários



Lindemberg Brito, presidente da Associação de Moradores do bairro

do Governo do Estado.

“A mudança no nome da escola foi para distanciar os moradores e estudantes da marca da ditadura militar no país que ficou marcada por ações de oposição a trabalhadores, estudantes, artistas, intelectuais, membros da Igreja e até de políticos tradicionais”, relatou Lindemberg Silva.

Segundo o morador Valdivan Gomes, o Castelo

Foto: Arquivo Orlando Júnior

Branco ainda é um dos bairros mais tranquilos de João Pessoa por seus moradores serem em sua maioria estudantes e trabalhadores. A população é de 11.642 habitantes segundo censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Apesar de ser uma reserva imobiliária, o bairro ainda não é tão verticalizado quanto os bairros vizinhos, Torre, Miramar e Bancários, mas já vem sendo observado por vários donos de empresas da construção civil que têm reais intenções de construir condomínios residenciais em razão do número de estudantes”, afirmou.

Os moradores do Castelo Branco, também contam com o Hospital Universitário que atende pelo SUS, e têm à disposição três agências

bancárias, todas situadas nas dependências da UFPB. Ele disse que a média do preço de aluguel no bairro varia de R\$ 700 a R\$ 1,200 mil. Os preços mais baixos são registrados nos aluguéis de quitinetes e os mais altos nas casas ou apartamentos com dois ou três quartos.

Os estudantes, que vêm do Sertão e também de outros Estados como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e até de São Paulo, buscam em sua maioria fazer na UFPB o curso de medicina, que é um dos melhores do Brasil. “A vantagem dos estudantes que alugam casas ou apartamentos por aqui, é que eles não precisam de transportes para chegar à universidade. Eles vão a pé ou de bicicleta para as salas de aula”, afirmou Valdivan.

O QUE MELHORAR?

- O bairro tem 16 praças, só três são novas e têm equipamentos de ginástica. As demais precisam de manutenção
- O único mercado existente também precisa de reformas urgentes; moradores recorrem ao Mercado Central.
- Iluminação pública das principais ruas é precária, gerando insegurança para os moradores
- Bairro ainda tem oito ruas que não são calçadas e nove que ainda não são saneadas

Cantinho do Rei: música e boemia

Um dos bares mais frequentados do Castelo Branco é o ‘Cantinho do Rei’, que foi fundado há 20 anos. Segundo o proprietário Carlos Alberto Silva do Nascimento, o grande atrativo do bar, além dos petiscos e da cerveja gelada, são as músicas do Rei Roberto Carlos. “Só vem pra cá quem gosta de ouvir o som de Roberto Carlos. Aqui o consumidor pode ouvir os sucessos mais antigos, do início

da carreira do rei, até os atuais. O Bar Cantinho do Rei funciona todos os dias a partir das 17h e só fecha quando sai o último cliente, seja qual hora for. Pode ser a meia noite ou às 5h da madrugada”, disse Carlos Alberto que tem em seu ambiente de trabalho diversas fotos e pôsteres com Roberto Carlos, inclusive um com ele abraçado com o rei Roberto quando ele fez um show na Domus Hall.

Foto: Roberto Guedes



Há 20 anos, Carlos Alberto Silva resolveu fazer uma homenagem a seu grande ídolo: Roberto Carlos

Projeto Memória revitaliza história

No sentido de resgatar a história do bairro Castelo Branco, o jornalista e escritor Orlando Júnior idealizou o Projeto Memória. O objetivo foi contar os fatos que culminaram com a fundação do bairro através de documentos e fotografias. A pesquisa foi tão intensa que gerou produção de filmes documentais e livros sobre o conjunto. Todo o trabalho foi feito a

partir da redemocratização da Associação de Moradores do Conjunto Castelo Branco, em junho 2017, com a participação do Grupo Castelo Audiovisual e a Empresa de Serviços Culturais (Emserc).

O jornalista contou que através da colaboração de antigos moradores, foi possível recuperar parte dessa história do bairro que foi fundado 1969.

Foto: Arquivo Orlando Júnior



Dia da inauguração com presença de autoridades e dos primeiros moradores

Conjunto das Lavadeiras

“Outra história saborosa, conseguida também pelo Projeto Memória, diz respeito aos operários que construíram o bairro. Era comum eles verem as moradoras da fazenda lavando roupas nas águas do Rio Jaguaribe, o que os fez denominar o bairro como Conjunto das Lavadeiras”, contou. Posteriormente o conjunto passou a se chamar São Rafael (o nome da fazenda em que foi construído) e acabou batizado de Conjunto Marechal Castelo Branco, em homenagem ao presidente do Brasil, morto em um acidente aéreo meses antes da inauguração do bairro. E como essa, outras histórias foram sendo recuperadas e tornadas públicas. Todo esse material estará no livro “Conjunto Castelo Branco – 50 Anos” de autoria de Orlando Júnior. O livro está em fase de produção.



Foto: R. Medeiros/Divulgação

Virtuosismo de Ivan Sacerdote e seu companheiro, o clarinete

Instrumentista já tocou com nomes como Hermeto Pascoal, Paulinho da Viola e Rosa Passos

Kubitschek Pinheiro
Especial para A União

Com o sobrenome Sacerdote, Ivan, o jovem clarinetista brasileiro, só podia ser um artista virtuoso. Ele é carioca e fez 33 anos neste mês, mas desde pequeno que mora na Bahia. É mestre em Música pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E não larga seu companheiro, o clarinete.

O Sacerdote vem do pai, Arnaldo (militar da Marinha), cuja família nasceu no baixo recôncavo baiano. “Muita gente que tem esse sobrenome, que vem lá do recôncavo, me procura para saber se somos parentes, e eu digo que não sei. Esse ramo da família é mais de Nazaré, do que Santo Amaro, mas toda família é santamarrense: meus avós e bisavós”, disse Ivan, em entrevista para o Jornal A União.

A iniciação musical foi, lembrou Sacerdote, com flauta doce, ainda menino. “Foi mãe quem me deu uma flautinha e eu já comecei a ensaiar um ‘Parabéns a Você’, digo, para mim”, contou rindo.

“Parte da minha infância passei no Pará, terra da minha mãe (Neusa Ribeiro de Medeiros, que nasceu em Óbidos, e que tem o mesmo nome de uma cidade de Portugal). Na verdade, eu vim pra Bahia por causa de meu pai (Arnaldo Sacerdote, que é militar, com quem o músico não tem muito contato). Por isso, passamos por vários lugares. Nem sei exatamente quando cheguei à Bahia, acho que com nove ou dez anos. Com um detalhe: aprendi a tocar clarinete no Pará. Como eu já falei, toco flauta doce até hoje e toco bem melhor que o clarinete”, frisou.

Ao pisar em Salvador, Ivan Sacerdote foi logo estudar música com o maestro Horst Schwebel, professor de trompete e 1º trompete da Orquestra Sinfônica da UFBA, tendo fundado a Banda Sin-

fônica da universidade e ocupou várias funções na Escola de Música da UFBA (Emus), da qual foi diretor de 2005 a 2009. Morreu em 2015.

“Aprendi muito com Horst. Um cara responsável pela formação de muita gente da Bahia, muitos jovens estudaram com ele. Nesse período, comecei a tocar numa banda harmônica do Pelourinho. Eu só fui ter um professor profissional de clarinete, quando tinha 20 anos”.

Ivan estuda todos os dias e já tocou com Hermeto Pascoal, Paulinho da Viola, Rosa Passos, Seu Jorge, Lula Galvão, Jorge Helder, Armandinho, Saulo Fernandes e Luiz Caldas. Ganhou prêmios, o mais recente do Festival de Música Educadora FM, de Melhor Música Instrumental, com ‘Coco pra Vicente’, composta por ele em homenagem ao filho de mesmo nome, de apenas seis anos. Ivan é casado com Lorena Sacerdote.

Já são 20 anos na Bahia, pedaço de terra que ele diz que é seu, como está na canção de Caymmi. “Não tenho nenhuma relação com o Rio de Janeiro e não pretendo sair daqui. Morei dois anos na Espanha, em Granada. Foi lá que aprendi a tocar jazz”. Nesse período, de 2009 e final de 2011, o músico abandonou a UFBA.

Na Espanha, o artista tocava em bares, teatros pequenos e chegou a formar um grupo de jazz. “No segundo ano, criei outro grupo para tocar só bossa nova. Foi quando assumi minha paixão por João Gilberto. Comecei então a tocar as músicas de João e Rosa Passos. Nesse tempo aí, formei o Trio Dendê, com um argentino e um catalão. Tocamos muito”.

Um artista que influenciou o trabalho de Ivan foi Paulo Moura, maestro, compositor, arranjador, saxofonista e clarinetista brasileiro de choro, samba e jazz, que morreu há dez anos.



Foto: Lígia Rizério/Divulgação

Com a iniciação feita pela flauta doce, músico carioca radicado na Bahia se inspirou em Paulo Moura, maestro que conseguiu ultrapassar a “coisa do clarinetista marginalizado”

Como o som de Paulo Moura, aos seus ouvidos? “Olha, isso vem da minha adolescência. Ele conseguiu ultra-

passar essa coisa do clarinetista marginalizado. Era muito popular. Eu ouvia minha mãe escutando Paulo (Moura) e

ficava fascinado. Ela me deu o LP *Confusão Urbana, Suburbana e Rural*, de 1976. Eu tenho muito dele. No repertório de

choro, ele é um gigante. Muito produtivo”.

Ivan não tem crença religiosa nem acredita em Deus.

Parceria com Caetano Veloso surgiu pela paixão da música dos anos 1950

Foi no final de 2017 que Ivan Sacerdote conheceu Caetano Veloso, na casa do cantor e compositor, em Salvador. “Fui levado para conhecer o Caetano por um artista aqui da Bahia, o Magary Lord, com quem tenho feito muitos shows. Nesse dia, outro amigo foi com a gente, o Seu Jorge”.

“Na primeira noite, tocamos ‘Futuros amantes’, de Chico Buarque, e ele gostou muito. Veio falar comigo, me abraçou e aquilo me deixou sensibilizado. Falei que era da Escola de Música da Bahia. Ele tem uma relação muito forte com a Escola. Eu me lembrou de quantas pessoas importantes na história da nossa música, passaram pela Emus”.

Fundada em 1954, a Escola de Música da Universidade Federal da Bahia (Emus-UFBA) foi uma sacada da gestão do Reitor Edgar Santos, a partir de ideais que buscavam canalizar o potencial artístico dos alunos daquele



Foto: Vevo/Divulgação

Encontros na casa do consagrado artista baiano renderam o show ‘Caetano Autoral’

Estado e, de todo Brasil, além de estudantes vindos do exterior. Foi lá que Sacerdote defendeu sua tese de mestrado. “Olha, para quem não conhece a Emus, é melhor escola de música do nosso país. Além da formação básica, somos obrigados a co-

nhecer e estudar a música barroca, e muitos trabalhos com a parte harmônica. Eu juntei bem a parte teórica com a prática”, lembra Ivan.

E a parceria com Caetano? “A parceria surgiu porque – na hora que começamos a tocar,

despretensiosamente – há coisas que a gente acredita muito: sons dos anos 1950. Tocamos muito Caymmi, Tom Jobim, além dos sambistas tradicionais do Brasil Noel Rosa, Ary Barroso, Cartola e outros. E, claro, a música baiana”.

Para Sacerdote, esses encontros na casa de Caetano e a música de todos os dias uniram os dois, vindo a proposta do show *Caetano Autoral*, que teve sua estreia em Salvador e as edições seguintes adiadas por conta do novo coronavírus.

“É verdade. Mas veja: depois de um ano, a Paula (Lavigne) teve a boa ideia e falou que o que estávamos fazendo era algo muito bom que merecia um registro”, apontou. Nesse tempo, Ivan já tocava algumas canções de Caetano.

A empresária de Caetano Veloso, Paula Lavigne, sugeriu um EP com quatro canções que foram gravadas no estúdio de

Carlinhos Brown, Ilha dos Sapos, em Salvador. Mas logo resultou num CD completo, com o restante das gravações em Nova York, EUA, pela Vevo (da Universal), que fez vídeos da dupla, sensacionais. São nove canções. “Nós conseguimos fazer um disco bonito de releitura da melhor qualidade”, argumentou.

Como foi a noite de lançamento? “A estreia tem o ‘efeito Caetano’. Ao lado dele, a responsabilidade aumenta. É incrível esse diálogo da poesia dele com o som do clarinete. Ele tem essa generosidade, nos coloca no melhor lugar da música brasileira e nos proporciona o destaque da sonoridade sinfônica. Esse disco que fizemos é completo”, analisou.

No show, são 21 canções, com a participação do guitarrista, Felipe Guedes, também da Bahia. “Estamos até vendo possibilidades de acrescentar mais canções”, complementou.

Na internet

Opções para ficar em casa são as webséries

Em tempos de ficar em recolhimento em casa, buscar programação oferecida on-line é uma boa opção.

No canal de Youtube *Brasileiríssimos* (www.youtube.com/user/br-4sileirissimos), o público encontra as três temporadas da websérie potiguar *Septo*, da Caboré Audiovisual. A terceira temporada, lançada neste mês, possui seis episódios, disponibilizados aos domingos.

Nesta última temporada, depois da traumática perda do pai, durante sua despedida do esporte que consumiu boa parte de sua vida, a triatleta Jéssica Borges corre contra o tempo para se curar de um câncer que degrada cada dia mais seu corpo. Enquanto Lua, sua namorada, precisa visitar seu passado para fazer as pazes com o futuro.

Antes de descobrir a doença, Jéssica era uma triatleta saudável, recordista e de carreira promissora com a vida regrada e controlada pelo pai. Foi em uma manhã de treino, após receber a notícia de que seria convocada para as Olimpíadas, que passou mal em mar aberto e foi socorrida por Lua, dona de um Albergue e Escolinha de Surf que fica nas proximidades. O encontro com alguém tão oposta fez com que ela repensasse uma vida inteira aprisionada, com abdicação dos seus desejos e felicidade artificial programada.

“O argumento da série foi concebido de maneira bem peculiar, muito impulsionado pelo desejo de representatividade minha, enquanto mulher, nordestina e LGBT, mas também por uma necessidade – quase fisiológica – de escrever uma história na qual eu tivesse espaço para exercer a minha arte primeira, que é ser atriz”, conta Alice Carvalho, que além de idealizadora e roteirista da série, interpreta a protagonista.

‘Acesa’

Outra opção de websérie é *Acesa*, que conta com 15 episódios-en-



Foto: Divulgação

Cena da websérie potiguar ‘Septo’, cuja terceira temporada foi lançada neste mês no Youtube

contros da musicista pernambucana Alessandra Leão com mestras, mestres, músicos e líderes religiosos, ligados às tradições do Coco, Ciranda, Maracatu de Baque Solto, Jurema, Umbanda e Candomblé.

Assim como Novo Mundo, cada capítulo é disponibilizado semanalmente, só que este às quartas-feiras. Esta websérie é fruto de imersão idealizada pela artista como parte do processo criativo para o seu novo disco de mesmo nome. Ela também é encontrada no Youtube, no endereço www.youtube.com/user/alessandrалеao.

Acesa foi inspirada pelo livro *Cidade Passo*, da artista visual Vânia Medeiros. Para a produção do projeto, Alessandra reuniu um grupo formado pelo músico, arranjador e produtor Caçapa, o cineasta Luan Cardoso, a atriz e dramaturga Luciana Lyra, além da própria Vânia.

Cada encontro teve como única regra acontecer caminhando à deriva,

apenas com ponto de partida escolhido e trajeto conduzido pelo convidado, investigando as relações entre música, transe, poesia e cidade. “Penso na música como algo sagrado, seja dentro do ambiente religioso, seja nos terreiros da rua, seja em um show ou em casa. Gosto do sagrado que ilumina a alma pela fé e pela festa”, conta Alessandra. “A arte ligada às diferentes tradições me ensina desde muito tempo o quão fortalecedor é brincar juntos, como isso nos mantém de pé, como é profundo e potente.”

A partir do dia 25, os episódios que entram no ar são os dos pernambucanos Pai Cacau, Paulinho Carrapeta, Alexandre L’omiL’odo, Mãe Beth D’Oxum, Nilton Jr, Guitinho da Xambá, Babalorixá Ivo de Oxum, Mestre Barachinha e Aurinha do Coco, e dos paulistas de Guarulhos Pai Luiz Soliano e Mãe Marilda Soliano. Já estão on-line os vídeos das paraibanas Odete de Pilar e Ana do Coco e de Metre Galo Preto, de Pernambuco.

Cronicartigo

Pereira Sitônio Pinto

Da Guarda Nacional - sitoniopinto@gmail.com

Grito lancinante

Este é o último mês em que escrevo aqui n’A União. Recebi aviso prévio para desocupar a moita, pois o legislador entende que eu acumulo empregos. É que sou aposentado, e a legislação veda uma segunda atividade ao inativo. Mas a equipe de Jair M. está lotada de oficiais das FFAA reformados, a começar dele mesmo. Devo agradecer a gentileza da Superintendente Naná Garcez em nos comunicar a decisão dos cartolas em nos desligar do jornal a que servimos tanto tempo.

Naná reuniu o seu gabinete uma tríade de aposentados – Carlos Aranha, Gonzaga Rodrigues e este locutor que vos fala – para nos comunicar a decisão dos doutores da lei. Carlos Aranha escrevia uma coluna de arte & cultura como não há melhor no Brasil, quiçá no mundo, com certeza neste planeta errante. Não há outro para escrever tão bem sobre música. E de lambuja, cinema, e ainda literatura. Na crônica, não haverá um texto igual ao de Gonzaga Rodrigues, aqui ou em Niterói.

Prometo ao leitor a edição de um livro de crônicas e artigos ainda nesse semestre. Tenho, para isso, o acúmulo de muitos anos de trabalho, na base de doze textos por mês, ou uma grossa por

As cápsulas de graviola estão fazendo o maior sucesso no tratamento dos tumores malignos, boas e baratas, sem contraindicação

ano. Quem sabe, lançaremos uma revista de opinião, para a qual já chamei Gonzaga muito antes de sermos defenestrados. Em breve, você terá notícias dela. Cobre.

O fato de um aposentado ter uma atividade remunerada não quebra o País, mas pode até aumentar o PIB da Nação. Gonzaga está finalizando mais um livro de suas crônicas, que dará a lume brevemente. Até eu vou apresentar uma reunião e seleção de cronicartigos, antes do São João – se a corona não me pegar.

Essa pandemia viral tem a sua serventia. Quando nada, servirá para dar mais uniformidade à humana raça: todos unidos por uma só doença, igualmente, sem vacina, sem remédio, sem mesinha. Até para câncer já existe remédio, mas para a corona ainda não há

solução. As cápsulas de graviola estão fazendo o maior sucesso no tratamento dos tumores malignos, boas e baratas, sem contraindicação. Eis uma boa notícia para contrabalançar o mundo das pandemias e da violência que atingem ricos, pobres e miseráveis.

Ela diz que o dinheiro não traz felicidade; não sei, pois ainda não tive. Se um dia eu tiver o vil metal, te avisarei, eminente Leitor. Você saberá. Desculpe-me se Vossa excelência for rico; não tenho nada contra, nem inveja. Quando tiver seu carrão importado, passe aqui na minha rua para dar sorte à pobreza...

Dizia um: - Se eu tirar na loteria, pago à metade das minhas dívidas.

Dizia o outro: - E a outra metade?

- Tinha que esperar que eu tirasse outra sorte; não posso pagar a todo mundo de uma só vez...

Amigo Velho, eu levei um tombo grande ontem, na minha suíte, parece que um exu me empurrou. Ainda estou com a ressaca da queda. Se eu ficar imobilizado, não tenho sintomas; mas, se me movimentar, o grito é lancinante.

(Terça, quinta, sábado)

Rui
Leitão

iurleitao@hotmail.com

Conservadorismo raivoso

Os ambientes virtuais das redes sociais têm revelado um fenômeno político que preocupa: o crescente conservadorismo raivoso. Alimentados por conceitos originados da intolerância ideológica e antidemocrática, disseminados pelo oligopólio midiático que impera em nosso país, surgem aqueles que estimulam uma “guerra cultural” através da internet.

Na ânsia de quererem fazer prevalecer suas opiniões, desconhecem os limites do bom senso e criam tensões desnecessárias, vociferando críticas furiosas contra aqueles aos quais elegeram como inimigos políticos. O mundo virtual torna-se um escudo para a aplicação comportamental colérica, em razão da distância que o separa do contendor e a possibilidade do anonimato.

Essa “onda conservadora” que se propaga no mundo inteiro, com ênfase no momento político nacional, abomina pautas progressistas e odeia conquistas sociais. Há uma insistente compreensão de que a mudança dos tempos não pode alterar valores, crenças e costumes adotados, fazendo do conservadorismo um palanque para discursos de raiva, opressão e violência. Observa-se, lamentavelmente, um engajamento ideológico para instigar o preconceito, agredir minorias sociopolíticas, assumir posturas egoístas do individualismo predatório, reagir contra mudanças sociais.

É falsa a manifestação de intercessão em favor dos “bons costumes da tradição” quando se verifica que está alimentada pela ira, pela incompreensão, pela intransigência, pelo desdém. O extremismo moralista externado nas redes sociais não consegue argumentar com racionalidade suas ideias porque está apoiado na passionalidade e no fanatismo.

Difícil interagir com os protagonistas do conservadorismo raivoso. Eles não se permitem debater questões contemporâneas que contrariem seus pensamentos. Na falta de fundamentos que justifiquem seus posicionamentos, partem para a agressão, a chacota, a ofensa, na intenção de desqualificar os que se colocam em situação oposta à deles.

Uma sociedade perde sua vitalidade quando se acomoda em ser o que é, ou pior, ser o que foi, sem admitir mudanças revolucionárias. Recusar projetos políticos que produzam transformações através das forças da modernidade, é praticar e defender um conservadorismo burro. Não estou propondo renegar o passado, porque ele nos ensina a viver o amanhã. O conservadorismo, em sua compreensão radical nos remete ao obscurantismo, travando, portanto, o desenvolvimento da humanidade.

No conservadorismo prevalece o discurso individualista e retrógrado. Não concebendo pensamentos divergentes, seus ideólogos reagem com manifestações raivosas, desrespeitando o contraditório. É quando se estabelece a política do ódio, que produz clima de permanentes atritos entre indivíduos de um mesmo grupo social. A linguagem inflamatória se tornando natural. Está na hora desses instintos belicosos serem domados, em favor da construção de uma sociedade fraterna que busque num ambiente de parceria avançar, sem o aprisionamento a conceitos e ideias conservadoras estéreis.

Foto: Divulgação



Redes sociais têm revelado um crescente conservadorismo raivoso

Literatura

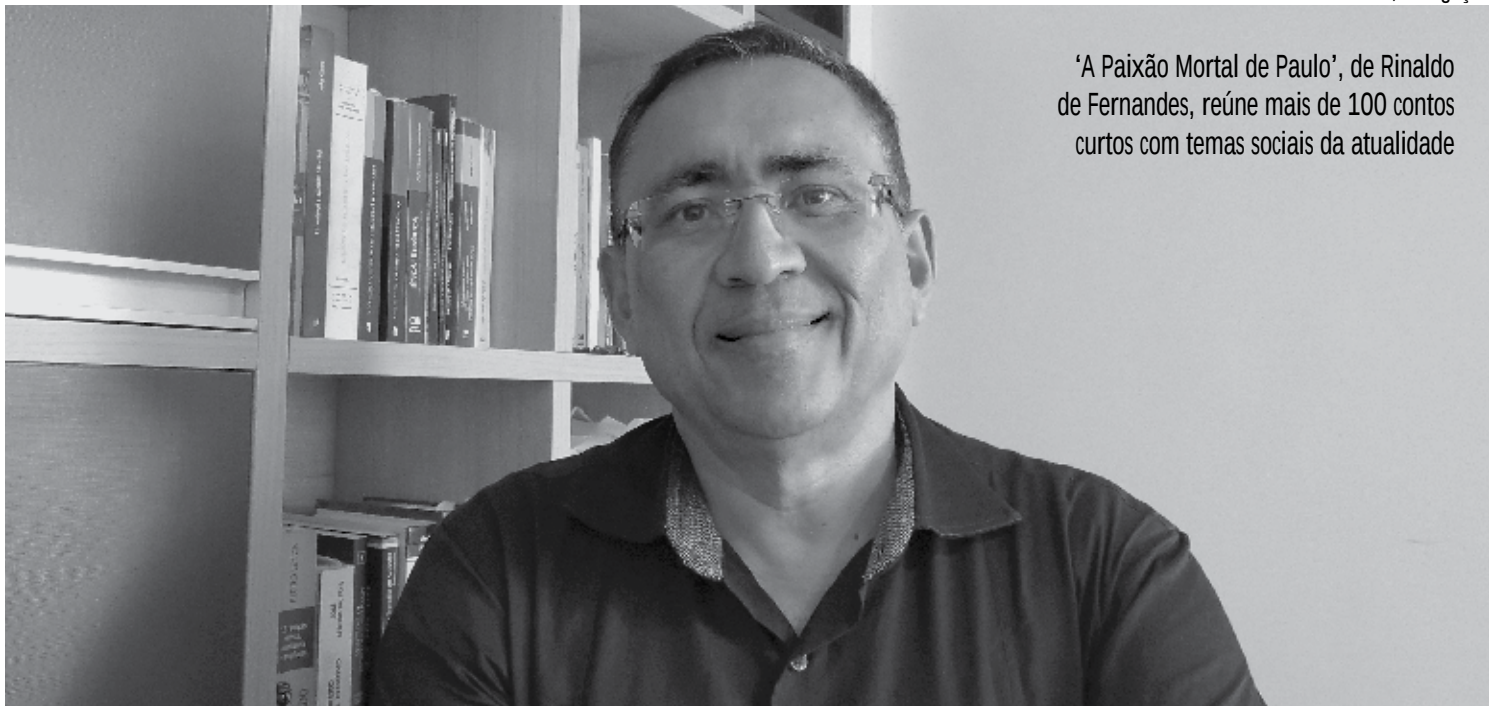


Foto: Ronaldo Medeiros/Divulgação

‘A Paixão Mortal de Paulo’, de Rinaldo de Fernandes, reúne mais de 100 contos curtos com temas sociais da atualidade

Coletânea traz contos poéticos

Guilherme Cabral
guipb_jornalista@hotmail.com

Resultado de projeto que o autor criou em sua página no Facebook durante seis anos, o livro intitulado *A Paixão Mortal de Paulo* será lançado pelo escritor Rinaldo de Fernandes no mês de maio, por meio da Editora 7Letras (RJ). A obra, considerada de prosa poética, reúne 105 contos, todos curtos, cujo eixo principal são temas sociais da atualidade, a exemplo da violência urbana, a agressão à mulher, o preconceito racial e a ascensão da nova classe média de ideologia conservadora no Brasil, a partir de 2019. Todos os contos são escritos com uma linguagem lírica.

“*A Paixão Mortal de Paulo* foi um dos quatro títulos que

coloquei numa enquete para escolha pelos próprios leitores durante a realização do projeto *O Livro dos 1001 Microcontos*, que realizei de 2013 até 2019, mas que ainda está disponível no Facebook”, explica o autor maranhense radicado na Paraíba. “O conto fala sobre Paulo, funcionário de uma empresa que se apaixona visceralmente por uma colega de trabalho. Os outros três títulos foram *Carneiros dormindo*, no qual um ex-presidiário assalta um morador da zona rural a quem pede água para colocar no radiador do carro que vinha dirigindo; *Útero*, que narra briga num condomínio; e *Pescoço de frango*, em que uma mulher coloca veneno no próprio frango que vende”. Eu conduzi tudo para a interatividade”, disse Rinaldo.

Nesse que é o seu 16º livro, o autor disse que a nova obra ainda contém contos que abordam, por exemplo, a questão religiosa, com a manipulação da fé e os assassinatos. “Também escrevo sobre a ideologia conservadora brasileira da nova classe média ultrarreacionária, que assumiu o governo no Brasil com o presidente da República, Jair Bolsonaro”, acrescentou ele, observando que “a obra ainda inclui aspectos humanos, como a solidão, o

amor, os desencontros e as relações esgarçadas”.

Rinaldo admitiu ter sido difícil escolher uma quantidade restrita de contos entre mais de mil escritos. “Selecionei textos com linhas social e lírica, talhados pela linguagem com atmosfera poética. Para mim, é fundamental, na literatura, a força da linguagem”, confessou ele, para quem outro aspecto pessoal contribuiu para “quebrar a cabeça” nesse trabalho de definir o que iria ser incluído no livro: o seu perfeccionismo. “Fiz uma triagem rigorosa, lapidando os textos, porque sou exigente com eles”, confessa.

A princípio, o livro teria o título de *A mulher que sequestrou Chico Buarque*. Mas Rinaldo de Fernandes justificou a razão da mudança. “A assessoria jurídica da editora sugeriu outro título, por conta de direito de imagem do cantor e compositor”, contou. Em primeiro momento, a obra chegará às livrarias do Brasil, mas ainda não sabe como será o lançamento presencial, diante da situação crítica que vem sendo causada pelo novo coronavírus.

Não é a primeira vez que Rinaldo de Fernandes leva muito tempo para concluir um projeto. Um exemplo é o conto *A Morta*, que integra o seu livro

O Perfume de Roberta, de 2005. Ele contou que a ideia surgiu em meados dos anos 1990 e ficou maturando-a durante quase oito anos para encerrá-lo.

De forma mais detalhada, o escritor esclareceu como se dá esse processo de criação literária, durante entrevista concedida ao então doutorando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), José Nunes, ao projeto Como Eu Escrevo, em maio do ano passado:

“Trabalho parágrafo a parágrafo. Estampo o parágrafo diante de mim, fico trabalhando nele até a exaustão. Só passo para o parágrafo seguinte quanto sinto que o que estou escrevendo está pronto. Mesmo assim, retomo outras vezes os parágrafos já prontos e, aqui e ali, troco uma palavra, corto uma outra”, enumera. “Portanto, o meu processo é de revisão permanente, de retomadas repetitivas. Só assim cristalo o texto. Não gosto de mostrar meus textos antes de publicá-los. Raramente faço isso. Fiz no processo de escrita do romance *Romeu na Estrada* (Garamond, 2014), e a leitura prévia de alguns amigos escritores me foi muito proveitosa. É um projeto muito interessante de entrevistas com escritores brasileiros”, comentou o autor.

Música

Jampa Rock Festival adiado para 2021

Cairé Andrade
caireandrade@gmail.com

Devido à disseminação do coronavírus e às recomendações das autoridades para o fechamento de equipamentos culturais, já era possível deduzir que o Jampa Rock Festival, que aconteceria no próximo dia 4, no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, em João Pessoa, seria cancelado. Porém, a nova edição não acontecerá neste ano, após os meses de prevenção da crise: ficou para o ano que vem.

Um dos produtores, Fábio Henrique, reforçou que não houve outra possibilidade. “Infelizmente esgotaram-se todas as possibilidades de um adiamento”, admite. “Não é uma missão fácil, são cinco bandas, cinco agendas, além da programação do Espaço Cultural. Como não conseguimos ajustá-las para o segundo semestre, resolvemos cancelar e focar na edição de 2021. Assim que estivermos em condições, vamos organizar a nova edição”.



Foto: Divulgação

Capital Inicial seria uma das cinco atrações da edição deste ano, que foi cancelada por não conciliar as agendas dos artistas

Realizado pela Colônia Produções, o *line-up* teria nomes como Capital Inicial, Paralamas do Sucesso, Biquini Cavadão, Vitor Kley e Val Donato. Por enquanto, não há definições de novas datas e nem de programação. O foco é se resguardar em casa para evitar a proliferação do Covid-19. “Agora é um momento de recolhimento, por questão de cidadania. A ideia é que, assim que passar esse período, a gente possa

indicar uma nova data, possivelmente também em abril”, adianta o produtor.

Val Donato, uma das atrações, lamenta a situação. “Claro que ficamos todos tristes, mas não temos o que fazer. Estamos lidando com uma questão muito superior. Estamos falando de uma questão de saúde pública mundial. Vamos apenas aguardar para que no próximo ano esteja tudo melhor e que possamos realizar o festival”.

Para quem já havia comprado o ingresso, a organização afirmou que o reembolso será realizado pelo site *Ingresso Nacional* (www.ingressonacional.com.br) a partir do dia 25 deste mês, sem a necessidade de solicitação. Os que foram comprados em dinheiro serão devolvidos no mesmo ponto de venda onde foram adquiridos, mediante apresentação e retenção do ingresso, além da assinatura do recibo.

Crônica em destaque

Thomas Bruno Oliveira
thomasbruno84@gmail.com

Igrejas que nos levam ao passado

João Pessoa possui as igrejas mais antigas do Estado da Parahyba. Estas belas construções remontam a fundação da cidade e a presença missionária da igreja na colonização da Capitania. Faremos então uma caminhada pelas igrejas principais, localizadas no nascedouro da capital parahybana. De carro, podemos desembarcar defronte a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, magnífica construção em pedra sabão que remonta a época da conquista da Capitania. Construída em aproximadamente 200 anos, seu início foi no longínquo ano de 1592.

Ao entrar na Igreja dos Carmelitas, podemos apreciar os detalhes barrocos de suas varandas, janelas e altares. Imediatamente em frente ao altar principal, observa-se um corredor com assentos semelhantes a tronos, lugar onde os sacerdotes, desde fins do Século 16, se reuniam e cumpriam práticas cerimoniais.

Nesta rua, após uma caminhada de aproximadamente 200 metros, chegamos ao largo da Basílica de Nossa Senhora das Neves, que forma a praça Dom Ulrico; neste momento, nos encontramos no epicentro da antiga cidade de Parahyba. Observamos os vestígios antiquíssimos em todos os lados, prédios que resistem ao tempo, árvores centenárias, calçamentos disformes e as grandes igrejas, arquitetonicamente muito belas, testemunhos da religiosidade e cultura dos colonizadores. É uma verdadeira viagem ao passado.

A rua General Osório (antiga Rua Nova), cujo início se dá imediatamente defronte a Basílica de Nossa Senhora das Neves, abriga a igreja de Nossa Senhora de Montserrat, junto ao mosteiro São Bento remontando o início do Século 17 em estilo barroco beneditino. Sua construção se dá no início da era seiscentista com conclusão em 1769; em sua sóbria arquitetura estão presentes os óculos e os traços retos e firmes, possui no alto de sua torre um “cão de for” semelhante a um leão, que simboliza a segurança do templo; à sua esquerda, vemos o mosteiro de São Bento, lugar que abrigou além de clérigos, alguns revolucionários paraibanos na importante insurreição revolução republicana de 1817.

Dali, caminhamos para a Basílica de Nossa Senhora das Neves, local onde foi construída a primeira igreja da cidade, em meados de 1586. Local estratégico onde era observável a desembocadura do rio Paraíba, porta de entrada da então Capitania da Parahyba. Demolições sucessivas, no total de três, fizeram com que a Basílica abarcasse vários estilos arquitetônicos, seu ecletismo é observável onde se mira a vista, adereços como o parabento em estilo *art nouveau* expressa a mistura de tendências que a Basílica possui.

Bem próximo à Basílica, encontra-se a Igreja de São Francisco e o Convento de Santo Antônio. É para lá que seguimos. Construída a partir de 1559, a igreja e o convento já abrigaram o seminário diocesano, colégio, hospedaria de imigrantes, hospital, quartel e até sede de governo no período de dominação holandesa. É tombada pelo Iphan desde 5 de maio de 1938 e sua grande importância se dá pelo fato dela ter sido construída de forma fiel ao barroco-rococó, constituindo em um dos complexos barrocos mais importantes do Brasil, conta, atualmente, em seu interior, com o museu de arte popular.

O complexo barroco de São Francisco é de encantar até os menos sensíveis a história e arte, a começar pelo cruzeiro em sua frente rodeado de pelicanos, sendo um dos maiores da América Latina. Painéis de azulejos narram a *vía crucis* e um galo, no alto da torre, orienta os observadores sobre a direção dos ventos. Sua torre possui um recuo que foge ao tradicional. A riqueza artística nos altares, nave, teto e nas sepulturas é de impressionar. Não é à toa que este magnífico patrimônio cultural tenha figurado em livros de arquitetura e arte no Brasil e no mundo por sua riqueza estética.

O principal altar da Igreja é composto, em sua maioria, em madeira esculpida e banhada a ouro, a pintura e o revestimento do altar impressiona até adeptos de outras religiões. São tantos detalhes que ficam quase que indescritíveis pela magnitude artística disposta nesta, até a essência de mirra é perceptível ao passar a mão entre as placas de calçamento do interior da igreja.

O convento de Santo Antônio encontra-se por trás da igreja, este serviu de forte e abrigo ao longo de sua história. O convento é circundado por um bosque, dotado de uma fonte de águas cristalinas, que refrescam os seus visitantes em meio ao intenso calor tropical.

Nestes arredores, outras belas construções podem ser visitadas, como o Palácio do Bispo, o Solar do Encomendador Santos Coelho (Casarão de Azulejos), a Loja Maçônica Branca Dias, a Casa da Pólvora, e outras maravilhas históricas. Contudo, as igrejas é que são responsáveis por uma verdadeira viagem ao passado de João Pessoa, patrimônios históricos e artísticos desta bela cidade que é uma das mais antigas capitais do Brasil. Não basta conhecer as lindas praias, quem não conhecer as igrejas, não conhece a capital da Parahyba.

Como fugir da solidão e do pânico em meio à pandemia

Trabalhos manuais, jogos e leituras ajudam a passar o tempo durante o isolamento social provocado pelo coronavírus

Iluska Cavalcante
cavalcanteiluska@gmail.com

Os idosos são o grupo de maior risco do novo coronavírus devido a sua baixa imunidade por conta da idade. Em meio à pandemia do Covid-19, a recomendação para se proteger tem sido a quarentena. Mas como permanecer em isolamento social mantendo sempre a mente ocupada e sem alimentar o medo de se sentir um fardo para a família? Especialistas alertam para ocupação da mente nesse período.

A bacharel em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Claudiane Neves, explicou que os idosos precisam enxergar os pedidos dos filhos e netos de permanecer em casa como um ato de preocupação. Ela comentou sobre algumas dicas para cuidar da saúde mental neste período de isolamento. “Mesmo que você esteja acostumado a ir à academia, a caminhar na praia ou em parques, você pode desenvolver atividades dentro de casa. Seja uma aula de dança, ou uma brincadeira com os netos ou usar uma esteira, caso você tenha uma”, disse.

Além disso, a profissional recomenda a leitura, os jogos em família e a oração ou meditação, de acordo com



Idosos precisam de ocupação para conviver melhor com a necessidade de isolamento social. Jogos são boas opções para passar o tempo e se divertir

a fé de cada um. Esse também é o momento para colocar os hobbies em prática, como o crochê, a costura, cozinhar, ouvir música ou até mesmo estudar outras línguas.

Outra recomendação é tentar evitar o pânico. Claudiane Neves aconselha os idosos a não ficarem 24 horas por dias ligados em pro-

gramas que falem apenas sobre o vírus. Ela alerta para a ansiedade e sentimentos de pânico que o excesso de informação pode gerar. “Assista a seus filmes favoritos, novelas e seriados. Foque no que você pode resolver, não saindo de casa, lavando bem as mãos, mantendo os ambientes ventilados e

não compartilhando objetos pessoais. Lembrem que você pode fazer a sua parte”, comentou.

A especialista enfatizou para os idosos manterem a esperança e obedecerem a recomendação de ficar em casa, sem tristezas ou pânico, mas lembrando que é uma fase. “É um período de readaptação.

Lembrando que é temporário. Não se desespere. Obedeça as recomendações dos órgãos competentes e aproveite sua família ou as pessoas de seu convívio. Pense que, em breve, você poderá estar se divertindo fora de casa, mas que agora é tempo para ficar com aqueles que moram com você e te amam”.



Tempo de aproveitar a família

É isso que Elizabeth Lira, de 81 anos, está fazendo. Ela está feliz em poder aproveitar a família perto dela nesse período, mesmo tendo que abrir mão das suas saídas. “Eu tenho a minha família comigo e sou muito feliz por isso. E eu creio que logo logo tudo isso vai passar e vai tudo voltar ao normal”.

Além de estar lidando com a situação com muita esperança, ela também está aproveitando o momento para desenterrar costumes antigos.

“Eles saíam e me chamavam antes. Mas agora entendo que não posso ir. Estou fazendo trabalhos manuais”.



Essas coisas

Carlos Aranha
c.aranha@yahoo.com



Há tempo de tudo recomeçar

Assim Vinícius de Moraes termina seu poema “O dia da criação”: “Tudo isso porque o Senhor cismou em não descansar no Sexto Dia e sim no Sétimo / E para não ficar com as vastas mãos abanando / Resolveu fazer o homem à sua imagem e semelhança / Possivelmente, isto é, muito provavelmente / Porque era sábado”.

Dizemos todos, aparentemente mortais, que o sábado por vezes aguça uma tendência à depressão. Que o

É assim mesmo. Bom é saber que é sábado e há tempo de tudo recomeçar, refazer, fazer ou começar. Não há palavras vãs.

sábado seria constatação de que a semana termina sem acrescentar nada de novo ao sistema solar. Sei lá... O sábado pode ser, quando dinheiro há, para fazer compras; quando não há, para observá-las.

Pode ser sábado de praia,



de futebol, de reunião pensando já na próxima eleição, de biritada, de pedaladas em bicicletas, de ir ao cemitério, ao hospital, de jogar cartas, de ler, de reparar a quantas anda o jardim, de viajar, dar seis ou sete interurbanos pr'aqueles que a gente não encontra há mais de seis me-

ses ou um ano, de assistir “Bloodshot” ou “O homem invisível”.

Por que não fizeram ou lançaram um novo Homem-Aranha, meu “alter-ego” de super herói?...



O sábado é multi. É imensamente opcional. Quando assim mesmo continua a depressão, o jeito talvez seja escutar James Taylor ou Carole King cantando “You’ve got a friend”. É uma bela canção que fala coisas assim: “Quando você está por baixo e perturbado, e precisa de algum tipo de amor, e nada vai indo em ordem, feche seus olhos e pense em que subitamente estarei aí para fazer brilhar essa escuridão. Basta você chamar meu nome, pois você sabe onde sempre estou. Irei correndo ver você de novo. Seja inverno, primavera, verão, tudo que você tem a fazer é me chamar; eu estarei aí, pois você tem um amigo”...

“You just call out of my name, and you know wherever I am... (...) You’ve got a friend”...

Dói na medula? Faz engolir em seco? Uma lágrima ensaia cair? É assim mesmo. Bom é saber que é sábado e há tempo de tudo recomeçar, refazer, fazer ou começar.

Prefiro a liberdade

Há várias formas de provocação. Uma delas é quando não há interlocução direta ou indireta.

Posso ser provocado a tomar uma atitude lendo apenas uma frase de alguém. Foi o que aconteceu ao ver atentamente uma das postagens feita por Rosana Hermann em seu blog.

Algumas pessoas não obrigatoriamente atentas para a maioria do que se publica e faz no Brasil podem até não estar linkando o nome de Rosana às suas mentes. Assim, lembro que a paulista Rosana Hermann recebeu da Deutsche Welle o prêmio BOBs Aquards, por fazer o melhor blog em língua portuguesa, quando passou a ser colunista do “Jornal da Record News”.

A postagem oportuna de Rosana Hermann terminou assim: “Pequena e vazia. Mas ainda tenho coragem pra dizer que precisamos todos nos

curar dessa doença social chamada egoísmo que mata”. Assino embaixo.



Apesar de ser usuário da Internet em quase todos os sentidos e de ter sido o primeiro jornalista na Paraíba que editou em computador um caderno de cultura usando a informática, tenho suficiente cautela no uso das redes sociais.

No Facebook, por exemplo, estou entrando menos, até porque detesto dependências.

O Face foi criado com uma estrutura que leva os desavisados a uma dependência que anula sua vontade de fazer outras coisas, que são bem mais úteis, como ler um livro, ouvir um disco, ir ao cinema para ver um bom filme numa telona, beber ou almoçar ou jantar com amigos, sem ter que levar um iPad.

Prefiro a liberdade.



Foto: Agência Brasil

Calendário das eleições 2020 é mantido apesar da pandemia

TRE-PB informa que os preparativos para o pleito, realizados remotamente, continuam em ritmo normal

Thais Cirino
thaiscirino@hotmail.com

Apesar da suspensão de atividades presenciais em virtude da pandemia do coronavírus (Covid-19), o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) garantiu, ontem, que a preparação do órgão para as eleições municipais deste ano seguem em ritmo normal. Os trabalhos levam em conta que os prazos para a realização do pleito não devem sofrer alterações por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A recomendação do TSE ocorreu após uma consulta do deputado federal Glaustín Fokus (PSC-GO), pedindo a modificação da data-limite para filiação a um partido político, que termina em 4 de abril. De acordo com a presidente da corte, ministra Rosa Weber, no documento o parlamentar solicitava a análise sobre uma possível prorrogação do prazo, tendo em vista as restrições de atendimento adotadas por diversos órgãos em virtude da situação excepcional em que o país se encontra.

Mesmo com a justificativa, a ministra lembrou que o tempo de seis meses antes das eleições é previsto na Lei das Eleições (Lei nº

9.504/1997), sendo necessária alteração da norma legal pelo Congresso Nacional. A decisão foi acompanhada pelos demais membros da corte e, com ela, os tribunais regionais terão que estabelecer medidas para garantir o cumprimento dos prazos.

Na Paraíba, o TRE informou que mantém a programação inicial de planejamento, seguindo os processos necessários para garantia da eleição. Entre elas, a realização de licitações para a aquisição de materiais, organização de equipes, zonas e sessões eleitorais. Este trabalho, segundo informou a assessoria do órgão, vem sendo feito de forma remota, depois que a presidência decidiu estabelecer medidas de prevenção ao contágio de coronavírus no início da semana.

Uma sugestão da corte aos partidos políticos para conseguirem as filiações até o próximo dia 4 é implantar meios alternativos para recebimento dos novos membros, por exemplo, com envio de arquivos online. O TRE-PB informou ainda que segue rigorosamente as decisões do TSE e lembrou que não possui autonomia para alterar o calendário das eleições, que segue sem perspectiva de mudanças.



Tribunal informou que mantém a programação inicial de planejamento, seguindo os processos necessários para garantia de todo processo eleitoral

Justiça decide manter prefeita de Joca Claudino e secretário no cargo

Por decisão tomada ontem pelo juiz convocado, Onaldo Rocha de Queiroga, a prefeita e o secretário de Transportes do município de Joca Claudino, respectivamente, Jhordanna Lopes dos Santos Duarte e Cezar Campos Duarte vão poder responder a processos sem

a necessidade de se afastarem dos cargos.

O afastamento deles havia sido pedido antontem pelo juiz Francisco Thiago da Silva Rabelo, da Comarca de Uiraúna por Atos de Improbidade Administrativa. De acordo com o processo, os gestores não

teriam enviado o transporte escolar para passar por vistoria do Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (Detran-PB).

A prefeita e o secretário ingressaram com o Agravo de Instrumento, alegando não haver possibilidade da prefeita interferir nas

provas já produzidas e, ao fazer uma análise do caso, o juiz Onaldo Queiroga não observou qualquer sinal de que a manutenção dos recorrentes nos seus respectivos cargos, até o fim do processo, possa acarretar prejuízos à colheita de provas e à instrução do feito.

Reforma da Previdência

Presidente da ALPB alerta prefeitos para adequações até 31 de julho

Adenilson José
ademilson2019jose@gmail.com

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adriano Galdino (PSB), alertou, ontem, os prefeitos dos 223 municípios paraibanos no sentido de que agora eles terão até o dia 31 de julho para fazerem as adequações dos seus sistemas previdenciários à Reforma da Previdência do Estado que foi aprovada na última terça-feira pelos deputados estaduais.

Ele enfatizou que, já baseada na Reforma Nacional aprovada desde o ano passado pela Câmara e pelo Senado Federal, o projeto estadual foi aprovado com seis emendas aglutinativas, mas que essas emendas não deverão alterar a projeção de sanção por parte do governador João Azevêdo, até porque, segundo Adriano Galdino, foi decisão consensual entre as bancadas de situação e oposição.

Lembrou ainda que isso foi possível em face de as emendas, assim como o projeto como um todo, terem sido discutidas com as categorias do serviço



Adriano Galdino (PSB) acredita que as seis emendas aglutinativas não deverão alterar a sanção do governador

público envolvidas nas propostas de emendas. Como exemplo, ele citou o argumento da líder da oposição, Camila Toscano (PSDB), para quem as mudanças sugeridas incluem benefícios, entre eles, a questão da pensão em favor da viúva do servidor.

“Se a matéria não fosse aprovada até o final

deste mês, em julho a Paraíba ficaria negativada sem poder receber recursos oriundos de convênios e empréstimos, inclusive os contratados recentemente na ordem de quase um bilhão de reais”.

O presidente da Assembleia justificou que 31 de julho é um prazo, de fato, folgado para essas

tomadas de providência, mas que os deputados acharam por bem antecipar a aprovação da matéria porque, diante de sua importância, não podia correr o risco de ser prejudicada pela alteração da rotina de trabalho, hoje suspensas em face das ações de combate ao coronavírus.

Propostas de ações no combate ao coronavírus

O deputado estadual Eduardo Carneiro (PRTB) e o vereador de Campina Grande Saulo Noronha (Solidariedade) renovaram, ontem, para as autoridades e para a própria população, uma série de apelos e propostas que, segundo eles, poderiam contribuir muito para as ações de combate aos avanços do coronavírus no Estado e no país.

Na condição de presidente da Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa da Paraíba, Eduardo Carneiro sugere, entre outras coisas, que os pequenos e médios comerciantes priorizem as redes sociais para divulgar os seus produtos ou serviços.

À população, por sua vez, o parlamentar propõe que evitem feiras e os grandes supermercados, optando por comprar em pequenos empreendimentos que também sofrem mais com a redução dos movimentos. “Neste momento precisamos unir forças para combater a doença sem deixar que a nossa economia sofra tão drasticamente. Precisamos manter o apoio aos pequenos empreendedores, comprando em mercearias, lojas do próprio bairro e pequenos negócios que vendem produtos on-line também”, explicou o parlamentar.

O vereador Saulo Noronha concorda com as sugestões de Eduardo e diz mais. Ele acha que essa poderia ser uma boa

oportunidade para a classe política e, especialmente o Congresso Nacional pôr em prática a antiga proposta de unificação das eleições. Para ele, uma das formas que poderia para que a classe política pudesse melhor se dedicar ao combate ao coronavírus seria adiando as eleições municipais deste ano, levando elas a acontecerem conjuntamente com a de deputado, governador e presidente em 2022. “E, além de adiar as eleições, as verbas destinadas ao Fundo Eleitoral deveriam representar um reforço muito grande se fossem destinados às ações do Sistema Básico de Saúde”, disse.

“Eu acho que é preciso aguardar um pouco mais, nós vivemos uma época difícil, e uma época que eu acredito que se as coisas piorarem, não vejo nem como ter eleições no Brasil”, previu Noronha, ao acrescentar que, “nesse caso, os mandatos seriam prorrogados, e até o dinheiro do fundo todo investido na saúde”.

/// Precisamos manter o apoio aos pequenos empreendedores, comprando em mercearias, lojas do bairro e pequenos negócios que vendem produtos on-line ///

Durante sessão virtual, Senado aprova decreto de calamidade

Por unanimidade, 75 senadores votaram sem alterar projeto da Câmara sobre a pandemia causada pelo Covid-19

Karine Melo
Agência Brasil

Por meio de uma sessão virtual, histórica e inédita no Parlamento brasileiro, o Senado aprovou, com quorum de 75 senadores, por unanimidade, ontem, o projeto de decreto legislativo (PDL 88/2020), que reconhece que o país está em estado de calamidade pública por causa da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19). Como qualquer alteração na proposta obrigaria o texto a ser analisado, mais uma vez, pela Câmara dos Deputados, o relator da proposta no Senado, Weverton Rocha (PDT-MA), decidiu submeter o mesmo texto aprovado pelos deputados, na última quarta-feira, aos senadores.

“Conversei com vários senadores, hoje pela manhã, e decidimos seguir o relatório da Câmara, sem criar nenhum tipo de condição e empecilho para que ainda hoje seja mandado à publicação”, ressaltou Weverton. O senador justificou que como a Câmara dos Deputados ainda não está com o sistema de votação remota disponível, uma nova análise da matéria por aquela Casa, demoraria muito.

Weverton destacou ainda que embora a medida seja um “cheque em branco” para o Governo Federal, deixar o país engessado nesse momento seria pior. “É hora de união”, disse o político. Rocha lembrou que a medida cria uma comissão mista, formada por seis deputados e seis senadores que poderão acompanhar mensalmente a execução dos gastos e que, a cada dois meses, terão uma



Foto: Agência Brasil

Apesar de alguns problemas de conexão e áudio, a votação virtual foi considerada um sucesso pelos senadores

prestação de contas feita pelo próprio ministro da Economia, Paulo Guedes.

Voto nominal

Fora alguns poucos problemas no áudio e na conexão de alguns parlamentares, a votação foi considerada um sucesso pelos senadores. Nessa primeira sessão o vice-presidente da Casa, Antonio Anastasia (PSDB-MG), que assumiu a votação pela ausência do presidente Davi Alcolumbre, disse que, pela urgência da matéria, o sistema não estava totalmente pronto e, por isso, os votos seriam coletados verbalmente. Para liberar mais rápido os senadores mais vulneráveis, a votação seguiu por ordem de idade. Com a votação do senador, José Maranhão (MDB-PB), de 86 anos, mais idoso na Casa, em segunda chamada, o primeiro a votar foi o senador Arolde de

Oliveira (PSD-RJ), de 83 anos. A partir da semana que vem, segundo o senador, a votação passará a ser eletrônica, como é feita no plenário. Os senadores poderão votar “sim”, “não”, “abstenção” e obstrução.

Pelo ato que disciplina o Sistema de Deliberação Remoto, os senadores, sem acesso à internet na hora da sessão, puderam votar por telefone. O senador Anastasia explicou, que nesses casos os parlamentares receberam uma senha para certificar a ligação. Foi o que fizeram os senadores Mesias de Jesus (Republicanos-RR), Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Plínio Valério (PSDB-AM) e Kátia Abreu (PDT-TO).

Exames positivos

Atendendo a uma recomendação do presidente da sessão, os senadores evitaram fazer longos discursos e a maioria foi

direto à votação durante a sessão virtual. Os que usaram a palavra para se manifestar além do voto, desejaram melhoras aos três senadores que estão isolados depois de terem sido testados positivamente para Covid-19. Além do presidente da Casa, os senadores Nelsinho Trad (PSD-MS) e Prisco Bezerra (PDT-CE), que fez questão de participar da sessão, estão infectados pelo novo coronavírus.

Publicação

O Congresso Nacional publicou nessa sexta-feira, no Diário Oficial, o decreto que reconhece estado de calamidade pública no país. A medida, feita a pedido da equipe do presidente Jair Bolsonaro, permite que a União aumente os gastos nas ações de combate à pandemia do novo coronavírus.

Bolsonaro diz que não há problema entre os governos de Brasil e China

Andreia Verdélio
Da Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que não há nenhum problema entre os governos do Brasil e da China e que pode entrar em contato com o governo chinês para pedir auxílio no combate à pandemia de Covid-19.

“A questão do vírus lá, que a curva [de novos casos] está em descendência, os hospitais estão sendo desativados. O que foi utilizado para chegar a esse ponto, se houver necessidade,

vou ligar para o presidente Xi Jinping [para perguntar]. Faz parte do meu ofício tomar uma atitude como essa”, disse Bolsonaro.

O governo do Distrito Federal informou ontem que solicitou auxílio da China, “de qualquer natureza”, para o combate do novo coronavírus na capital, como doação de suprimentos e equipamentos médicos, assim como indicações de empresas que possam colaborar na contenção da pandemia.

De acordo com Bolsonaro, os governos dos estados têm

essa liberdade, e o Governo Federal está fazendo o mesmo. “Nós mesmos estamos fazendo contato com a China porque eles estão agora com material excedente lá”, disse. Segundo o presidente, a empresa Vale também está comprando suprimentos do país asiático para doar ao governo brasileiro e pediu ajuda para o desembarque alfandegário.

Ao deixar o Palácio da Alvorada ontem, o presidente foi questionado sobre a publicação de seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro

(PSL-SP), responsabilizando o governo chinês pela pandemia de coronavírus. Em resposta, a Embaixada da China no Brasil disse que a postagem prejudica “a boa imagem do Brasil no coração do povo chinês”.

O presidente Bolsonaro ressaltou que não quer “criar clima” com o governo chinês e que o comércio entre os dois países se mantém. “O que o parlamentar veio a escrever ou não [não importa]. Eles vivem criticando o governo americano por minha causa e ninguém fala nada”, disse.

presa paga 50% do salário e o governo paga outros 25%.

“O Banco República terá uma linha de crédito com condições flexíveis no valor total de 50 milhões de dólares e estamos trabalhando com organizações multilaterais de crédito para aumentá-la para 120 milhões de dólares”, disse a ministra da Economia, Azucena Arbeleche.

País tem 94 casos

Uruguai anuncia pacote de medidas econômicas contra o coronavírus

Marieta Cazarre
Da Agência Brasil

O presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, anunciou um pacote de medidas para diminuir os impactos econômicos, sanitários e sociais decorrentes da pandemia do novo coronavírus. O país registrou ontem 94 casos de contaminação pelo Covid-19.

O adiamento do pagamento de impostos, o aumento de linhas de crédito com juros baixos e a suspensão das aulas durante um mês são algumas das medidas adotadas.

Entre as medidas econômicas aplicadas, está a abertura de linhas de crédito com juros baixos no Banco República (banco estatal

uruguaio), empréstimos para pequenas e médias empresas e adiamento dos pagamentos de impostos e Previdência Social.

Um regime especial de seguro-desemprego também foi flexibilizado para todos os setores. Esse seguro é para os funcionários que tiverem suas horas de atividade reduzidas pela metade. A em-

Acilino Madeira Neto

Auditor Fiscal do Tesouro Estadual

Fisco, arrecadação e despesa pública

Mesmo com a junção das Secretarias das Finanças e da Secretaria de Estado da Receita, pela criação da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-PB), o sistema fiscal estadual continua acompanhando a lógica implementada em âmbito federal, de criação da Receita Federal com o objetivo de separar as políticas fazendárias voltadas para a administração da receita e das políticas fiscais para a despesa pública.

Na Paraíba, neste sentido de separação das atividades fazendárias, a parte da receita pública passou a se restringir apenas à política tributária. Sem dúvida, houve muitos ganhos pelo fato do maior empenho na condução das políticas públicas por vias orçamentárias, pela parte da despesa pública.

Não obstante, algumas perdas se fizeram sentir quando a velha administração tributária tão acostumada a pagar e receber, já como Secretaria de Estado da Receita, teve que se adaptar ao novo modelo de gestão direcionado somente para a tributação, arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais. Visivelmente, perdeu-se o verdadeiro foco de que um bom sistema fiscal deve atentar para a afetação dos agentes econômicos (arrecadação dos tributos), a redistribuição de renda e riqueza no corpo social e a regulação macroeconômica, em simultâneo. Este último instrumento tem a ver com o desenvolvimento econômico sustentável e de longo prazo.

Como resultado desta perda notável de foco enquanto instrumento de intervenção do Estado na economia, é pouco provável a existência de estudos produzidos pela Secretaria de Estado da Receita que possam relacionar o esforço fiscal à eficiência dos gastos públicos. Tais estudos poderiam em muito contribuir para a elaboração de um Relatório de Gestão Fiscal, ao menos anual, que substanciasse as políticas fiscais inseridas nas peças orçamentárias (PPA, LOA e LDO), principalmente quando se tratasse de concessão de incentivos e benefícios fiscais, em sede do ICMS, e sua distribuição por segmento econômico.

De tal sorte que na atualidade, em termos de finanças públicas, relaciona-se com muita facilidade despesa pública com política pública, ao passo que em se tratando de receita pública muito pouco se faz esta vinculação. Como se o ato de arrecadação de tributos não pudesse ser um tipo de política pública. Basta, portanto, observar a inexistência de agentes públicos arrecadadores nas atividades de condução das etapas do Orçamento Democrático, por via institucional, principalmente.

Também a baixa produção de estudos técnicos tributários contribui para a impressão de que o comportamento das receitas públicas (de aumento ou diminuição) restringe-se tão somente à utilização das tecnologias de informação (TI). Assim, faz-se obscurecer que no campo da economia da tributação, a importância do esforço fiscal relaciona-se com o nível de capacitação técnica dos auditores fiscais de tributos para o aumento do “gap” entre a receita potencial e a receita efetiva.

Os dados do Tribunal de Contas da Paraíba demonstram a partir da criação de uma série histórica (por este autor), sobre o comportamento da Receita Tributária (RT) em sua relação com a Despesa de Custeio (DC), que em 2005 a RT tinha participação de 57% no total das DC e que em 2015 tal participação correspondeu a 67%.

Este aumento de 10 pontos percentuais significa também incremento da arrecadação por esforço fiscal, levando-se em conta que a relação percentual entre a Despesa de Custeio e a Despesa Orçamentária (devidamente paga) entre 2005 e 2015 elevou-se de 83% para 86%, respectivamente. Significa que os percentuais supramencionados (na relação com a despesa total) tiveram pouca elevação.

Estabelecer a relação entre o comportamento das receitas e das despesas públicas, de forma detalhada e levando em conta os agregados macroeconômicos, pode implicar numa melhor compreensão de como aumentar a arrecadação.

Existem técnicas fiscais que podem ser utilizadas pelo corpo de auditores fiscais, que se bem operacionalizadas, contribuirão para o incremento da arrecadação sem se prescindir dos sistemas tecnológicos. Mas, esse é um tema para os próximos artigos.

Suspensão de julgamentos do TJDF preocupa dirigentes

Processos abertos por supostas irregularidades no uso de atletas seguem sem data para serem julgados

Ivo Marques

ivo_esportes@yahoo.com.br

O Campeonato Paraibano foi paralisado na oitava rodada, por tempo indeterminado, por causa da pandemia do Coronavírus. Os clubes já estão dispensando os jogadores e alguns dirigentes já defendem o cancelamento da competição este ano e admitem, em caso de volta das disputas, utilizar um elenco formado apenas por atletas da base. O problema do calendário futuro, com falta de datas para a realização dos jogos, se junta a outro, no caso específico

do campeonato estadual na Paraíba, porque o TJDF/PB também suspendeu as atividades, com julgamentos importantes e que podem mudar totalmente no tapetão os resultados conquistados em campo.

O tribunal recebeu denúncias de que algumas equipes utilizaram atletas que estavam suspensos, portanto irregulares, e caso confirmadas estas denúncias, as equipes infratoras correm risco de perder vários pontos, e até serem rebaixadas em alguns casos. Isto mudaria totalmente a classificação dos clubes na competição.

Por esse motivo, essa suspensão das atividades do TJDF/PB está preocupando alguns dirigentes dos clubes denunciante, e que podem ser beneficiados em caso de punição dos clubes infratores. Porém, nesta sexta-feira, o diretor executivo do São Paulo, Eduardo Araújo, disse que não há razão para temor.

“Os prazos para julgamento estão suspensos também em todo o País, tanto na Justiça Comum como na Desportiva. É uma situação atípica e não é hora de pensar em julgamento, partida, campeonato, e sim na saúde das pessoas”, afirmou o diri-

gente, que também é advogado.

Os advogados dos clubes denunciante também concordam com o ponto de vista de Eduardo Araújo e esperam o fim da pandemia para voltar a tratar do assunto.

Segundo as denúncias, os atletas irregulares seriam os seguintes: no Campinense o goleiro Pantera, no CSP o atacante Nogueira, no Sousa o atacante Jó Boy e no Atlético o zagueiro Egon, todos precisando cumprir suspensão.

Segundo nota distribuída pelo TJDF/PB, o órgão volta às atividades no dia 3 de abril.

Foto: Raniery Soares



Atividades do TJDF/PB também foram paralisadas pela pandemia do Covid-19. Órgão da justiça desportiva prevê o retorno para o dia 3 de abril

Copa do Nordeste vai ser concluída

Ivo Marques

ivo_esportes@yahoo.com.br

O presidente da Liga Nordeste disse, na última quinta-feira, que não trabalha com a possibilidade de anular a Copa Nordeste deste ano, como já é pensamento de algumas federações e até da CBF em relação aos campeonatos estaduais. Segundo Eduardo Rocha, a competição vai continuar, nem que seja durante a realização dos campeonatos brasileiros. “Não existe essa possibilidade (de encerrar em definitivo o campeonato). Isso seria se antecipar aos fatos. Até porque os clubes que disputam a Copa do Nordeste, todos eles, sem exceção, disputam Série A, B, C e D. Então eles irão ficar em atividade. É algo totalmente diferente dos estaduais. Imaginar isso é imaginar que não teremos mais futebol até o final do ano”, disse o presidente.

“Precisamos de mais cinco datas para encerrar a competição. A Série A e B precisam de 38. Óbvio que o Campeonato Brasileiro é prioridade, mas teremos que encontrar espaços para encaixar essas cinco datas. A Copa do Nordeste terá que

ser disputada em paralelo com o Brasileiro. Se tiver que voltar vai ser com o Brasileiro e entre as datas encaixar os jogos da Copa do Nordeste. Mas tudo ainda é muito recente. Vamos aguardar”, finalizou.

O Botafogo, único representante da Paraíba na competição, na classificação atual, está na terceira posição do grupo A e falta apenas um jogo, contra o Vitória da Bahia, no Almeidão, para definir a classificação, ou não, para a próxima fase da competição.

Para o vice-presidente de futebol do Belo, Ariano Wanderley, a Copa do Nordeste vai continuar. “Na minha opinião, a Copa do Nordeste, que tem poucos jogos e é rentável, deve ser disputada no período do Campeonato Brasileiro. Já os campeonatos estaduais devem definitivamente parar e manter os resultados dos campeonatos de 2019. Este ano ficaria sem campeonatos estaduais e sem campeonatos, afirmou.

Para o presidente do Botafogo, Sérgio Meira, o

momento é de calma e sem precipitação. “Só nos resta aguardar os acontecimentos. Qualquer opinião agora será precipitada”, argumentou.

A Copa Nordeste foi interrompida a apenas uma rodada do final da fase de classificação que irá definir quais os clubes classificados para as oitavas de final. Se a competição terminasse hoje, os clubes que seguiriam na competição seriam os seguintes: no grupo A, Fortaleza, Bahia, Botafogo e ABC. No grupo B, Confiança, Vitória, Náutico e Ceará.

Foto: Divulgação/CBF



O troféu mais cobiçado do Nordeste seguirá sendo disputado após o fim da crise com o novo coronavírus

Felipe Gesteira

reporter@felipegesteira.com

Responsabilidade coletiva

Já não fazia sentido a realização de jogos com portões fechados desde os primeiros alertas sobre o perigo que o novo coronavírus apresentava ao mundo. Governos e autoridades sanitárias pediam que se evitassem aglomerações, e os dirigentes do futebol por todo o mundo entendiam que bastava não deixar ninguém ir aos jogos, mas o calendário poderia ser mantido normalmente. Ficou provado que o futebol moderno nunca foi para os atletas, para os clubes, ou mesmo para quem ama acompanhar futebol, torcer, sofrer e vibrar pelo esporte. O futebol moderno é dos patrocinadores, dos grupos de comunicação e dos cartolas, que lucram com isso. Estádio vazio só faz sentido para quem exibe pela TV e para quem paga por isso. Mas isso é pauta vencida.

Na Itália, a população demorou a entender a gravidade do problema. Uma pandemia, conforme declarou a Organização Mundial de Saúde. E com o vírus circulando, ainda havia futebol. Depois houve jogos com portões fechados, mas já era tarde. O vírus estava pelo país inteiro, e parte disso aconteceu em meio às partidas de futebol.

Há um pouco de inconsequência em cada parte que compõe o estádio lotado: o Estado, que permitiu o evento mesmo sabendo dos riscos; os organizadores, que também tinham plena consciência do perigo à sociedade; e o público, este, mais vítima do que algoz, porém também partícipe na insensatez coletiva e em tudo o que resultou a partir das aglomerações num momento indevido. Quem morreu pagou a conta.

E aqui farei um parêntese com um pequeno texto que publiquei ontem no meu perfil no microblog Twitter: “Sabem esses depoimentos dos italianos relatando o quanto eles não deram a devida importância à pandemia nas semanas anteriores ao agravamento da situação por lá? Pois lembremos que em João Pessoa foi permitida a realização de uma corrida de rua lotada no último domingo.”

Me referi à corrida realizada pela Redepharm no último domingo (15), na praia de Tambaú. Os organizadores sabiam dos riscos.

A prefeitura de João Pessoa tanto sabia do perigo que havia cancelado novas corridas de rua a partir do dia seguinte, a segunda-feira (16).

Os participantes também sabiam da ameaça, pois haviam recebido e-mail confirmando o evento, e nos grupos de corridas nas redes sociais não se falava em outra coisa a não ser a possibilidade de cancelamento.

Há dois pontos a se considerar e que devem ser lembrados quando o novo coronavírus estiver bem disseminado na capital paraibana.

O primeiro e mais elementar é que empresário algum quer ter responsabilidade social coletiva em prol de um bem maior e absorver o prejuízo de um evento adiado e de centenas de pedidos de reembolso. Pouco importava se havia ali atletas inscritos infectados, ou mesmo funcionários trabalhando no evento e que poderiam disseminar o vírus.

O segundo ponto é mais importante: farmácia vende remédio. Mesmo que não haja um medicamento específico contra a doença, de domingo pra cá os estoques de álcool em gel, vitaminas e demais drogas que supostamente ajudam na imunidade estão escassos. Há uma infinidade de setores que vão quebrar com a quarentena, e alguns que irão faturar. O último evento que promoveu aglomeração em João Pessoa foi realizado por uma rede de farmácias. Longe de mim conspirar que foi proposital. Mas que foram irresponsáveis, é fato.

Covid-19 impacta mais que a 2ª Guerra no esporte da PB

Suspensão ou cancelamento de praticamente todas as modalidades esportivas marca novo momento na história

Iago Sarinho
iagosarinho@gmail.com

O Covid-19 (novo coronavírus) já é responsável pela maior paralisação da história nos esportes paraibanos. Em um cenário de pandemia mundial, com o adiamento de competições continentais como a Copa América e a Eurocopa para 2021, a comparação com o último grande evento em escala mundial a produzir resultados como esses – a 2ª Guerra Mundial – passa a ser comum. No caso restrito dos esportes na Paraíba, os efeitos do vírus já são maiores do que os do pior conflito da história humana. A afirmação é forte, mas simples de explicar. Diferente da 2ª Guerra Mundial, que ocorreu majoritariamente no território Europeu e em parte da Ásia, os resultados causados pelo novo coronavírus não possuem fronteiras. Em escala global, a pandemia já atinge todos os continentes e no Brasil traz reflexos duros para a economia e a rotina das pessoas que começam a adotar o isolamento em suas casas. Mesmo com os danos colaterais provocados pelo maior e mais mortal conflito da história da humanidade – estimativas revelam que cerca de 85 milhões de pessoas perderam suas vidas em decorrência da guerra -, nunca os esportes na Paraíba e até

mesmo no Brasil, sofreram com uma paralisação nas proporções ocorridas por conta da pandemia. As páginas do Jornal A União entre 1939 e 1945 – período da guerra – registraram, ao longo de milhares de edições, os desdobramentos do conflito mundial ao mesmo tempo em que acompanhavam o desenrolar de competições locais como o Campeonato Estadual de Futebol. Disputas como essas, simplesmente não sofreram nenhum tipo de paralisação ou dano ao seu desenrolar por conta dos acontecimentos na frente de batalha, ainda que o Brasil tenha participado em parte do esforço das Forças Aliadas para derrotar o nazismo e o fascismo. Já o coronavírus, mesmo em seu estágio ainda inicial, de acordo com as projeções feitas por especialistas e autoridades sanitárias, já foi responsável pela paralisação completa do Campeonato Paraibano de Futebol, assim como diversas outras competições e atividades de equipes importantes do Estado, como o Basquete Unifacisa que disputa o Novo Basquete Brasil (NBB) e o João Pessoa Espectros, campeão nacional de Futebol Americano, times que estão com suas atividades suspensas. Com a exceção de modalidades em ambientes abertos como o vôlei de praia –

que também deve parar nos próximos dias diante de uma elevação da crise – todas as modalidades e competições no Estado já estão suspensas ou canceladas. A crise afeta não apenas o esporte em nível profissional e amador, mas também pessoas que buscam a prática esportiva para o seu dia-a-dia e bem-estar. Essas já passam a sofrer com a necessidade de mudanças em suas rotinas. Segundo o professor do curso de Jornalismo da UFPB e especialista em Mídia, Esporte e Cultura, Edônio Alves, os impactos gerados em nível local são e serão muito maiores por conta de aspectos como o isolamento social e a quebra da cadeia produtiva diretamente ligada aos esportes. “Sim, os impactos da pandemia aqui na Paraíba já são muito maiores que os da época da Segunda Guerra Mundial. Primeiro por conta do isolamento social, uma situação que naquele período não havia e que gera um impacto muito grande em toda a cadeia que gira em torno do esporte, além do prejuízo pessoal do ponto de vista físico e psicológico para atletas e praticantes de um modo geral. Isso sem contar com a quebra de toda uma cadeia produtiva que está diretamente ligada aos esportes. Nesse sentido, acredito que os efeitos desse fenômeno

que vemos hoje estão tendo e terão impactos muito maiores dos que os sentidos aqui ao longo da guerra”, afirmou. Para Edônio Alves, ainda é cedo para afirmar, por exemplo, quais serão os resultados provocados ao calendário esportivo local, assim também como ao ambiente econômico que envolve competições, clubes e atletas. No entanto, já se pode afirmar que os impactos do

Covid-19 marcarão um episódio inédito para a história dos esportes paraibanos e com desdobramentos ainda imprevisíveis. “Os efeitos dessa pandemia ainda são difíceis de serem mensurados em uma escala geral para a sociedade. No entanto, no mundo dos esportes nós já podemos perceber os impactos ao setor. Um exemplo são os clubes de futebol, especialmente os

de menor poder aquisitivo, que mediante a falta de uma previsão para o fim da crise, terão que desmanchar seus elencos. Já em relação aos atletas, as perdas são enormes, pois pode haver um cenário de desemprego em massa somado aos danos à preparação física e psicológica. Sem dúvida alguma haverá uma perda incomensurável em todas as variáveis que formam o esporte”, explicou.

Foto: Arquivo Jornal A União



Foto: Arquivo Jornal A União



Registros de 1940 e 1944, quando deveriam ter ocorrido os Jogos Olímpicos cancelados de Tóquio e Londres, respectivamente, demonstram que na Paraíba a rotina esportiva seguia normalmente, mesmo no auge da 2ª Guerra

Olimpíadas já foram canceladas e Tóquio 2020 vive ameaça

Iago Sarinho
iagosarinho@gmail.com

Os Jogos Olímpicos de Tóquio no Japão, previstos para começar no dia 24 de julho estão sob risco de serem adiados ou até mesmo cancelados por conta da pandemia do Covid-19 (novo coronavírus). Caso ocorra uma decisão nesse sentido, essa não será a primeira vez que os jogos sofreram com crises em nível mundial. Até o momento, o Comitê Olímpico Internacional ainda não anunciou qualquer tipo de mudança no cronograma do evento, no entanto a pressão internacional para um adiamento da competição é grande com os comitês olímpicos da França e Espanha,

por exemplo, defendendo o adiamento. Em 1916, por conta da 1ª Guerra Mundial, em 1940 e 1944 pelos desdobramentos da 2ª Guerra Mundial, a competição não ocorreu. Uma triste curiosidade, é que os Jogos de 1940 deveriam ter ocorrido na mesma sede escolhida para esse ano e agora a história por outros meios pode acabar se repetindo. Essa possibilidade é crescente e independe de garantias eventuais que o Japão possa dar no sentido de viabilizar a segurança das pessoas envolvidas no evento. Hoje, o principal argumento para o adiamento dos jogos é esportivo e surge a partir de dois fatores indispensá-

veis para a qualidade do evento.

O primeiro é que a preparação dos atletas em todo mundo está sendo afetada

Foto: Divulgação



Cartaz divulgava as Olimpíadas de 1940

pelo fechamento de centros de treinamento, por conta da política de isolamento social que vem sendo adotada pela maior parte dos países. A segunda questão envolve o cancelamento de eventos de qualificação para os jogos que também estão sendo cancelados por conta da pandemia. Para se ter uma ideia, 47% das vagas para a competição não foram preenchidas. Essa semana, Taro Aso, Ministro das Finanças do Japão chegou a afirmar que há uma maldição a cada 40 anos com as Olimpíadas em menção aos jogos que deveriam ter ocorrido em 1940 e ao boicote de 66 países aos Jogos de Moscou na Rússia em 1980. Povo muito

supersticioso, para os japoneses, em 2020 se completa mais um ciclo da maldadada “maldição das olimpíadas”. Entre os japoneses, o sentimento aponta para a realidade de combate ao vírus. Em pesquisas de opinião locais, mais de 70% dos entrevistados acreditam que o evento não será esse ano.



No QR Code acima, acesse mais informações sobre as Olimpíadas canceladas



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2019

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva da PBGÁS submete ao Conselho de Administração, o Relatório Anual da Administração relativo ao exercício 2019, para apreciação e posterior publicação, conforme determinam os requisitos das Lei nº 6.404/76 e Lei nº 13.303/16.

A PBGÁS encerrou 2019 com muitas conquistas, ciente da responsabilidade da implementação de ações necessárias para cumprimento de sua missão. Foram grandes os desafios encontrados, mas o esforço e austeridade empreendido pela gestão e colaboradores, proporcionou resultados positivos, não obstante a redução das vendas de gás natural em relação ao previsto no orçamento anual. Neste cenário marcado por retração das atividades econômicas, a diretoria não poupou esforços para manter o equilíbrio e a sustentabilidade dos negócios, sempre buscando uma gestão ativa para o melhor alcance das metas corporativas.

A companhia completou 25 anos em outubro, se consolidando como concessionária de serviço público de distribuição de gás natural com atuação exclusiva no Estado da Paraíba e com relevante atuação na ligação de usuários residenciais e comerciais por quilometro de redes de PEAD implantadas. Assim, em 2019 foram incorporados mais 6 km à rede de gás canalizado da PBGÁS, representando investimento total de R\$ 5,6 milhões, conectando mais 1.458 novos usuários.

Neste ano, a empresa marca a sua posição como concessionária de serviço público de distribuição de gás natural canalizado no Estado da Paraíba e realiza a mudança da sede para um prédio comercial no bairro do Miramar, para um espaço moderno e renovado, com maior visibilidade comercial e que ofereça aos seus usuários, colaboradores e demais públicos de interesse, melhores condições de trabalho e segurança em total alinhamento com os valores da Companhia.

Vários foram os desafios vencidos ao longo do ano. Ao final de junho de 2019, a empresa assinou com a Petrobras o aditivo nº 08 ao Contrato de Aquisição de Gás, cujo objeto foi a redução da Quantidade Diária Contratada de 315 mil m³/dia para 260 mil m³/dia, a vigorar a partir de 1º de Julho até 31 de Dezembro de 2019, visando adequar as condições de suprimento a nova realidade da Companhia e reequilíbrio econômico e financeiro do contrato. Ainda no primeiro semestre, a empresa participou da primeira chamada pública para aquisição de gás natural, em conjunto com as demais distribuidoras do Nordeste. Este certame resultou na assinatura do Contrato Firme Inflexível com a Petrobras, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2021. Desta forma, a empresa assegurou o suprimento de gás natural pelos próximos dois anos dentro das melhores condições possíveis, considerando-se o estágio atual de abertura do mercado de gás natural no Brasil.

A empresa promoveu a adequação de seu estatuto social e de seu modelo de Governança visando aprimorar os processos de Governança, Risco e Conformidade, em atendimento à Lei nº 13.303/16, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Neste contexto a Companhia instituiu o Comitê de Auditoria Estatutário, como importante órgão de suporte ao Conselho de Administração da Companhia no que tange à auditoria e fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. Foram criados também a área de auditoria interna com intuito de avaliar a conformidade dos trabalhos, processos e resultados da Companhia com as normas dos órgãos que a regulam. Por fim foi criado o Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação que auxiliará os órgãos competentes na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

Com quase 20 mil usuários, a PBGÁS trabalha para ampliar este número de usuários, com a construção das redes de distribuição de gás natural para a região de Jardim Oceania, Bessa, Bancários e Bairro dos Estados. Em 2019, foi realizado o procedimento para a contratação dos serviços de expansão da rede em polietileno de alta densidade, em 20,5 km para atendimento destes bairros, além de interligar novos usuários nas áreas em que a empresa já possui gasodutos em operação.

Grandes desafios nos próximos anos são esperados, num contexto de mudanças regulatórias e da cadeia de suprimento do mercado do Gás Canalizado, e a Diretoria assume o compromisso de manter o empenho e a busca diligente para atingir as metas e resultados corporativos no cumprimento de sua missão de prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado, facilitar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento da Paraíba.

A Diretoria.

Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves
Diretor-Presidente em exercício
Diretor Administrativo e Financeiro

Paulo Sergio de Sá Campos
Diretor Técnico-Comercial

2. A EMPRESA

A Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 5.680 de 17 de dezembro de 1992. Em 30 de dezembro de 1994 foi formalizado o contrato de Concessão para exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado da Paraíba.

Com o início de suas operações, em 1995, a empresa iniciou efetivamente as atividades de distribuição de gás canalizado no Estado, conforme a Lei nº 9.493/94.

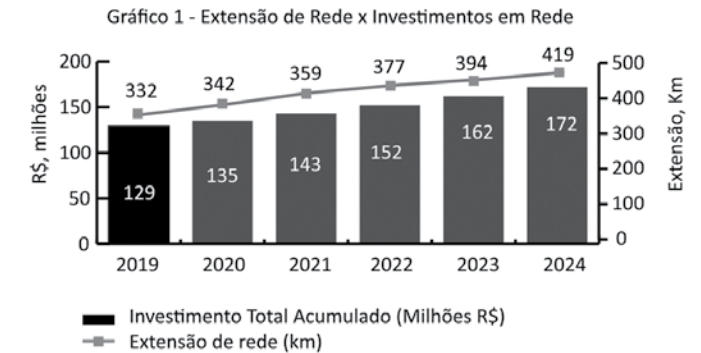
Desde a sua criação, a PBGÁS tem investido em infraestrutura de dutos de distribuição, realizando estudos técnicos e de mercado necessários à garantia de melhores condições operacionais e de segurança no fornecimento de gás canalizado no Estado, atendendo a usuários dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial, em estreita sintonia com as questões socioambientais.

Em 2019 a rede de distribuição alcançou 331 km de extensão, está presente em onze municípios do Estado: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá). A PBGÁS também atende com GNC (Gás Natural Comprido), através do modal rodoviário, os municípios de Guarabira, Patos e Remígio.



- Atendidos por gasoduto
- Atendidos por modal rodoviário - GNC

Em 2020 a Companhia projeta uma expansão de rede em 11 km, já no Plano Plurianual de Negócios 2020 - 2024, projeta-se uma expansão média de 19 Km de rede ao ano, durante quatro anos seguintes, elevando a extensão total para 419 Km, em 2024. Merece destaque o investimento que será realizado entre 2021 e 2024 para o projeto Porto de Cabedelo, através da construção de 13,7 Km de gasoduto em aço.

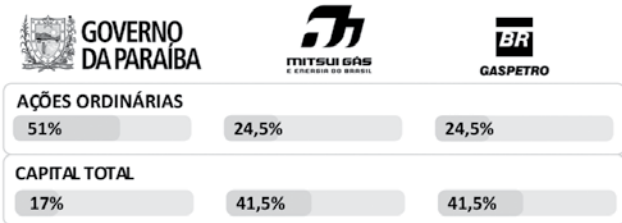


IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão	Visão 2023	Valores
Prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado, facilitar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento da Paraíba	“Até 2023 ser reconhecida nacionalmente pela eficiência na gestão”	Ética, Confiança, Cuidado com as pessoas, Segurança e Satisfação dos Clientes

GOVERNANÇA

Em sua formação, a empresa tem a representação do Estado da Paraíba como acionista controlador, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, bem como dos acionistas Petrobras Gás S/A – GASPETRO, controlada da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.



A Companhia Paraibana de Gás tem um conjunto de processos, políticas, regulamentos, que estabelecem como a Companhia é dirigida, administrada e controlada. A estrutura de Governança Corporativa da PBGÁS é formada por: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação, Auditoria Interna e Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS: Órgão societário supremo, reúne-se anualmente após encerramento do exercício social, para apreciação de contas e propostas do conselho, deliberações, dividendos, eleger ou destituir componentes da administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Formado por 7 (sete) membros efetivos, para mandato de dois anos, sendo admitida uma reeleição. O Conselho se reúne, sempre que necessário. Compete ao órgão, mediante atribuições do estatuto, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, dentre outras atribuições.

CONSELHO FISCAL: Órgão independente formado por cinco conselheiros e seus respectivos suplentes, em número idêntico, eleitos pela Assembleia Geral. É responsável por fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

COMITÊ DE AUDITORIA: Órgão auxiliar e subordinado ao Conselho de Administração, exerce as funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. É composto por 03 (três) membros, todos eleitos pelo Conselho. O Comitê recebe denúncias, sigilosas ou não, que podem ser internas ou externas à Companhia, reunindo-se no mínimo uma vez a cada bimestre, ou sempre que necessário.

COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE E AVALIAÇÃO: Órgão eleito pela Assembleia Geral, integrado por 03 (três) membros, para auxiliar na verificação da conformidade do processo de indicação e na metodologia de avaliação dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, e do Comitê de Auditoria Estatutário.

AUDITORIA INTERNA: Vinculada diretamente ao Conselho de Administração, compete aferir a adequação do controle Interno, a efetividade do gerenciamento de riscos, dos processos de governança e a confiabilidade das demonstrações financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA: É composta por três Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo responsável pelo funcionamento regular da Companhia, entre outras atribuições estatutárias. Seus membros têm mandato de dois anos, sendo admitida a reeleição, e devem se reunir pelo menos uma vez por mês ou extraordinariamente, quando houver demanda.

ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque – Presidente (Estado da Paraíba)
- Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira – Membro (Estado da Paraíba)
- Gabriela de Aragão Sarmento Vieira – Membro (Estado da Paraíba)
- Raimundo Barretto Bastos – Vice-Presidente - Mitsui Gás e Energia do Brasil
- Marcus Vinícius Torres Pecanha – Membro (GASPETRO)
- Vítor Calazans Baroni – Membro (GASPETRO e Mitsui Gás e Energia do Brasil)

CONSELHO FISCAL

- Paulo Márcio Soares Madruga - Estado da Paraíba
- Severino Gilson Peixoto de Oliveira Júnior - Estado da Paraíba
- André Quirino Paiva - Estado da Paraíba
- Celso José de Faria Viana - GASPETRO
- Alyne Valentim Muniz – Mitsui Gás e Energia do Brasil

DIRETORIA EXECUTIVA

- Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves - Diretora-Presidente em exercício e Diretora Administrativa e Financeira (Mitsui Gás e Energia do Brasil)
- Paulo Sérgio de Sá Campos - Diretor Técnico-Comercial (GASPETRO)

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO:

- Victor Castro Dória de Almeida – Estado da Paraíba
- Roberto Pietz Schaly – Mitsui Gás e Energia do Brasil
- Daniele Melissa Guimarães da Silva – GASPETRO

COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E AVALIAÇÃO:

- Érika Oliveira Del Pino - Presidente
- Dennison Silva de Melo – Membro
- Maria Ketiane da S. Azevêdo – Membro

AUDITORIA INTERNA:

- Pâmela Vital do Rêgo Freire

RECURSOS HUMANOS

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:

O investimento contínuo na formação de seus empregados é uma premissa para a Companhia, dessa forma, em 2019, a PBGÁS continuou envidando esforços para consolidar as pessoas como pilar fundamental para a gestão da organização e ofereceu diversas formas de ações educacionais, tais como palestras, cursos, dentre outras.

A PBGÁS também manteve as iniciativas de capacitação, de forma a permitir diferentes formas de aprendizado e aprimoramento profissional dos seus empregados, oferecendo, além dos cursos de longa duração (Pós-Graduações e Idiomas), participações nos seguintes Cursos, Seminários e Congressos: SINAPE Avançado - Elaboração de Planilhas de Orçamentos de Obras; Contratos de Gás Natural – Principais Observações Sobre as Cláusulas e a Regulação; Entendendo o Mercado de GNV; Gestão Tributária de Contratos e Convênios; Treinamento de Engenharia da Confiabilidade; Engenharia da Confiabilidade; Automação Básica para a Distribuição de Gás Natural; Proteção Catódica na Distribuição; 19º Seminário Sobre Gás Natural; Rio Pipeline; Bens Imóveis e Móveis Arrendados; Avançando na Automação da Distribuição de Gás Natural; Semana Nacional de Estudos Avançados Sobre Pregão - 13º Pregão Week; II Seminário Internacional de Mobilidade; Gestão Estratégica de Cobrança e Recuperação de Crédito Administrativa e Judicial; Formação de Auditores Interno; Lei Geral de Proteção de Dados; TIL 4; Cobit 2019; Zabbix Corporate; NR – 33.

Foram promovidas, também em 2019, as seguintes palestras: Transtornos Psicossomáticos x Trabalho; Câncer de Mama – Outubro Rosa; Câncer de Próstata – Novembro Azul; DSTs e Aids, Regras Gerais de Segurança e Comportamento Seguro; Bem-estar no lugar onde estou.

BENEFÍCIOS

As pessoas constituem o ativo intangível e um diferencial competitivo em qualquer atividade empresarial. Deste modo, uma gestão voltada ao desenvolvimento de lideranças, programas de treinamentos de pessoal e benefícios e tem sido um objetivo constante para a Companhia.

Sempre buscando à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de seus empregados, a Companhia oferece os seguintes benefícios: Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológico; Seguro de Vida em Grupo, Auxílio Funeral,

Previdência Privada; Auxílio Idiomas; Auxílio Pós-Graduação; Auxílio Creche; Vale Refeição/Alimentação; Vale Transporte; Reembolso de Despesas para Filhos com Deficiência. As condições dos benefícios estão estabelecidas em Acordo Coletivo de Trabalho e em Instrumentos Normativos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, DESEMPENHO EM SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

PRÁTICA DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS

A política interna de Cidadania Cooperativa da companhia prevê investimentos por meio de apoio aos projetos de incentivo à cultura e ao esporte e as ações socioambientais, fundamentais a ampliação do impacto socioambiental positivo e o fortalecimento do relacionamento de confiança entre a PBGÁS e a sociedade. As ações empreendidas permitem que se visualize o forte comprometimento com os princípios e valores de confiança e cuidado com as pessoas preconizados nas declarações de identidade organizacional da Companhia. Dentre essas ações, destacam-se:

ESPORTE

APOIO A EQUIPE DA PARAÍBA DE BASQUETE SOBRE RODAS

No biênio de 2018 e 2019, a PBGÁS continuou investindo no Esporte com o apoio financeiro a Associação Atlética das Pessoas com Deficiência (AAPD), que possui equipes de basquete em cadeira de rodas, atletismo e natação.

A equipe de basquete vem representando bem a Paraíba e conquistou este ano o título de campeã brasileira da 2ª divisão, em Niterói – RJ. A equipe disputou a 1ª divisão do brasileiro em 2017 e 2018. Este ano a equipe competirá pela 2ª divisão do campeonato brasileiro e dos jogos escolares.

CORRIDA DOS PARQUES - ASSOCIAÇÃO PARQUE PARAHYBA

Apoio a 1ª Virada Cultural e Sustentável e da Corrida dos Parques que aconteceu nos dias 4, 5 e 6 de outubro no Parque Parahyba II. A programação contou com apresentações artísticas e esportivas, com a Feira Criativa, roda de capoeira e oficinas de práticas sustentáveis. O kit dos atletas trouxe material promocional da PBGÁS, já que a área do evento receberá em 2020 o maior volume de investimentos de expansão de rede de gás canalizado.

Seis corredores da PBGÁS participaram da corrida onde cada um recebeu uma muda e medalhas, confeccionadas em madeira de reflorestamento. Houve ação de plantio de árvores no próprio parque com ampla cobertura das principais emissoras de tevê da Capital.

CULTURA

Patrocínio ao Jacumã Jazz Festival que reuniu grandes nomes do jazz e do reggae na praça de eventos de Jacumã. Em sua segunda edição nos dias 20 e 21 de fevereiro, o evento reuniu cerca de 10 mil pessoas e a logo da PBGÁS esteve presente no palco principal, em dois balões promocionais e na abertura do Festival que contou também com o apoio da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo (FUNESC), Governo da Paraíba e da Prefeitura do Conde.

30º SALÃO DE ARTESANATO PARAIBANO

A coleção Labirintos do Agreste com roupas e acessórios assinadas pelas mestras labirinteadoras paraibanas e designers de moda foi apresentada durante o Salão do Artesanato da Paraíba. Essa coleção teve o apoio da PBGÁS. O ponto alto do evento se deu com a apresentação da coleção com a palestra do renomado designer de moda Ângelo Rafael.

Durante o evento foram homenageadas as labirinteadoras Dona Dida, de Serra Rajada; Dona Terezinha, de Chã dos Pereira; Dona Toinha (in memoriam), de Juarez Távora; Dona Antônia, do Quilombo Pedra D'água; Dona Marta, do distrito de Pontina, representadas por Dona Rita. As artesãs estão expondo produtos de casa, roupas e acessórios no hall de entrada do Salão de Artesanato.

CULTURA (LEI DE INCENTIVO À CULTURA)

PROJETO INTERATOS

Na cultura a companhia, por meio da Lei Rouanet, apoia o projeto Interatos (mostra de teatro, dança e circo) realizado pela Fundação Espaço Cultural e o Grupo de teatro lavora, com a realização de espetáculos a cada um final de semana do mês ao longo do ano.

BLOCO CAFUÇU 2019 E 2020

A PBGÁS como empresa que apoia a cultura no Estado da Paraíba, com o patrocínio ao projeto cultural do tradicional “bloco do Cafuçu 2020”, através da Lei Rouanet. A companhia realizou patrocínio na edição de 2019 com excelente retorno de visibilidade por meio de matérias na imprensa, postagens em redes sociais do bloco e da PBGÁS, banners nos palcos e fixação de blimps no baile e na saída do dando ampla visibilidade a marca PBGÁS.

EVENTOS DE MERCADO

- Patrocínio ao 1º Ciclo de Palestras do SINDUSCON/IP, em comemoração aos 40 anos de história da entidade;
- Patrocínio e participação na III EXPO CASA E CONDOMÍNIO – 2019;
- Patrocínio Institucional da FEIRA CONSTRUCON – Feira Brasileira da Indústria da Construção e Arquitetura;

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A PBGÁS busca consolidar as questões de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional como princípio das atividades da Companhia e compromisso permanente da força de trabalho. Com intuito de gerenciar os riscos e oportunidades de saúde e segurança ocupacional e da proteção ao meio ambiente a Companhia adota de forma estratégica um sistema de gestão com 15 Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, buscando melhorar continuamente o desempenho nestas áreas e desenvolver a Política de SMS.

Dentro deste contexto, em agosto de 2019, foi realizada pela GASPETRO e Mitsui Gás e Energia do Brasil o terceiro ciclo de Avaliação da Gestão de SMS da PBGÁS, cujo índice de aderência as 15 Diretrizes de SMS alcança o patamar dos 65%, denotando um esforço permanente da força de trabalho na avaliação contínua do desempenho e monitoramento do Sistema de Gestão de SMS em busca de melhoria.

A gestão integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde para os contratados, fornecedores e parceiros busca incansavelmente ser compatível com o da PBGÁS através de controles, conformidade legal e padrões que estabelecem os requisitos mínimos de SMS a serem cumpridos durante a vigência contratual.

No âmbito da Gestão Socioambiental a PBGÁS integra o Comitê Gestor da mata Xém-Xém, e junto com outras entidades participa das ações de elaboração de plano de manejo para o parque localizado em Bayeux. Realiza também Estudos Ambientais e de Análise de Riscos dos seus empreendimentos de forma a promover uma estrutura de proteção ao meio ambiente, das pessoas e possibilitar respostas associadas com as necessidades socioeconômicas.

APBGÁS atua no licenciamento ambiental de forma responsável e comprometida com a gestão de resíduos, com a racionalização do uso do solo, da água e do ar, tecnologias adotadas e produto distribuído “Gás Natural canalizado” que comparado a outros métodos construtivos minimizam os impactos a que a população está exposta, de forma a eliminar os perigos e minimizar os riscos Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional e Socioambientais tomando medidas preventivas e de proteção efetivas para sua força de trabalho e comunidade no entorno de suas atividades de distribuição de gás.

RISCOS E OPORTUNIDADES

Em 2019 a Companhia estabeleceu sua Política de Gestão de Riscos como processo estruturado para garantir razoável segurança aos negócios, para o alcance de metas corporativas que estão associadas a Missão e Visão, em conformidade com as políticas, normas e regulamentações aplicáveis, inclusive o Código de Conduta e Integridade PBGÁS.

A Gestão de Riscos eleva nível de confiança nas variáveis resultantes do macro ambiente de negócios do setor de Gás Natural. A necessidade de monitoramento constante e detalhado dos riscos, busca estabelecer medidas eficazes de controle, elevando e contribuindo com a prevenção de impactos, do comportamento econômico, político, regulatório e local, ampliando o constante olhar em seus principais segmentos.

RESULTADOS 2019

Em 2019, a Companhia comercializou 87.126.604 m³ de gás natural, uma média de 238.703 m³ diários, que atendeu a um total de 19.473 usuários, sendo 43 industriais, 37 automotivos, 19.079 residenciais e 314 comerciais, um crescimento de 1.458 novos consumidores em relação a 2018.

Considerando a segmentação do mercado consumidor da Companhia, em termos de volumes, 65,4% corresponde ao segmento industrial, 30,5% ao segmento automotivo, 2,4% ao comercial e 1,7% ao residencial.

No âmbito do segmento industrial, as principais atividades econômicas que utilizam o gás natural em seus processos fabris no estado da Paraíba são: cerâmica, têxtil, calçados, bebidas e alimentos, papel e celulose, química e metalurgia.

O mercado industrial, com média de consumo, em 2019, de aproximadamente 156,1 mil m³/dia, concentra-se na Grande João Pessoa, com 26 usuários e em



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

torno de 86% do volume diário comercializado. O restante são 17 usuários em Campina Grande, Queimadas e Ingá, todos consumindo 14% do gás industrial comercializado.

O mercado automotivo (GNV e GNC), por sua vez, com consumo médio de 72,8 mil m³/dia em 2019, está concentrado, igualmente, na Grande João Pessoa, com 27 postos (2 na cidade de Mamanguape) representando aproximadamente 76% do volume vendido para este segmento. Em Campina Grande, atualmente com 6 postos oferecendo o produto (um em Queimadas), o volume comercializado é da ordem de 16% do total. Um posto em Caldas Brandão (Cajá), localizado entre João Pessoa e Campina Grande, responsável pela comercialização de 2% do total do segmento. Complementando o mercado automotivo, existem 3 postos abastecidos por GNC (um na cidade de Patos, a 175 km de Campina Grande, um na cidade de Remígio, a 40 km de Campina Grande, e um na cidade de Guarabira, a 60 km de João Pessoa), os quais representaram, juntos, 6% do volume comercializado no mês.

O mercado residencial e comercial encontra-se em fase de desenvolvimento, com previsão de atingir, até o final de 2024, 34.269 unidades consumidoras individuais residenciais e 535 unidades consumidoras individuais comerciais.

INVESTIMENTOS

Em 2019, o investimento total realizado pela Companhia totalizou R\$ 8.438.649, sendo 66,4% em expansão e saturação da rede de distribuição, 12,1% em segurança e melhoria da rede, 20,4% em gestão (softwares, hardwares, mobiliários e reformas) e 1% em outros.

Resalta-se que os investimentos em saturação e expansão adicionaram aproximadamente 6 mil metros de dutos de distribuição, totalizando uma extensão de 332 Km de Rede de Distribuição de Gás Natural na área de concessão.

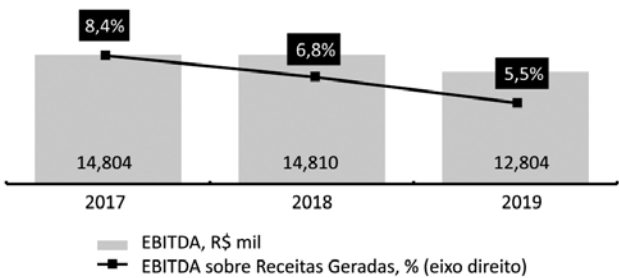
RECEITA BRUTA

A receita bruta alcançou o montante de R\$ 233 milhões em 2019, valor que ficou aquém das expectativas para o ano em 16,4%, tendo em vista o baixo nível dos segmentos industrial e automotivo, que impactou os volumes de vendas de gás natural no estado.

EBITDA

O EBITDA (lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização) em 2019 foi de R\$ 12,8 milhões, equivalente a 5,5% das receitas líquidas geradas no exercício.

Gráfico 2 - Percentual do EBITDA sobre à Receita Bruta



LUXO DE CAIXA

O saldo de caixa no final de 2019 foi de R\$ 24,8 milhões, valor este decorrente das atividades operacionais e de investimentos. Está previsto para abril de 2020 o pagamento integral da distribuição dos lucros relativos ao exercício de 2019, sendo R\$ 3.130.299,66 (três milhões, cento e trinta mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos) na forma de Juros sobre Capital Próprio (JSCP), valor líquido, e R\$ 599.659,35 (quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos) em Dividendos Adicionais.

RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido do exercício foi de R\$ 4,6 milhões em 2019, desempenho 47% abaixo do previsto. O cenário econômico nacional e local foram desfavoráveis, levando empresas de segmento industrial a limitar suas atividades, com atenção ao cerâmico, que reduziu a produção para ajustes de estoque ao longo do ano. Adicionalmente, as negociações para aditar o contrato de suprimento e ajustar a Quantidade Diária Contratada de gás, estendeu-se mais que o previsto, elevando consideravelmente o Encargo de Capacidade no ano, comprometendo o lucro projetado para exercício.

PLANO INVESTIMENTOS E PRINCIPAIS PROJETOS 2020

No horizonte dos próximos cinco anos, a PBGÁS planeja investir um total de R\$ 43,9 milhões, dos quais R\$ 34,3 milhões em rede de distribuição (expansão, saturação, segurança e melhoria).

Para 2020, a previsão é de realização de um investimento total da ordem de R\$ 7,2 milhões, com destaque para os seguintes projetos:

- a) Expansão Residencial e Comercial – João Pessoa (R\$ 2,4 milhões);
- b) Expansão Residencial e Comercial – Borborema (R\$ 365 mil);
- c) Saturação Industrial (R\$ 77,6 mil);
- d) Saturação Residencial e Comercial – João Pessoa (R\$ 680,4 mil);
- e) Saturação Residencial e Comercial – Borborema (R\$ 402,5 mil);
- f) Segurança – Materiais e equipamentos (R\$ 65 mil);
- g) Melhorias – Materiais e Equipamentos (R\$ 215 mil);
- h) Melhorias – O&M (R\$ 420 mil);
- i) Gestão – ERP/GGAS (R\$ 327,2 mil);
- j) Gestão – Informática (R\$ 381,3 mil);
- k) Gestão – Móveis e utensílios (R\$ 70 mil);
- l) Gestão – Imóveis (R\$ 180 mil);
- m) Pessoal em projetos de engenharia (R\$ 1,6 milhões).

No período 2021 a 2024 merecem destaque:

- a) Projeto Porto de Cabedelo de 2021 a 2024 (R\$ 5,7 milhões);
- b) Continuidade dos projetos de expansão residencial e comercial João Pessoa e Borborema até 2023 (17,5 milhões);
- c) Saturação Industrial (R\$ 376,5 mil);
- d) Continuidade dos projetos de saturação residencial e comercial João Pessoa e Borborema até 2023 (4,3 milhões);
- e) Segurança – Materiais/equipamentos (R\$ 1,1 milhão);
- f) Melhorias – O&M até 2021 (R\$ 150 mil);
- g) Gestão – Informática até 2023 (R\$ 34 mil).

De forma resumida, a Tabela 1 a seguir apresenta a abertura dos investimentos por item (grupo de investimento) e por ano no período de 2020-2024.

Investimento	2020	2021	2022	2023	2024
Rede de Distribuição	4.653.168	6.640.390	7.027.641	8.074.731	7.891.073
Expansão	2.792.726	4.706.008	5.554.749	6.476.839	6.443.181
Saturação	1.160.442	1.309.382	1.132.892	1.132.892	1.132.892
Segurança	65.000	150.000	150.000	100.000	100.000
Melhoria	635.000	475.000	190.000	365.000	215.000
Gestão	958.556	34.020	0	0	0
Pessoal	1.587.843	1.637.316	1.729.852	1.790.850	1.892.023
Total	7.199.567	8.311.726	8.757.493	9.865.581	9.783.096

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - Em milhares de Reais							
Ativos Circulantes	Notas	31/12/2019	31/12/2018	Passivos Circulantes	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.910	33.087	Fornecedores	11 e 20	10.334	11.875
Contas a receber de clientes	6	9.739	12.921	Empréstimos e Financiamentos	12	-	1.116
Contas a receber de parte relacionadas	6 e 20	-	754	Passivo de arrendamento	9	370	-
Estoques		1.994	2.505	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	13	1.808	2.143
Tributos a recuperar	7	1.638	1.000	Tributos a pagar	14	703	1.071
Créditos nas operações de aquisição de gás	8 e 20	126	128	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15 e 20	3.130	3.791
Despesas antecipadas		182	175	Débitos nas operações de venda de gás	16	22	71
Outros ativos		72	66	Outros passivos	17	246	314
Total dos ativos circulantes		38.661	50.636	Total dos passivos circulantes		16.613	20.381
Não Circulantes				Não Circulantes			
Depósitos judiciais		147	215	Passivo de arrendamento	9	1.279	-
Tributos a recuperar		90	-	Débitos nas operações de venda de gás	16	681	2.178
Outros ativos		993	993	Provisão para Contingências	18	1.164	1.346
Direito de Uso Arrendamento	9	1.457	-	Outros passivos		154	-
Intangível	10	43.717	41.015				
Total dos Ativos não circulantes		46.404	42.223	Total dos passivos não circulantes		3.278	3.524
				Patrimônio Líquido	19		
				Capital social		57.458	55.978
				Reserva de lucro		7.116	8.214
				Dividendos Adicionais Propostos	15	600	4.762
				Total do patrimônio líquido		65.174	68.954
Total dos Ativos		85.065	92.859	Total do passivo e patrimônio líquido		85.065	92.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais							
				Reserva de lucros			
				Capital Social	Reserva Legal	Incentivos Fiscais	
Saldo em 01 de janeiro de 2018				54.576	6.069	1.402	4.132
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	19			1.402	-	(1.402)	-
Dividendos adicionais aprovados							(4.132)
Constituição de Reserva para Contingência							-
Lucro líquido do exercício				-	-	-	-
Destinações do Lucro Líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal				-	562	-	(562)
Constituição de reserva de incentivo fiscal				-	-	1.582	(1.582)
Dividendos adicionais propostos (2,99)	15						(4.762)
Juros sobre capital próprio (2,72)	15			-	-	-	(4.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2018				55.978	6.632	1.582	4.762
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	19			1.481	-	(1.481)	-
Dividendos adicionais aprovados				-	-	-	(4.762)
Reversão da Reserva para Contingência							-
Lucro líquido do exercício				-	-	-	-
Destinação do Lucro Líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal				-	228	-	(228)
Constituição de reserva de incentivo fiscal				-	-	156	(156)
Dividendos adicionais propostos (0,37)	15				-	-	(600)
Juros sobre capital próprio (2,19)	15			-	-	-	(3.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2019				57.458	6.860	256	600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				Em milhares de reais			
	Notas	31/12/2019	31/12/2018				
Receita líquida - Venda de Gás	21	165.961	156.361				
Receita de Construção (ICPC 01)	21	8.439	10.311				
		174.400	166.672				
Custo dos produtos vendidos	22	(138.213)	(125.119)				
Custo de Construção (ICPC 01)	22	(8.439)	(10.311)				
		(146.652)	(135.430)				
Lucro bruto		27.748	31.242				
Receitas (Despesas) operacionais		(25.853)	(21.712)				
Despesas comerciais	23	(3.658)	(3.721)				
Despesas gerais e administrativas	24	(17.093)	(15.923)				
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(5.102)	(2.068)				
Lucro antes do resultado financeiro		1.895	9.530				
Receitas financeiras	26	3.033	3.013				
Despesas financeiras	26	(262)	(220)				
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		4.666	12.323				
Imposto de renda	27	(15)	(347)				
Incentivo fiscal Sudene	27	(92)	(741)				
Lucro líquido do exercício		4.559	11.236				
Lucro básico e diluído por ação	28	2,79	7,05				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES				- Em milhares de Reais			
		31/12/2019	31/12/2018				
Lucro líquido do exercício		4.559	11.236				
Outros resultados abrangentes		-	-				
Resultados abrangente total do exercício		4.559	11.236				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS				Em milhares de reais			
		31/12/2019	31/12/2018				
Receitas		241.862	233.637				
Vendas de produtos e serviços		241.483	229.512				
Outras receitas		379	4.126				
Insumos adquiridos de terceiros		(150.385)	(138.969)				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		(138.699)	(117.143)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(11.686)	(21.826)				
Valor adicionado bruto		91.477	94.669				
Amortização		(5.400)	(5.613)				
Depreciação		(407)	-				
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		85.670	89.056				
Valor adicionado recebido em transferência		3.033	3.013				
Receitas financeiras		3.033	3.013				
Valor adicionado total a distribuir		88.703	92.069				
Distribuição do valor adicionado							
Pessoal:		13.515	13.055				
Remuneração direta		9.744	9.563				
Benefícios		3.077	2.767				
FGTS		694	725				
Impostos, taxas e contribuições:		69.576	66.599				
Federais		24.013	24.030				
Estaduais		45.533	42.564				
Municipais		30	5				
Remuneração de capitais de terceiros:		1.054	1.178				
Juros		262	220				
Aluguéis		792	958				
Remuneração de capitais próprios:		4.558	11.236				
Juros sobre capital próprio		3.575	4.331				
Dividendos		983	6.905				
Valor adicionado distribuído		88.703	92.069				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA			
Em milhares de reais			
	31/12/2019	31/12/2018	
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	4.559	11.236	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício			
Amortização	6.041	5.773	
Reversão contingência trabalhista	(183)	(23)	
Atualização líquida de top recuperável	(46)	(2.634)	
Perda no recebimento de crédito	33	52	
Atualização empréstimo	49	126	
	10.453	14.531	
(Aumento) Redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	3.149	(4.990)	
Contas a receber de parte relacionadas	754	(93)	
Estoques	511	(464)	
Tributos a recuperar	(638)	350	
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	47	13.341	
Despesas antecipadas	(7)	44	
Outros ativos	(6)	37	
Realizáveis a longo prazo	(22)	(16)	
Aumento (Redução) nos ativos operacionais			
Fornecedores	(1.541)	3.513	
Passivo de arrendamento	1.649	-	
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	(335)	236	
Tributos a pagar	(367)	(725)	
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	(1.545)	(3.158)	
Outos passivos	86	53	
Outros não circulante	-	(80)	
Caixa proveniente das operações	12.188	22.579	
Juros pagos empréstimo	(49)	(139)	
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	12.139	22.440	
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de arrendamento	(1.865)	-	
Aquisição de intangível	(8.336)	(9.351)	
Caixa de líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(10.202)	(9.351)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	(4.762)	(4.132)	
Juros capital próprio pagos	(4.236)	(3.685)	
Pagamentos de empréstimo (principal)	(1.116)	(1.116)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(10.114)	(8.933)	
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa			
	(8.177)	4.156	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>33.087</u>	<u>28.931</u>	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>24.910</u>	<u>33.087</u>	



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Provisão para perda de créditos;
- Nota 10 - Intangível; e
- Nota 18 – Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

3.1. Instrumentos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado.

ii. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

iii. Contas a receber de Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A perda esperada de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir os possíveis não recebimentos por parte dos seus clientes, conforme nota explicativa nº 6b.

iv. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: contas a receber de clientes e outros créditos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizável e, no caso do financiamento bancário considerar-se-ão os juros pré-fixados estabelecidos em contrato.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

3.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

3.3. Intangível

Contrato de Concessão

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 10.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

3.4. Estoques

Os estoques representam o volume de gás disponível na rede da Companhia, bem como os materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades. Estes estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado, sendo mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

3.7. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, como receita e custo operacional.

3.8. Tributação

a) Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

b) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas. Vide nota explicativa nº 21.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são registradas no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna receável, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Nota	31/12/2019		31/12/2018		Categoria CPC38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.910	24.910	33.087	33.087	Custo Amortizado
Contas a receber, líquidas	6	9.739	9.739	13.675	13.675	Custo Amortizado
Gás Pago E Não Retirado (Take Or Pay)	8	126	126	128	128	Valor justo por meio do resultado
		34.775	34.775	46.890	46.890	
Passivos (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	11	10.334	10.334	11.875	11.875	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Juros sobre capital próprio a pagar	15	3.130	3.130	3.791	3.791	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Gás Recebido E Não Entregue (Take Or Pay)	16	703	703	2.249	2.249	Valor justo por meio do resultado
		14.167	14.167	17.915	17.915	

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais são realizadas e seus impactos registrados no resultado.

4. Alterações em políticas contábeis adotadas pela Companhia

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações contábeis são as mesmas aplicadas nas últimas demonstrações contábeis anuais.

4.1. CPC 06 (R2) IFRS 16 - Arrendamento

A IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em vigor desde 1º de janeiro de 2019, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo modificado e as informações contábeis comparativas abrangendo esse tema

Há situações em que é necessário que o valor da subvenção governamental não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, pode ser creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Conforme nota explicativa nº 27 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE. O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda. Quando do encerramento do exercício este valor é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais em atendimento ao que expressa o item 15B do CPC 07.

3.11. Receitas e Custos operacionais

a) Receitas e custos operacionais

Venda de gás

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Contratos de construção

As receitas e os custos de construção, cujo concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, são reconhecidos como receita e custo operacional. Sua evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, Item 14.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem, juros incidentes sobre financiamentos, variação monetária de arrendamento, bem como outras despesas financeiras.

3.12. Benefício a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas a medida em que o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petróbras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos oriundos dos saldos acumulados das contas individuais formadas por cada empregado.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte e
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

3.13. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

3.14. Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.15. Novos Pronunciamentos Contábeis

a) CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R11)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os Administradores da PBGÁS avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia.

b) CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge. Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de Impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

		31/12/2019		31/12/2018		Categoria CPC38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9
Nota		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa		5	24.910	24.910	33.087	33.087	Custo Amortizado
Contas a receber, líquidas		6	9.739	9.739	13.675	13.675	Custo Amortizado
Gás Pago E Não Retirado (Take Or Pay)		8	126	126	128	128	Valor justo por meio do resultado
			34.775	34.775	46.890	46.890	
Passivos (Circulante e não circulante)							
Fornecedores		11	10.334	10.334	11.875	11.875	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Juros sobre capital próprio a pagar		15	3.130	3.130	3.791	3.791	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Gás Recebido E Não Entregue (Take Or Pay)		16	703	703	2.249	2.249	Valor justo por meio do resultado
			14.167	14.167	17.915	17.915	

não foram apresentadas. Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, a Companhia utilizou taxa incremental para fins de adoção da IFRS 16/CPC 06.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A Companhia optou por



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor, utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Companhia optou por evidenciar em novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos.

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos operacionais de imóveis, a Companhia reconheceu R\$ 1.457 de ativos de direito de uso e R\$ 1.649 de passivos de arrendamento em 01/01/2019. Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o ano de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 407 de depreciação e R\$ 176 de juros destes arrendamentos.

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa - fundo fixo	13	13
Bancos – conta movimento	2.070	9.141
Aplicações financeiras	<u>22.719</u>	<u>23.124</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>24.802</u>	<u>32.278</u>
Valores em trânsito	108	809
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>24.910</u>	<u>33.087</u>

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2019 girou em torno de 98% do CDI diário, com “target” de 100% sendo o benchmark a ser atingido sobre as disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

	31/12/2019	31/12/2018
Segmento veicular	3.190	3.033
Segmento industrial	4.780	8.354
Segmento comercial	1.068	939
Segmento residencial	<u>720</u>	<u>579</u>
Subtotal	9.758	12.905
Penalidade Contratual	14	16
Contas a receber de clientes	<u>9.772</u>	<u>12.921</u>

Segmento automotivo Partes relacionadas—BR Distribuidora (NE 18)	-	<u>754</u>
---	----------	-------------------

Contas a receber de clientes e partes relacionadas	<u>9.772</u>	<u>13.675</u>
---	---------------------	----------------------

Perda Esperada de Clientes (b)	(33)	-
---------------------------------------	-------------	----------

Contas a receber de clientes líquida e partes relacionadas	<u>9.739</u>	<u>13.675</u>
---	---------------------	----------------------

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer		
1 a 30 dias	<u>9.242</u>	<u>13.387</u>
Vencidos		
31 a 60 dias	515	275
61 a 90 dias	7	7
Acima de 90 dias	<u>8</u>	<u>6</u>
	530	288
Contas a receber de clientes	9.772	13.675

b. Critérios de mensuração da provisão (Impairment)

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 33.

Conforme as políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o resultado da análise das efetivas perdas de eventos ocorridos nos últimos (5) cinco anos e também considerou as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A média ponderada da análise do modelo adotado foi aplicado sobre a carteira de clientes, encontrando assim o percentual de estimativa de perda utilizado como impairment dos seus ativos financeiros.

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF	524	231
PIS	5	-
COFINS	25	-
IRPJ Estimativa	742	521
CSLL Estimativa	317	222
ICMS	<u>25</u>	<u>26</u>
	1.638	1.000

	31/12/2019	31/12/2018
Crédito nas operações de aquisição de gás (a)	<u>126</u>	<u>128</u>
	126	128

(a) Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação “take-or-pay” quando a retirada mínima de gás realizada fica abaixo de 70% do volume contratado na apuração mensal, de acordo com o estabelecido no contrato de compra de gás com a Petrobras. A Petrobras emite nota de débito equivalente a aplicação do preço de aquisição (sem ICMS) sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e a Companhia realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre no momento em que a PBGÁS retirar volumes superiores ao mínimo exigido em contrato, definido em 70% da QDC.

Desta forma, a Companhia registra um ativo decorrente desse “take-or-pay” e recupera este crédito no pagamento de faturas posteriores da Petrobras. Estes créditos são atualizados de acordo com a regra contratual de reajuste do preço do gás por parte da supridora, tendo como contrapartida aumento (redução) do ativo e receita (despesa) operacional.

	31/12/2019	Passivo de arrendamento	31/12/2019
Ativo direito de uso		<u>Circulante</u>	
Imóveis	1.864	Imóveis	499
(-) Amortização Acumulada	<u>407</u>	(-) AVP	<u>(129)</u>
	1.457		370
		<u>Não Circulante</u>	
		Imóveis	1.452
		(-) AVP	<u>(173)</u>
			1.279

A vigência dos contratos de arrendamento são de 05 anos com término em 2023. O montante pago no exercício de 2019 foi de R\$ 545. A taxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,90% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo IGP-M.

	31/12/2019	31/12/2018
Estado da Paraíba	278.142	51,0
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	133.615	24,5
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	<u>130.171</u>	<u>24,5</u>
Total	545.372	100

	31/12/2019	31/12/2018
Estado da Paraíba	270.970	51,0
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	130.171	24,5
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	<u>130.171</u>	<u>24,5</u>
Total	531.312	100

gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICP 01. Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são

31/12/2019	
Custo	Amortização Acumulada
Terrenos	304
Móveis e utensílios	1.874
Hardware	3.373
Rede de Distribuição	88.107
Ramais	40.226
Outros	3.678
Intangível em formação (*)	6.690
Intangível concessão	144.252
Direitos de uso de softwares	1.851
	146.103

(*) A conta “Intangível em formação” refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

B. Movimentação			
Contratos de concessões	Taxa de Amortização% a.a. *		Saldo
Custo			135.920
Amortização	10		<u>(95.713)</u>
			40.207
Software e direito de uso			
Custo			1.846
Amortização	10		<u>(1.038)</u>
			808
Total do intangível			41.015

*A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato. Foi apropriado como despesa com amortização no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 5.773 (R\$ 5.292 em 31/12/2018) e o total de adições no exercício líquido das baixas/transferências que afetaram o caixa foi de R\$ 9.351 (R\$ 6.474 em 31/12/2018).

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedor de gás – Petrobras (nota 20)	7.571	9.026
Fornecedores de materiais e serviços	<u>2.763</u>	<u>2.849</u>
	10.334	11.875

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

12. Empréstimos e Financiamentos

A Companhia recebeu, em 02/12/2016, o repasse no valor total de R\$ 3.348 do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), proveniente de contrato de financiamento de obra de infraestrutura em rede de distribuição denominado, Projeto Borborema, na cidade de Campina Grande/PB. O montante fora amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, com a primeira em 02/01/2017 e a última em 02/12/2019, com taxa de juros prefixada em 7,004% ao ano.

O encerramento do compromisso referente a garantia do financiamento foi feito com a liberação do instrumento de fiança pelo Banco do Nordeste efetivado em dezembro de 2019.

O total de juros pagos nos exercícios de 2019 e 2018 foi respectivamente de R\$ 49 e R\$ 139.

	31/12/2019	31/12/2018
Financiamento BNB - Circulante	-	<u>1.116</u>
		1.116

	31/12/2019	31/12/2018
Salários a pagar	13	4
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	517	477
Provisão para férias e encargos	1.278	1.208
Participação nos lucros e resultados	-	<u>454</u>
	1.808	2.143

	31/12/2019	31/12/2018
PIS a pagar	97	136
COFINS a pagar	448	628
INSS terceiros a pagar	90	203
IRRF a pagar	9	3
Outros tributos a pagar	<u>59</u>	<u>101</u>
	703	1.071

15. Dividendos e JSCP a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia decidiu, de acordo com a Lei nº 9.249/95, efetuar o crédito de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do exercício. O montante dos juros remuneratórios do capital calculado no valor de R\$ 3.575 (R\$ 4.331 em 31/12/2018) foi contabilizado para fins fiscais como despesa financeira conforme determina a legislação.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	4.559	11.236
(-) Reserva legal	(228)	(562)
(-) Reserva de incentivo fiscal	<u>(156)</u>	<u>(1.582)</u>
Lucro líquido a ser distribuído	4.175	9.093

	2019 IRRF	Líquido a pagar
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos propostos	600	4.762
JSCP	3.575	4.331
(-) IRRF JSCP	<u>(445)</u>	<u>(540)</u>
JSCP a pagar	3.130	3.791

Na AGE de 13/12/2019 foi aprovado o crédito de R\$ 3.575 de Juros Sobre Capital Próprio aos acionistas, com pagamento em 30/04/2020, que após a incidência de imposto de renda na fonte, resulta no registro no passivo circulante no montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios.

Assim, ficam à disposição dos acionistas no Patrimônio Líquido, em conformidade com a Resolução nº 1.398/12 do CFC, ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, o valor de R\$ 600 a título de dividendos adicionais propostos, em conformidade com proposta de distribuição integral do resultado do exercício de 2019, deduzidas a constituição da reserva legal e de incentivo fiscal, como demonstrado.

Os JSCP foram provisionados de acordo com a participação de cada acionista no capital da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

<u>Acionistas</u>	<u>Juros</u>	<u>2019</u> <u>IRRF</u>	<u>Líquido a pagar</u>
Estado da Paraíba	608	-	608
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	1.484	(223)	1.261
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	<u>1.484</u>	<u>(223)</u>	<u>1.261</u>
Total	3.575	(445)	3.130

<u>Acionistas</u>	<u>Juros</u>	<u>2018</u> <u>IRRF</u>	<u>Líquido a pagar</u>
Estado da Paraíba	737	-	737
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	1.797	(270)	1.527
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	<u>1.797</u>	<u>(270)</u>	<u>1.527</u>
Total	4.331	(540)	3.791

Conforme 25ª AGO realizada em 18 de abril de 2019 foi aprovado à distribuição de 100% do lucro líquido após a constituição da reserva legal e reserva de incentivos fiscais referente ao exercício de 2018, com pagamento de JSCP no valor total de R\$ 3.791 realizado em 30/04/2019 e dos dividendos adicionais propostos no valor total de R\$ 4.762, em duas parcelas iguais de R\$ 2.381, em 30/04/2019 e 30/09/2019.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 545.372 (R\$ 531.312 em 31/12/2018) ações sem valor nominal, sendo 545.372 (531.312 em 31/12/2018) ações sem valor nominal, sendo 545.372

passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, os quais serão registrados como ativos financeiros da concessão.

	31/12/2019	31/12/2018
Conpel – Cia Nordestina de Papel	22	64
Clientes diversos	-	7
Total circulante:	<u>22</u>	<u>71</u>
Alpargatas S.A	-	10
Coteminas S.A	637	2.111
Refrescos Guararapes	<u>44</u>	<u>57</u>
Total não circulante:	<u>681</u>	<u>2.178</u>

Corresponde ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre a operação “take-or-pay” quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato. A PBGÁS emite nota de débito equivalente à aplicação da tarifa de venda de gás natural sem incidência de ICMS aplicado sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, quantidade mínima contratual, e o usuário realiza o pagamento, adquirindo o direito a recuperação que dar-se-á sempre no momento em que o Cliente consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

Desta forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse “take-or-pay” e o usuário utiliza este seu crédito no pagamento de faturas posteriores. Estes débitos são atualizados de acordo com a variação da tarifa da PBGÁS, tendo como contrapartida aumento (redução) do passivo e despesa (receita) operacional.

	31/12/2019	31/12/2018
Penalidade Contratual (a)	240	312
Outros passivos	<u>6</u>	<u>2</u>
Total circulante	<u>246</u>	<u>314</u>

(a) Penalidade contratual: Refere-se à penalidade mensal não recuperável que tem por objetivo remunerar a estrutura de transporte de gás natural disponibilizada pela Petrobras. Sempre que a Companhia não realizar a retirada mínima de gás prevista contratualmente, a Petrobras emite nota de débito calculada pela diferença contratada e não retirada correspondente ao período, aplicando-se o valor unitário correspondente a parcela de transporte do preço de venda de gás pela Petrobras.

A redução de saldo se deve pela celebração do aditamento nº 8 junto à supridora que estabeleceu novo volume de referência para o cálculo da penalidade, reconhecida na rubrica de outras despesas operacionais sem direito à recuperação.

	31/12/2019	31/12/2018
Penalidade Contratual (a)	240	312
Outros passivos	<u>6</u>	<u>2</u>
Total circulante	<u>246</u>	<u>314</u>

(a) Penalidade contratual: Refere-se à penalidade mensal não recuperável que tem por objetivo remunerar a estrutura de transporte de gás natural disponibilizada pela Petrobras. Sempre que a Companhia não realizar a retirada mínima de gás prevista contratualmente, a Petrobras emite nota de débito calculada pela diferença contratada e não retirada correspondente ao período, aplicando-se o valor unitário correspondente a parcela de transporte do preço de venda de gás pela Petrobras.

A redução de saldo se deve pela celebração do aditamento nº 8 junto à supridora que estabeleceu novo volume de referência para o cálculo da penalidade, reconhecida na rubrica de outras despesas operacionais sem direito à recuperação.

18. Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 tem registrada provisão para perdas em processos no montante de R\$ 1.164 (R\$ 1.346 em 31/12/2018), decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim demonstrada:

	31/12/2019	31/12/2018
Fiscal	-	25
Trabalhista	73	73
Cível	<u>1.091</u>	<u>1.248</u>
	1.164	1.346

A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis e possíveis conforme segue:

(a) **Cíveis:** A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R\$ 1.091 (R\$ 1.248 em 31/12/2018). Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
028.2008.000.028-5	15/01/2008	410
028.2011.000.231-9	21/03/2011	<u>681</u>
		1.091

(b) **Trabalhistas:** A Companhia possui processos trabalhistas e baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia permanece com a provisão no montante de R\$ 73 (R\$ 73 em 31/12/2018), considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
--------------------	--------------	-----------------



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2019 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 1.481 (1.402 em 31/12/2018), proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 42.184 (39.932 em 31/12/2018) ações, sendo 14.060 (13.312 em 31/12/2018) ordinárias e 28.124 (26.620 em 31/12/2018) preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

b. Reserva de lucros

(i) **Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

(ii) **Reserva de incentivos fiscais:** É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGÁS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0215/2016. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

Reserva para reinvestimento: Em 2019 a Companhia protocolou o pleito e aguarda a aprovação junto à SUDENE referente ao incentivo fiscal do Reinvestimento do Imposto de Renda referente ao exercício de 2018. Quando da aceitação do pleito por parte da SUDENE o valor correspondente será utilizado para aumento de capital deliberado em Assembleia de acionista, sendo vedada a sua distribuição na forma de dividendos. O benefício consiste em depósito, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil S/A, referente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, de acordo com a Lei 5.508/68.

20. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado no período de 12 (doze) meses em 2019 e 2018, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	BR Distribuidora		Petrobras		Gaspetro		Mitsui		Estado da Paraíba	
Transações	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita de vendas	9.047	16.367	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de gás natural (*)	-	-	128.105	115.287	-	-	-	-	-	-
Contas a receber – Venda de gás natural	-	754	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito nas operações de aquis. de gás (*)	-	-	126	128	-	-	-	-	-	-
Fornecedor	-	-	7.572	9.026	-	-	-	-	-	-
Dividendos/JSCP a pagar	-	-	-	-	1.261	1.527	1.261	1.527	608	737

(*). As compras de gás natural estão demonstradas líquidas de impostos

As transações de compra de gás natural estão garantidas através de contrato firmado entre a PBGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A em 1º de abril de 2009, bem como seus aditamentos, cuja quantidade de gás estabelecida é de 260.000 m³/dia a partir de 01 de julho de 2019, conforme estabelecido em seu 8º aditamento.

A Companhia celebrou em 1º de julho de 2019, um novo contrato de suprimento de gás firme inflexível (“Novo Mercado de Gás) com vigência entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, cuja quantidade diária contratada (QDC) é de 260.000 m³/dia.

21. Receita líquida

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta				IR	CSLL
Gás automotivo	73.235	77.640	Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	4.666	4.666
Gás combustível	144.260	129.929	Adições e exclusões permanentes		
Gás residencial	7.690	6.022	Brindes e patrocínios	88	88
Gás comercial	5.972	5.972	Provisões não dedutíveis	-	-
	233.108	219.563	Reversão provisões	(310)	(310)
(-) Impostos sobre faturamento	(45.526)	(42.564)	Reversão JSCP	(3.575)	(3.575)
ICMS	(3.845)	(3.617)	(+/-), Outros	161	161
PIS	(17.711)	(16.659)	Total	1.030	1.030
COFINS	(65)	(362)			
Vendas Canceladas					
	165.961	156.361	Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%
Receita líquida	8.439	10.311			

22. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Custo de gás natural (a)	(128.105)	(115.287)	Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(233)	(233)
Custo de distribuição	(5.263)	(4.650)	Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:		
Amortização	(4.845)	(5.182)	(-) Incentivo PAT	6	-
	(138.213)	(125.119)	(+/-), Outros	56	-
Custo de Construção – ICPC 01	(8.439)	(10.311)			

(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Gás veicular	(39.723)	(39.203)	(-) Incentivos fiscais SUDENE	156	-
Gás industrial	(83.076)	(72.290)	(-) Incentivos fiscais SUDENE – Reinvest.	-	-
Gás residencial	(2.175)	(1.593)	Imposto de renda e contribuição social	(15)	(92)
Gás comercial	(3.131)	(2.201)	Alíquota efetiva do IR e CSLL	1,45%	9%
	(128.105)	(115.287)			

23. Despesas comerciais

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.518)	(2.297)	(-) Incentivos fiscais SUDENE	156	-
Serviços de terceiros	(258)	(255)	(-) Incentivos fiscais SUDENE – Reinvest.	-	-
Conversões de Clientes	(882)	(1.169)	Imposto de renda e contribuição social	(15)	(92)
	(3.658)	(3.721)	Alíquota efetiva do IR e CSLL	1,45%	9%

24. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(10.370)	(10.387)	(-) Incentivos fiscais SUDENE	156	-
Serviços de terceiros	(2.194)	(1.779)	(-) Incentivos fiscais SUDENE – Reinvest.	-	-
Gerais e administrativas	(1.558)	(932)	Imposto de renda e contribuição social	(15)	(92)
Aluguéis	(497)	(680)	Alíquota efetiva do IR e CSLL	1,45%	9%
Viagens e representações	(394)	(356)			
Amortização	(554)	(431)			
Depreciação - Arrendamento	(407)	-			
Tributárias	(1.119)	(1.358)			
	(17.093)	(15.923)			

25. Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Outras Receitas Operacionais			Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	4.559	11.236
Ganho na atualização das operações de gás	25	2.011	Total de ações ordinárias e preferenciais	1.636	1.594
Receita de “take or Pay”	-	1.634	Lucro/ação (R\$/mil)	2,79	7,05
Reversão provisão contingências	183	-			
Outras receitas operacionais	13	318			
Receita de penalidade contratual	158	163			
	379	4.126			

26. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras			Despesas Despesas Operacionais		
Receita s/ aplicações financeiras	1.479	1.797	Despesas de provisões	-	(52)
Juros/multas - Clientes	1.499	1.110	Perda na atualização das operações de gás	(72)	(1.225)
Outras receitas financeiras	55	106	Despesa de penalidade contratual	(5.255)	(4.900)
	3.033	3.013	Indenizações e ressarcimentos	(85)	-
			Outras despesas operacionais	(69)	(17)
				(5.481)	(6.194)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. (5.102) (2.068)

(a) Despesa de penalidade contratual, valores decorrentes de:

Encargo de Capacidade: consiste na remuneração mínima mensal devida ao supridor, Petrobras, quando da retirada do gás for inferior a 100% da QDC, apurado mensalmente. Este encargo consiste exclusivamente pelos valores fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do gás disponibilizado à Companhia;

Penalidades por erro de programação: penalidade reconhecida quando não é atingido o volume programado conforme regra contratual.

26. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras			Despesas financeiras		
Receita s/ aplicações financeiras	1.479	1.797	Juros e multas	(49)	(127)
Juros/multas - Clientes	1.499	1.110	Descontos concedidos	(16)	(21)
Outras receitas financeiras	55	106	Variação monetária - Ativo de arrendamento	(176)	-
	3.033	3.013	Outras despesas financeiras	(21)	(72)
				(262)	(220)

27. Imposto de renda e contribuição social

Em 14 de dezembro de 2016, foi expedido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Laudo Constitutivo nº 0215/2016, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2025.

O benefício fiscal concedido pela SUDENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
	IR	CSLL		IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	4.666	4.666	Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	4.666	4.666
Adições e exclusões permanentes			Adições e exclusões permanentes		
Brindes e patrocínios	88	88	Brindes e patrocínios	88	88
Provisões não dedutíveis	-	-	Provisões não dedutíveis	-	-
Reversão provisões	(310)	(310)	Reversão provisões	(310)	(310)
Reversão JSCP	(3.575)	(3.575)	Reversão JSCP	(3.575)	(3.575)
(+/-), Outros	161	161	(+/-), Outros	161	161
Total	1.030	1.030	Total	1.030	1.030
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(233)	(233)	Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(233)	(233)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:			Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:		
(-) Incentivo PAT	6	-	(-) Incentivo PAT	6	-
(+/-), Outros	56	-	(+/-), Outros	56	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(171)	(233)	Imposto de renda e contribuição social corrente	(171)	(233)
(-) Incentivos fiscais SUDENE	156	-	(-) Incentivos fiscais SUDENE	156	-
(-) Incentivos fiscais SUDENE – Reinvest.	-	-	(-) Incentivos fiscais SUDENE – Reinvest.	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(15)	(92)	Imposto de renda e contribuição social	(15)	(92)
Alíquota efetiva do IR e CSLL	1,45%	9%	Alíquota efetiva do IR e CSLL	1,45%	9%

(a) Através da Portaria MDR nº 2.154/19, o Governo Federal suspendeu o benefício fiscal do Reinvestimento para 2019, sendo contempladas apenas as empresas que realizaram depósitos em 2018.

28. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existem ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	4.559	11.236
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.636	1.594
Lucro/ação (R\$/mil)	2,79	7,05

29. Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros que são indicados por cada um de seus 3 (três) Acionistas. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 7 (sete) membros.

O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2019 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R\$ 1.270 (R\$ 1.040 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia só possui benefícios de curto prazo.

30. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2019 e vigências até junho de 2020, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	6.737
Total Segurado	20.237

31. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos em derivativos e nem possui transações em moeda estrangeira sujeita ao risco de câmbio, a não serem aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela PBGÁS.

b) Risco de taxas de juros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações contábeis.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

32. Eventos subsequentes

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis será aprovada pela Diretoria da Companhia em reunião do dia 19 de fevereiro de 2020. Não se evidenciam eventos subsequentes que sejam significativos para divulgação das suas demonstrações de dezembro de 2019.

João Pessoa, 19 de fevereiro de 2019.
Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves Diretora Presidente (em exercício) Diretora Administrativa Financeira
Paulo Sérgio de Sá Campos Diretor Técnico Comercial
Regina Maria Silva Guedes Soares Contadora CRC PB 007082/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Diretora Presidente da
COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS
João Pessoa – PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Técnica e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 004/2020

A Prefeitura Municipal de Aguiar, Estado da Paraíba, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 27 de março de 2016, e homologado pelo Decreto nº 07/2016 de 30 de junho de 2016, publicado em Diário Oficial do Estado da Paraíba na edição de 01 de julho de 2016, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO, para comparecerem na Sede da Prefeitura Municipal – Secretaria de Administração, situada à Rua Irineu Lacerda, s/n, Centro, CEP: 58.778-000, Aguiar-PB, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas, conforme Edital nº 01/2016 de 28 de Janeiro de 2016 e tomarem posse em seus respectivos cargos, a saber:

Cargo: Enfermeiro

Inscrição	Nome do(a) Candidato	Posição
86	EDILMAR MARTINS DE SOUSA JÚNIOR	12
327	ODINÉLIA BATISTA ARANTES LIMA	13

O Não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado, podendo a Prefeitura convocar os imediatamente posteriores, obedecendo a ordem de classificação, conforme o que estatui o item 1.2 do Edital nº 01/2016 de 28 de janeiro de 2016.

Aguiar-PB, 20 de março de 2020.

Lourival Lacerda Leite Filho
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/PB

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa no ramo pertinente para os serviços de mão de obra na pavimentação em paralelepípedos das Ruas Projetadas 6 e 7 no Distrito de Rua Nova - Belém/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00012/2020. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS / PROGRAMAS / OUTROS Dotação consignado no orçamento vigente 2020 Elemento de despesa 3.3.90.39.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Belém e: CT Nº 00034/2020 - 19.03.20 - JOSÉ SANDRO LOPES DOS SANTOS - R\$ 31.544,40.

RENATA CHRISTINNE FREITAS DE SOUZA LIMA BARBOSA

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/PB

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00012/2020

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00012/2020, que objetiva: Contratação de empresa no ramo pertinente para os serviços de mão de obra na pavimentação em paralelepípedos das Ruas Projetadas 6 e 7 no Distrito de Rua Nova - Belém/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: JOSÉ SANDRO LOPES DOS SANTOS - R\$ 31.544,40.

Belém - PB, 19 de Março de 2020

RENATA CHRISTINNE FREITAS DE SOUZA LIMA BARBOSA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/PB

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Contratação de empresa no ramo pertinente para prestação de serviços em recargas de cartuchos e outros para melhor atendimento das atividades da Administração Municipal até dezembro de 2020. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00014/2020. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS / PROGRAMAS / OUTROS Dotação consignada no orçamento vigente 2020 Elemento de despesa 3.3.90.30.01 - Material de Consumo 3.3.90.39.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Belém e: CT Nº 00031/2020 - 19.03.20 - GUARABIRA ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO E VENDAS EIRELI - ME - R\$ 28.150,00; CT Nº 00032/2020 - 19.03.20 - INFORTEIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- R\$ 1.000,00; CT Nº 00033/2020 - 19.03.20 - LUIS CLAUDIO S. PEREIRA - R\$ 3.975,00.

RENATA CHRISTINNE FREITAS DE SOUZA LIMA BARBOSA

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/PB

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2020

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00014/2020, que objetiva: Contratação de empresa no ramo pertinente para prestação de serviços em recargas de cartuchos e outros para melhor atendimento das atividades da Administração Municipal até dezembro de 2020; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: GUARABIRA ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO E VENDAS EIRELI - ME - R\$ 28.150,00; INFORTEIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- R\$ 1.000,00; LUIS CLAUDIO S. PEREIRA - R\$ 3.975,00.

Belém - PB, 19 de Março de 2020

RENATA CHRISTINNE FREITAS DE SOUZA LIMA BARBOSA
Prefeita

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTANA

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00005/2020

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00005/2020, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS DE TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: B.P.D SERVICOS E COMERCIO DE MATERIAL MEDICO, HOSPITALAR E L - R\$ 258.100,00.

Barra de Santana - PB, 17 de Março de 2020

CACILDA FARIAS LOPES DE ANDRADE
Prefeita

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTANA

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00006/2020

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00006/2020, que objetiva: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA USO NO LABORATÓRIO DESTA MUNICIPALIDADE; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: B.P.D SERVICOS E COMERCIO DE MATERIAL MEDICO, HOSPITALAR E L - R\$ 142.784,20.

Barra de Santana - PB, 17 de Março de 2020

CACILDA FARIAS LOPES DE ANDRADE
Prefeita

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTANA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS DE TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00005/2020. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Barra de Santana; 02.050 Secretaria Municipal de Saúde - 10 301 2002 2031 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde - 3390 39 99 1211 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 02.060 Fundo Municipal de Saúde - 10 301 1004 2033 Bloco de Custeio na Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica - 3390 39 99 1214 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 10 302 1004 2034 Bloco de Custeio na Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica - 3390 39 99 1214 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santana e: CT Nº 01001/2020 - 17.03.20 - B.P.D SERVICOS E COMERCIO DE MATERIAL MEDICO, HOSPITALAR E L - R\$ 258.100,00.

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTANA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA USO NO LABORATÓRIO DESTA MUNICIPALIDADE. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00006/2020. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Barra de Santana; 02.050 Secretaria Municipal de Saúde - 10 301 2002 2031 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde - 02.060 Fundo Municipal de Saúde - 10 301 1004 2033 Bloco de Custeio na Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica - 10 302 1004 2034 Bloco de Custeio na Rede de Serviços Públicos de Saúde da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - 33.90.30 - Material de Consumo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santana e: CT Nº 01101/2020 - 17.03.20 - B.P.D SERVICOS E COMERCIO DE MATERIAL MEDICO, HOSPITALAR E L - R\$ 142.784,20.

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTANA

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº IN00002/2020

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente à Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2020, que objetiva: Contratação de pessoas físicas ou jurídicas na Área de Saúde para a 01 (um) profissional médico com habilidade em psiquiatria, para a prestação de serviços de atendimento de consultas médicas psiquiátricas no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no Município de Barra de Santana; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: RLMF SERVICOS MEDICOS EIRELI - R\$ 70.000,00.

Barra de Santana - PB, 19 de Março de 2020

CACILDA FARIAS LOPES DE ANDRADE
Prefeita

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTANA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de pessoas físicas ou jurídicas na Área de Saúde para a 01 (um) profissional médico com habilidade em psiquiatria, para a prestação de serviços de atendimento de consultas médicas psiquiátricas no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no Município de Barra de Santana. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2020. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Barra de Santana; 02.060 - Fundo Municipal de Saúde - 10 302 1004 2034 Bloco de Custeio na Rede de Serviços Públicos de Saúde da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santana e: CT Nº 01301/2020 - 19.03.20 - RLMF SERVICOS MEDICOS EIRELI - R\$ 70.000,00.

Barra de Santana - PB, 19 de Março de 2020.

CACILDA FARIAS LOPES DE ANDRADE
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ - PB

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2020

A Prefeitura Municipal de Catutité – PB, através da Pregoeiraabaixo transcrito, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que se encontra aberta Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 006/2020, do tipo "Menor Preço", cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA (CALCETEIRO, PEDREIRO, SERVENTE E PINTOR), SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ.-PB.Data de abertura: Data de abertura: 08/04/2020 às 10h00min (Horário Local). Cópia do Edital e demais documentos pertinentes estarão à disposição no Setor de Licitações da Prefeitura de Catutité, à Rua João Queiroga, N.º. 18, Centro, no horário de expediente. Outras informações pelo Telefone (83) 3345-1073 / 3345-1075.

Caturité, 20 de março de 2020.

Denise Barbosa Ferreira da Silva
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ - PB

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2020

A Prefeitura Municipal de Catutité – PB, através da Pregoeiraabaixo transcrito, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que se encontra aberta Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 007/2020, do tipo "Menor Preço", cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS COM ENTREGA PARCELADAData de abertura: Data de abertura: 08/04/2020 às 11h30min (Horário Local). Cópia do Edital e demais documentos pertinentes estarão à disposição no Setor de Licitações da Prefeitura de Catutité, à Rua João Queiroga, N.º. 18, Centro, no horário

de expediente. Outras informações pelo Telefone (83) 3345-1073 / 3345-1075.

Caturité, 20 de março de 2020.

Denise Barbosa Ferreira da Silva
Pregoeira

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ

TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2020

RESULTADO DE PROPOSTAS: A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Catutité – PB, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados o resultado do Julgamento das Propostas de Preços, referente à Tomada de Preços em epígrafe. PROPOSTAS CLASSIFICADAS E VENCEDORA DO CERTAME: R F – SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES CIVIL EIRELI. – CNPJ – 29.878.872/0001-39. com valor global da proposta de preços de R\$ 199.307,61 (cento e noventa e nove mil trezentos e sete reais e sessenta e um centavos), conforme consta nos autos do processo administrativo.

Caturité - PB, 20 de Março de 2020

HELDER FRANCISCO NUNES
Presidente da Comissão

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Aquisição de Mobiliário em Geral para atender as necessidades dos CREIs e Escolas da Rede Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00042/2019. Recursos Próprios do Município de Conde. Reserva Orçamentária de nº 00211 no valor de R\$ 4.977,00 (Quatro mil, novecentos e setenta e sete reais) na seguinte dotação orçamentária: Órgão 21400 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Função 12 EDUCAÇÃO; Subfunção 365 EDUCAÇÃO INFANTIL; Programa 0025 CIDADE UNIDA POR NÓS – MDE; Ação 2036 DESENV. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CREIS; Natureza da Despesa 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE; Fonte 111 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO. Reserva Orçamentária de nº 00212 no valor de R\$ 2.618,00 (Dois mil, seiscentos e deztoito reais) na seguinte dotação orçamentária: Órgão 21400 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Função 12 EDUCAÇÃO; Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL; Programa 0025 CIDADE UNIDA POR NÓS – MDE; Ação 2029 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE; Natureza da Despesa 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE; Fonte 111 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO. Reserva Orçamentária nº 00213 no valor de R\$ 31.700,00 (Trinta e um mil e setecentos reais) na seguinte dotação orçamentária: Órgão 21400 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Função 12 EDUCAÇÃO; Subfunção 365 EDUCAÇÃO INFANTIL; Programa 0025 CIDADE UNIDA POR NÓS – MDE; Ação 2036 DESENV. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CREIS; Natureza da Despesa 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE; Fonte 111 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO. Reserva Orçamentária de nº 00214 no valor de R\$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem reais) na seguinte dotação orçamentária: Órgão 21400 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Função 12 EDUCAÇÃO; Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL; Programa 0025 CIDADE UNIDA POR NÓS – MDE; Ação 2029 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE; Natureza da Despesa 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE; Fonte 111 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO. Reserva Orçamentária de nº 00207 no valor de 4.578,95 (Quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos) na seguinte dotação orçamentária: Órgão 21400 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Função 12 EDUCAÇÃO; Subfunção 365 EDUCAÇÃO INFANTIL; Programa 0025 CIDADE UNIDA POR NÓS – MDE; Ação 2036 DESENVOLVIMENTO DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CREIS; Natureza da Despesa 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE; Fonte 111 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO. Reserva Orçamentária de nº 00208 no valor de R\$ 2.641,00 (Dois mil, seiscentos e quarenta e um reais) na seguinte dotação orçamentária: Órgão 21400 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Função 12 EDUCAÇÃO; Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL; Programa 0025 CIDADE UNIDA POR NÓS – MDE; Ação 2029 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE; Natureza da Despesa 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE; Fonte 111 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Conde e: CT Nº 00079/2020 - 10.03.20 - DIVINA COMÉRCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTD - R\$ 7.595,00; CT Nº 00082/2020 - 10.03.20 - EDM EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MOBILIÁRIO EIRELI - R\$ 57.870,00; CT Nº 00084/2020 - 11.03.20 - A J P DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA - R\$ 7.219,95.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE FARDAMENTOS. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00005/2020. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Caraubas: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12.361.0023.2022 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR 11.000001 Recetas de Imostos e de Transferência de Imposto - Educação 125.000001 Transferências de Convênios - Educação (Corrente - UNIÃO) 3.3.90.30.01 - MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2020. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Caraubas e: CT Nº 60501/2020 - 18.03.20 - DOUGLAS BERNARDO AZEVEDO EIRELI - R\$ 29.521,90; CT Nº 60502/2020 - 18.03.20 - FRANCISCO DE ASSIS GONÇALVES DE FARIAS - ME - R\$ 38.480,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SUPERINTENDENCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PUBLICOS DE CAMPINA GRANDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO DE Nº 00028/2017 PARTES: STTP / SN SINALIZADORA NACIONAL E SERVIÇOS LTDA. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, A CONTAR A PARTIR DE 22/03/2020, MANTENDO AS DEMAIS CLÁUSULAS INALTERADAS, ORIUNDAS DA ADESO À REGISTRO DE PREÇO 00003/2017/STTP, COM FULCRO NO ART 57, INCISO I, § 1º E § 2º DA LEI 8666/93. ASSINAM: FELIX ARAUJO NETO / SN SINALIZADORA NACIONAL E SERVIÇOS LTDA. ASSINATURA: 20/03/2020. FELIX ARAUJO NETO/ Superintendente - STTP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SUPERINTENDENCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PUBLICOS DE CAMPINA GRANDE

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 00001/2020

Torna Público que foi adida a Licitação na Modalidade Pregão em sua Forma Eletrônica Nº 00001/2020, do tipo Menor Preço, Para: Contratação de empresa para fornecimento de forma parcelada de Adesivos Refletivos Grau Engenharia, para atender as necessidades da STTP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. FOI ADIADA PARA O DIA 06 de ABRIL de 2020 às 14:00. Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº. 8.666/93. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33411278. E-mail: sttpcampina.licita@gmail.com. Edital: http://sttpcg.com.br/ ou www.tce.pb.gov.br.

Campina Grande – PB, 20 de março de 2020

ARLAN RAMOS LUCAS
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 00008/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CARRAPATEIRA - PB, ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Nº 892087/2019. ABERTURA: 10/03/2020 às 11:00 horas. JUSTIFICATIVA: Licitação Fracassada. DATA: 10/03/2020.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2020

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Vieira, 57 - Centro - Carrapateira - PB, às 11:00 horas do dia 02 de Abril de 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CARRAPATEIRA - PB, ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Nº 892087/2019. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 004/2009. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 35531003. E-mail: prefeitura@carrapateira.pb.gov.br. Edital: http://www.carrapateira.pb.gov.br/ ou www.tce.pb.gov.br.

Carrapateira - PB, 20 de Março de 2020

CICERO MARCOS MEENES DA SILVA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2020

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Vieira, 57 - Centro - Carrapateira - PB, às 11:00 horas do dia 07 de Abril de 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CARRAPATEIRA - PB, ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Nº 892087/2019. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 004/2009. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 35531003. E-mail: prefeitura@carrapateira.pb.gov.br. Edital: http://www.carrapateira.pb.gov.br/ ou www.tce.pb.gov.br.

Carrapateira - PB, 20 de Março de 2020

CICERO MARCOS MEENES DA SILVA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00040/2020

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Benedito Soares da Silva, 131 - Monte Castelo - Cabedelo - PB, às 11:00 horas do dia 01 de Abril de 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: Contratação de Empresa especializada para execução dos serviços de Desinstalação de Câmaras Frigoríferas no Mercado Público, Transporte e Reinstalação na Unidade. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 008/13; Decreto Municipal nº 007/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 14:00 dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3250-3121. E-mail: licitacaocabedelo@yahoo.com.br Site: www.cabedelo.pb.gov.br. Edital: www.tce.pb.gov.br. .

Cabedelo - PB, 03 de Março de 2020

CARLOS ANTONIO RANGEL DE MELO JUNIOR
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE
AVISO DE ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00012/2020

A Pregoeira Oficial comunica que no Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 00012/2020, onde se lê: "14:00"; leia-se: "15:30". Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Avenida Severino Jorge de Sena, 1111 - Centro - Cuité de Mamanguape - PB, no horário das 13:00 às 17:00 horas dos dias úteis. Telefone: (83) 99342-2582.

Cuité de Mamanguape - PB, 20 de Março de 2020

MARIA SALETE MAGNA DE SOUZA
Pregoeira Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO TORNAR SEM EFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2020

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Dona Inês/PB, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2020, o qual foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 18 de Março de 2020, na Edição nº 17.078, página 56 e Jornal A União no dia 18 de março de 2020, no ano CXXVII Número 039, Pg 27. Informações: no horário das 07:30 às 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33771058. Email: licitacao@pmdonaines.pb.gov.br

Dona Inês- PB, 20 de Março de 2020.

MARIA GORETE DA SILVA
PREGOEIRA

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA INÊS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO TORNAR SEM EFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2020

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Dona Inês/PB, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2020, o qual foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 18 de Março de 2020, na Edição nº 17.078, página 56 e Jornal A União no dia 18 de março de 2020, no ano CXXVII Número 039, Pg 27. Informações: no horário das 07:30 às 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33771058. Email: licitacao@pmdonaines.pb.gov.br

Dona Inês- PB, 20 de Março de 2020.

MARIA GORETE DA SILVA
PREGOEIRA

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO
AVISO DE ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2020

O Pregoeiro Oficial comunica que no Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 00014/2020, onde se lê: "sediada na Avenida Major Augusto Bezerra, 02 - Centro - Dona Inês - PB"; leia-se: "sediada na Rua Juviniانو Gomes de Lima, SN - Centro - Damião - PB". Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Juviniانو Gomes de Lima, SN - Centro - Damião - PB, no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3635-1013. E-mail: damiaoprefeitura@gmail.com.

Damião - PB, 19 de Março de 2020

JARKISOMIR OLIVEIRA SANTOS
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS ESTRADAS
EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: Locação(ões) de veículo(s) destinado(s) ao Fundo Municipal da Saúde e Secretaria de Ação (Assistência) Social deste município por rotas diversas, conforme discriminação no Instrumento Convocatório - Edital. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00007/2019. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Duas Estradas e: CT Nº 00028/2019 - H.Locacao de VeiculosLtda - 1º Aditivo - prorroga o prazo por mais 9 meses. ASSINATURA: 19.03.20

Esperança - PB, 20 de março de 2020.

Nobson Pedro de Almeida
PREFEITO

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2020

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Especial de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00001/2020, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto à empresaVLS LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - R\$ 1.338.596,40.

Esperança - PB, 20 de março de 2020.

Maria Sueli Lopes de Souza
Presidente da CPL

